

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
– PPGICH

ALINE SANTOS NOBRE

**CEMITÉRIO SANTO ALBERTO: MEMÓRIA E CULTURA NO BAIRRO COLÔNIA
ANTÔNIO ALEIXO**

MANAUS - AM

2024

ALINE SANTOS NOBRE

**CEMITÉRIO SANTO ALBERTO: MEMÓRIA E CULTURA NO BAIRRO COLÔNIA
ANTÔNIO ALEIXO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas com área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora-Presidente Prof.^a. Dr.^a Tatiana de Lima Pedrosa Santos (PPGICH-UEA/SEC-AM)

Examinador Interno Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle (PPGICH-UEA)

Examinador Externo Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (PPGA-UFC)

MANAUS-AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

N754c Nobre, Aline Santos
Cemitério Santo Alberto : memória e cultura no bairro
Colônia Antônio Aleixo / Aline Santos Nobre. Manaus :
[s.n], 2024.
200 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - PGSS - Mestrado Interdisciplinar em
Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado
do Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Santos, Tatiana de Lima Pedrosa

1. Memória. 2. Cultura. 3. Cemitério. 4. Colônia
Antônio Aleixo. I. Santos, Tatiana de Lima Pedrosa
(Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III.
Cemitério Santo Alberto

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pelo acolhimento ao longo da graduação em Turismo e do Mestrado em Ciências Humanas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas, pelo subsídio financeiro que viabilizou a construção desta pesquisa.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na pessoa da Profa. Dra. Lucia Puga.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, em especial a Me. Shirley Piñeiro.

Ao apoio técnico do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pelo suporte recebido.

A Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos pela orientação recebida e pelos conhecimentos compartilhados.

Aos colegas de curso pela parceria e apoio durante essa trajetória.

Ao Movimento de Reintegração dos Acometidos pela Hanseníase do Amazonas (MORHAN - AM), especialmente ao coordenador da Instituição, o senhor Pedro Borges e à Lucilene Pontes por todo suporte e acolhimento recebido durante a pesquisa de campo. Agradeço também a equipe de voluntários do MORHAN.

À toda equipe administrativa do Cemitério Santo Alberto que se dispôs a colaborar com esta pesquisa, especialmente o senhor Marcos Antônio, atual administrador do cemitério.

Aos funcionários do núcleo operacional de limpeza da Colônia Antônio Aleixo, principalmente o senhor Carlos.

A todos os moradores da Colônia Antônio Aleixo que participaram desta pesquisa concedendo as entrevistas.

Aos meus amigos e amigas pelo apoio e afeto recebido até aqui. Agradeço especialmente à Carla Aires que colaborou significativamente na construção da pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente a minha família pelo incessante e imprescindível apoio durante toda minha trajetória na pesquisa. Eu amo vocês!

RESUMO

Na modernidade os cemitérios, necrópoles ou campo santo, se configuraram como uma das estratégias adotadas pelo ser humano para encarar o inevitável fim. Esses espaços apoiam-se na perpetuação do indivíduo através da memória, isto porque, o homem recusa-se a ser esquecido e por isso constrói lugares de recordação. Assim, esta pesquisa teve como objetivo maior compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo. Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos investigar o (s) processo(s) histórico(s) envolvido(s) na formação do Cemitério Santo Alberto; conhecer o modo como a comunidade do bairro Colônia Antônio Aleixo se relaciona com o espaço deste cemitério e apreender as práticas culturais materializadas no espaço cemiterial. A pesquisa é qualitativa, e caracteriza-se ainda como exploratória, e descritiva. No que se refere aos tipos/meios é bibliográfica, documental e de campo. Na construção da pesquisa foram realizadas entrevistas com moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, as quais foram imprescindíveis para entender os processos históricos pela perspectiva daqueles que vivenciaram estes acontecimentos.

Palavras-chave: Memória, Cultura, História, Cemitério, Colônia Antônio Aleixo.

ABSTRACT

In the modernity of cemeteries, necropolises or campo santo, they were configured as one of the strategies planned by human beings to face the unfolding of the end. These rely on the perpetuation of the individual through memory, because man refuses to be forgotten and therefore builds recording spaces. Thus, this research had the main objective of understanding the Santo Alberto Cemetery as a cultural and historical asset that records the Memory of the Colônia Antônio Aleixo Neighborhood. To this end, the following specific objectives were outlined to investigate the historical process(es) involved in the formation of the Santo Alberto Cemetery; learn about how the community of the Colônia Antônio Aleixo neighborhood relates to the space of this cemetery and learn about the cultural practices materialized in the cemetery space. The research is qualitative, and is also characterized as exploratory and descriptive. Not that it refers to types/means, it is bibliographic, documentary and field. In the construction of the research, interviews were carried out with residents of the Colônia Antônio Aleixo neighborhood, which were essential to understand the historical processes from the perspective of those who experienced these events.

Keywords: Memory, Culture, History, Cemetery, Colônia Antônio Aleixo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prospecto da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, realizado por João André Schwebel, 1756.....	15
Figura 2 - Terreno onde foi construído o edifício da fábrica de tecidos de algodão por D'Almada. Na imagem podemos visualizar a Delegacia Fiscal Federal construída posteriormente.	19
Figura 3 - Planta da cidade de Manaus, datada de 1852. Administração de Tenreiro Aranha.	22
Figura 4 - “Vista panorâmica da Barra a partir da sacada da Capela de Nossa Senhora dos Remédios”, entre os anos de 1840 e 1860.	24
Figura 5 - Vista da cidade de Manaus – 1865 – 1866	25
Figura 6 - Casas em Manaus datadas em 1865 – Registros do Fotógrafo alemão Albert Frinsh	27
Figura 7 - Parte do Igarapé do Espírito Santo em meados de 1890, antes das obras de aterramento.	29
Figura 8 - Postal de 1910 que apresenta uma parte mais ao sul da Avenida Eduardo Ribeiro, com o rio Negro no horizonte. Destaque para a arborização da via, e a passagem do bonde. .	29
Figura 9 - Planta de Manáos e Arrabaldes de 1906. Observar a disposição do traçado urbano em forma de “xadrez”	31
Figura 10 - Fachada do Teatro Amazonas, ao fundo observa-se o Palácio da Justiça	32
Figura 11 - Vista do bairro São Raimundo na década de 1960	35
Figura 12 - Le Christ lançant lês fleches de la peste. Pintura anônima, 1424. Hanover.	41
Figura 13 - Representação do Cemitério dos Remédios, criado em 1854. Ao fundo, no centro, observa-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.	48
Figura 14 - Vista do antigo Cemitério São José que posteriormente seria também chamado como “Saudade”	49
Figura 15 - Vista do Antigo Cemitério São Raimundo estabelecido em 1879.	52
Figura 16 - Representação de doente de lepra na Idade Média. Observam-se os pés e mãos afetados pela doença e o sino usado para alertar acerca da condição da doença	55
Figura 17 - Casas cobertas com palha no Umirisal.	58
Figura 18 - Hospital-Colônia Belisário Penna – Leprosaria de Paricatuba.....	62
Figura 19 - Leprosário Paredão do Rio Negro.	63
Figura 20 - Registro do seringueiro João Martins que circulava no centro da cidade de Manaus em 1919 com uma caixa onde guardava seus objetos pessoais	72
Figura 21 - Registro do senhor João Martins em 1919. Na figura é possível visualizar a perna direita enfaixada	73
Figura 22 - Vista geral da Colônia Antônio Aleixo em 1945.....	75
Figura 23 - Grupo de internos em frente ao refeitório geral, aguardando o almoço.	76
Figura 24 - Imagem da Praça central da Colônia Antônio Aleixo	77
Figura 25 - Comércio da Caixa Beneficente da Colônia Antônio Aleixo em 1946.	79

Figura 26 - Na imagem encontram-se a assistente social Tomázia Tavares ao centro, à esquerda o secretário de saúde, Francisco de Paula. À direita o subsecretário Tancredo Soares.	90
Figura 27 – Localização da Colônia Antônio Aleixo. Na imagem, pode-se visualizar ainda, o Lago do Aleixo e o “Encontro das Águas”.....	93
Figura 28 - Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha.....	95
Figura 29 - Imagem do Pavilhão de Isolamento “I” em. Nos dias atuais abriga a sede do MORHAN- AM.....	97
Figura 30 - Sede atual do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase no Amazonas.	97
Figura 31 - Sede do Clube de Mães Irmã Ruthe Moura.....	99
Figura 32 - Instalações do antigo Centro de fisioterapia que atualmente abriga a sede do Clube de Mães Ruthe Moura, um mercado e a loteria da caixa econômica.....	100
Figura 33 - Quadro de Instituições religiosas da Colônia Antônio Aleixo	101
Figura 34 – Mosaico de denominações religiosas da Colônia Antônio Aleixo	102
Figura 35 - Sede do 28º. Departamento Integrado de Polícia	103
Figura 36 - Na imagem, visualiza-se o Grupo de escoteiros e ao fundo o Pavilhão das moças onde atualmente funciona o 28º. DIP.	103
Figura 37 - Casas no estilo “geminado” na Colônia Antônio Aleixo em 1945.....	104
Figura 38 - Registro de casas no estilo “geminado” na Colônia Antônio Aleixo em 2023. À direita observar a casa na cor verde que apresenta características muito semelhantes da época do isolamento.....	105
Figura 39 - Entrada do Lar Azamor Gonçalves Pinheiro	106
Figura 40 - Moeda Social do bairro Colônia Antônio Aleixo implementada em 2011 pela associação de moradores e Instituto Conquista	108
Figura 41 - Localização do Cemitério Santo Alberto.....	109
Figura 42 -Imagem do local que abrigava o antigo necrotério.....	112
Figura 43 - Igreja Nossa Senhora das Graças.....	113
Figura 44 - Mapa comparativo entre o perímetro original do cemitério Santo Alberto e a atual configuração do terreno.	114
Figura 45 - Muro do Cemitério Santo Alberto	115
Figura 46 - Contenção de pneus na lateral direita do Cemitério Santo Alberto.....	116
Figura 47 - Sepulturas organizadas em direções opostas.	117
Figura 48 - Registro do Cemitério Santo Alberto em 2020. Na figura, observa-se a proximidade das residências dos moradores com o espaço cemiterial.....	117
Figura 49 - Entrada do Cemitério Santo Alberto.....	118
Figura 50 - Atual prédio administrativo do cemitério Santo Alberto.....	119
Figura 51 - Sepultura mais antiga do cemitério Santo Alberto	120
Figura 52 - Lápide da sepultura mais antiga do cemitério Santo Alberto	121
Figura 53 - Area reservada para o sepultamento de crianças	122
Figura 54 - Planta do cemitério Santo Alberto.....	124
Figura 55 - Vista Aérea do cemitério Santo Alberto.....	125
Figura 56 - Sepultura em formato de berço feita com madeira.....	126

Figura 57 - Sepultura em forma de berço feita em ferro	127
Figura 58 - Sepultura Infantil ornada com elementos que remetem o céu. Observar a pequena estrela adicionada na parte superior da cruz, as asas e a auréola de anjo.....	128
Figura 59 - Sepultura infantil com a frase “o céu existe”	129
Figura 60 - Sepultura ornada com anjos e flores artificiais.....	130
Figura 61 - Sepultura ultrapassando os limites do cemitério	131
Figura 62 - Conjunto de jazigos pertencente à família “Silva”	132
Figura 63 - Jazigos familiar murado.....	133
Figura 64 - Jazigos demarcados com muro gradeado	133
Figura 65 - Jazigo da Família “Oliveira”.	134
Figura 66 - Jazigo da Família “Barreto”. O jazigo apresenta uma arquitetura mais suntuosa que se destaca entre as demais, principalmente por causa da sua estatura. Observa-se o uso do granito e do vidro como forma de personalização do jazigo.....	135
Figura 67 - Sepultura individual cercada com grade.....	137
Figura 68 - Jazigo individual no cemitério Santo Alberto.	138
Figura 69 - Sepultura com o topo em forma de triângulo	139
Figura 70 - Sepulturas em forma de pequenas casas. Esse tipo de arquitetura é o mais recorrente no cemitério Santo Alberto.	140
Figura 71 - Sepultura com porta de vidro.....	141
Figura 72 - Sepultura em gradil com formas que remete à ramos e coração.	142
Figura 73 - Sepultura em forma retangular feita com tabuas de madeira nas laterais.....	143
Figura 74 - Sepultura demarcada com cruz.....	144
Figura 75 - Cruz em ferro.....	145
Figura 76 - Cruz feita com lajotas.	146
Figura 77 - Cruz em vidro emoldura no jazigo.	147
Figura 78 - Sepultura ornada com flores artificiais.....	148
Figura 79 - sepulturas ornadas com canteiros ajardinados.....	149
Figura 80 - Sepulturas com fotografias em porta retrato como forma de lembrar o jazente	150
Figura 81 - Lápides, epitáfios e fotografias. Observar o plano de fundo com imagens que remetem ao céu.....	150
Figura 82 - Reprodução da última Ceia.....	151
Figura 83 - Reprodução da cena em que Maria lamenta a morte de Cristo	152
Figura 84 - Lancha da Saúde na Colônia Antônio Aleixo em 1970.....	158
Figura 85 - Celebração de casamento coletivo na Colônia Antônio Aleixo	163
Figura 86 - Fachada principal do educandário Gustavo Capanema	165
Figura 87 - Grupo de internos praticando exercício físico ao ar livre no Educandário Gustavo Capanema	166
Figura 88 - Grupo de internos no Educandário Gustavo Capanema	166
Figura 89 - Registro fotográfico de seu Josué Tavares com seus pais adotivos na Colônia Antônio Aleixo. A fotografia está exposta na parede da sala de estar da casa de seu Josué Tavares junto com outras fotografias que lembram momentos com seus familiares.....	167

Figura 90 - Registro fotográfico da mãe adotiva de seu Josué, dona Maria do Carmo (à direita) e de sua mãe biológica (à esquerda).....	168
Figura 91 - Filhos de mães acometidas pela hanseníase entregues para adoção.....	170
Figura 92 - Visita do jogador de futebol Pelé ao Hospital Colônia Antônio Aleixo em 1970.	172
Figura 93 - Visita do Padre Zezinho ao extinto Hospital Colônia Antônio Aleixo.	173

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
CAPÍTULO 1 - A CIDADE QUE NASCE DO SILÊNCIO	14
1.1 OS MEDOS URBANOS E A PURIFICAÇÃO DA CIDADE	38
1.2 AS POLITICAS DE SEGREGAÇÃO E ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM MANAUS	53
CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DO BAIRRO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	66
2.1 A DESATIVAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	82
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	91
CAPÍTULO 3: O CEMITÉRIO SANTO ALBERTO.....	109
3.1 A DOR QUE SE ESTENDE: A REPRESENTATIVIDADE DO CEMITÉRIO SANTO ALBERTO PARA OS MORADORES DA COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	123
3.1.1 A organização das sepulturas	124
3.1.2 As formas arquitetônicas e os materiais utilizados	138
3.2 AS NARRATIVAS DO LUTO	152
3.2.1 A descoberta da doença e a mortificação do eu	154
3.2.2 Sobrevivendo à catástrofe	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	182
ANEXO 1: PARECER CONSUBSTANCIADO - COMITÊ NACIONAL DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP).....	187
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	193
ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	196

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Colônia Antônio Aleixo é um bairro de Manaus situado na zona leste da cidade. Conforme Ribeiro (2011), na década de 30, o local serviu de alojamento para nordestinos que vieram trabalhar como “soldados da borracha” nos seringais da Amazônia. Quase uma década depois, foram trazidos doentes acometidos do mal de Hansen, cujas famílias posteriormente também se integraram à comunidade. Segundo Durango Duarte (2006), no entanto, há indícios de que ainda em meados de 1918, a área onde hoje se localiza o bairro já era utilizada para o enterramento de hansenianos, o que se alinhava a políticas públicas sanitaristas e higienistas fortalecidas no período auge da comercialização da borracha.

Diante desta provável origem do Cemitério Santo Alberto, percebe-se seu espaço como um importante símbolo da fundação da Colônia Antônio Aleixo, motivo pelo qual se ensejou o presente estudo, que o tem como foco, uma vez que se trata de um bem histórico-cultural que tem registrado a memória do bairro. Desse modo, esta pesquisa intenciona compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: investigar o(s) processo(s) histórico(s) envolvido(s) na formação do Cemitério Santo Alberto; conhecer o modo como a comunidade do bairro Colônia Antônio Aleixo se relaciona com o espaço desse cemitério e apreender as práticas culturais materializadas no espaço cemiterial. A pesquisa busca, assim, apresentar outra perspectiva da história da cidade, que inclui a versão daqueles que de certo modo foram negligenciados, mas que fazem parte da história da cidade como um todo.

A intenção não é apresentar uma história dos vencidos com foco nos sofrimentos causados a partir do processo de embelezamento de Manaus, mas colocar em evidência a forma como os moradores da Colônia Antônio Aleixo se relacionam com o lugar em que vivem, especificamente com o cemitério Santo Alberto. Entende-se que o espaço cemiterial, por si só, constitui prolífico meio de estudo de uma sociedade. Não só por ele funcionar como lugar de recordação, de construção de uma memória coletiva, como também porque o modo como as pessoas se relacionam com a morte e os mortos diz muito sobre como enxergam o mundo, como se organizam enquanto comunidade.

Este estudo implica ainda na continuidade de um interesse investigativo voltado para a Colônia, surgido no âmbito da graduação em Turismo, quando realizei uma pesquisa sobre a potencialidade turística do Mirante das Lajes, situado nas proximidades do bairro, e que tem vista para o Encontro das Águas, atrativo turístico consolidado na cidade, além de sítios arqueológico no entorno.

Na ocasião, realizei entrevistas com moradores da Colônia, através das quais surgiram outros questionamentos, principalmente no que diz respeito ao modo como, apesar de constituir hoje bairro da cidade de Manaus, a origem e crescimento da Colônia deu-se às margens do núcleo da cidade, o que resultou numa forte identidade comunitária da parte de seus moradores. Apesar de tais aspectos que mostram uma riqueza de possibilidades para a pesquisa acadêmica, observa-se que a Colônia Antônio Aleixo ainda se faz pouco presente como objeto de pesquisa.

Quanto à metodologia deste estudo, busca-se caminhar por uma abordagem qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 58) “envolve a intenção do entendimento das informações de forma contextualizada através de análise e interpretação dos fenômenos para atribuição de resultados”. Recorre-se ainda à pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar teoricamente o tema tratado no referido trabalho.

A pesquisa documental consistiu na consulta de materiais a respeito da história da cidade de Manaus, do bairro Colônia Antônio Aleixo e do Cemitério Santo Alberto, tais como periódicos, documentos oficiais (mensagens governamentais, decretos e leis, códigos de posturas dentre outros) e pessoais, além de registros fotográficos. A pesquisa de campo compreendeu as visitas ao cemitério Santo Alberto e ao bairro, a fim de realizar os registros fotográficos, as entrevistas e a observação da pesquisadora.

Neste estudo recorreu-se a história oral com entrevistas semiestruturadas voltadas para *história de vida*, cujo interesse central é o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento do seu relato. O método permite incluir pessoas alfabetizadas ou não, como também possibilita a exposição de experiências traumáticas como um testemunho destes acontecimentos, a fim de que essas vivências, por vezes silenciadas na história e memória oficial, se tornem conhecidas. Segundo Verena Alberti (2005) a história oral compreende:

“um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a

realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (...) Trata-se de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos" (ALBERTI, 2005, p. 18-19).

A História Oral permite cruzar a vida individual com o contexto social e recuperar aquilo que não foi encontrado em outros tipos de documentação, contudo, para Alberti (2005), a principal característica do método não é o ineditismo das informações, mas privilegiar as vivências conforme a perspectiva de quem as vivenciou. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), por sua vez, se refere à História Oral como ferramenta significativa, a qual trata da “narrativa linear e individual dos acontecimentos (...), através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar” (QUEIROZ, 1988, p.20).

Nesse sentido, é possível perceber que a entrevista com abordagem na história de vida constrói narrativas resultantes da relação entre entrevistado e entrevistador. O entrevistado, que no momento da entrevista é o narrador, faz o seu relato enfatizando aquilo que consegue ou escolhe lembrar, ao passo que o entrevistador/narrador exerce a atividade da tradução. Desse modo, a história oral, por meio de entrevistas com foco na história de vida, possibilita visualizar diferentes pontos de vista acerca dos fatos históricos. As narrativas como representação do real não têm a pretensão de preencher todas as lacunas dos acontecimentos históricos, mas podem contribuir para uma aproximação da realidade.

Seligmann-Silva (2016), em consonância com esse pensamento, ao refletir sobre as grandes catástrofes vivenciadas pela humanidade, sobretudo o holocausto, destaca a importância da narrativa testemunhal para compreensão de eventos traumáticos e considera a narrativa testemunhal repleta de significado político, pois atua como instrumento de construção de uma memória por vezes relegada ao esquecimento.

Lembrar e esquecer, portanto, faz parte do caráter seletivo da memória. Halbwachs (1990), nos seus estudos sobre a Memória Coletiva, evidencia a importância dos monumentos, patrimônios arquitetônicos, datas e personagens históricos, as tradições e os costumes como elementos que reforçam a coesão social de determinado grupo, não por meio da coerção, mas pela afetividade. A memória coletiva com base na definição daquilo que é comum ao grupo estabelece a diferença em relação ao outro e fortalece o sentimento de pertencimento. A nação seria a forma mais acabada de um grupo, enquanto a memória nacional seria a forma mais

completa de uma memória coletiva.

Por outro lado, Pollak (1989) identifica as memórias subterrâneas, que correspondem a versões do passado expressas a partir da perspectiva dos integrantes da cultura das minorias e se opõem à memória coletiva oficial. As memórias subterrâneas, confinadas a um longo período de silêncio, resistem permanecendo vivas através da transmissão oral no círculo familiar e de amizade, esperando o momento propício para serem ativadas e expressas. A história oral se apresenta como forma de representar eventos traumáticos, de colocar em evidência as memórias silenciadas e colocadas à margem da história oficial, possibilita o registro da vivência, das emoções e memórias pessoais dos membros pertencentes a um grupo.

As entrevistas realizadas nessa pesquisa foram gravadas e transcritas atentando-se também para o registro do que Pollak (1989) referencia como “não dito”, além das expressões emocionais, pausas e silêncios que ocorram nas narrativas dos entrevistados. Pretendeu-se por meio do registro das entrevistas, recolher informações que colaborem para o alcance dos objetivos propostos, buscando a construção de sentido das experiências relatadas pelos participantes da pesquisa e identificando aspectos históricos e sociais sobre a Colônia Antônio Aleixo.

Buscou-se, ainda, com as entrevistas compreender como os moradores se relacionam com o lugar em que vivem. Para tanto, foram utilizados autores que tratam acerca do tema da pesquisa, como Foucault (2022) a respeito do “Nascimento da Medicina Social”; Pollak (1989) com os textos “Memória, Esquecimento e Silêncio” e “Memória e Identidade Social”; Halbwachs (1990) sobre os estudos referentes à Memória coletiva, dentre outros estudiosos que possam contribuir na análise dos dados da entrevista.

As categorias analisadas nas entrevistas seguiram as seguintes temáticas: a) Relações sociais; b) Relações com o lugar; c) Relações com a doença. A intenção se orientou para busca de informações sobre o cotidiano na colônia Antônio Aleixo durante o período de segregação a partir de 1942, a forma como os doentes eram tratados socialmente, o modo como os moradores se percebiam na sociedade, a representatividade do bairro e do cemitério para os moradores.

A elaboração das perguntas da entrevista se baseou nas orientações de Becker (1994), ao explicar que na reconstrução de vivências e eventos passados é mais eficaz perguntar “como” e não “por que”, possibilitando incluir aspectos subjetivos (o que a pessoa entrevistada pensou/

pensa e sentiu/ sente), pois perguntar “por que” algum evento ocorreu transfere para o entrevistado o trabalho analítico que cabe ao pesquisador realizar.

Nesta pesquisa foram realizadas quinze entrevistas com moradores do bairro supracitado, que vivenciaram o isolamento ou foram afetados por essa política, bem como com filhos de pessoas atingidas pela hanseníase, os quais se disponibilizaram voluntariamente para relatar os fatos e as memórias orais acerca da Colônia Antônio Aleixo e do Cemitério Santo Alberto. A abordagem dos entrevistados foi intermediada pela liderança do Movimento de Reintegração dos Acometidos pela Hanseníase do Amazonas (MORHAN -AM), a qual indicou as pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa.

No momento das entrevistas foram explicitados os objetivos e procedimentos do estudo para que as pessoas pudessem optar por sua participação ou não na pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado para garantir o resguardo da privacidade e direitos do participante. As entrevistas ocorreram na sede do MORHAN, nas dependências do Cemitério Santo Alberto, na sede do Núcleo de limpeza da Colônia Antônio Aleixo e na residência dos entrevistados.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, dividido em duas seções, se propõe apresentar um panorama histórico da cidade de Manaus e suas transformações. Busca-se ainda abordar como os “medos urbanos”, termo usado por Foucault (2022), para se referir ao medo da morte, das doenças, da cidade de modo geral, dentro de uma concepção de modernidade foram catalizadores de profundas reformas, fazendo surgir novos lugares, incluindo aqueles de segregação como a Colônia Antônio Aleixo. Discorre-se também sobre a hanseníase e as políticas de segregação e isolamento compulsório adotadas na cidade a partir dos anos finais do século XIX como parte das diretrizes nacionais que delinearão o tratamento dispensado aos doentes.

No segundo capítulo, intitulado *O surgimento do bairro Colônia Antônio Aleixo*, trata sobre as origens do bairro Colônia Antônio Aleixo, desde a constituição do leprosário até a sua desativação e consolidação do bairro, enfatizando o cotidiano, as formas de viver e a estrutura de isolamento. Para essa construção foram importantes os estudos realizados sobre o tema como as teses de doutorado de Maria de Nazaré Souza Ribeiro (2011), intitulada *De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM)*; de Salatiel da Rocha Gomes (2020), *Memórias de outsiders na figuração da hanseníase: do*

isolamento compulsório às experiências de escolarização; e a dissertação de Luena Matheus Xerez (2013), *Memórias e história da hanseníase no Amazonas*. Além dos estudos mencionados, foram utilizadas as entrevistas realizadas com os moradores do bairro que vivenciaram as práticas de isolamento e suas implicações sociais. Este capítulo está dividido em duas seções intituladas *o A desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo* e *A consolidação do bairro Colônia Antônio Aleixo*.

No terceiro capítulo, intitulado *Cemitério Santo Alberto: o lugar que rompeu o silêncio?* busca-se tratar especificamente acerca do cemitério Santo Alberto e sua ligação com o surgimento do bairro Colônia Antônio Aleixo. Enfatiza-se, ainda, as narrativas do luto a partir dos relatos dos entrevistados e a representatividade do cemitério para os moradores, buscando refletir sobre o cemitério como lugar de memória, conceito proposto por Pierre Nora (1983). O capítulo está dividido em duas seções sendo elas: *A dor que se estende: a representatividade do cemitério Santo Alberto para os moradores da Colônia Antônio Aleixo* e *As narrativas do luto*.

CAPÍTULO 1 - A CIDADE QUE NASCE DO SILÊNCIO

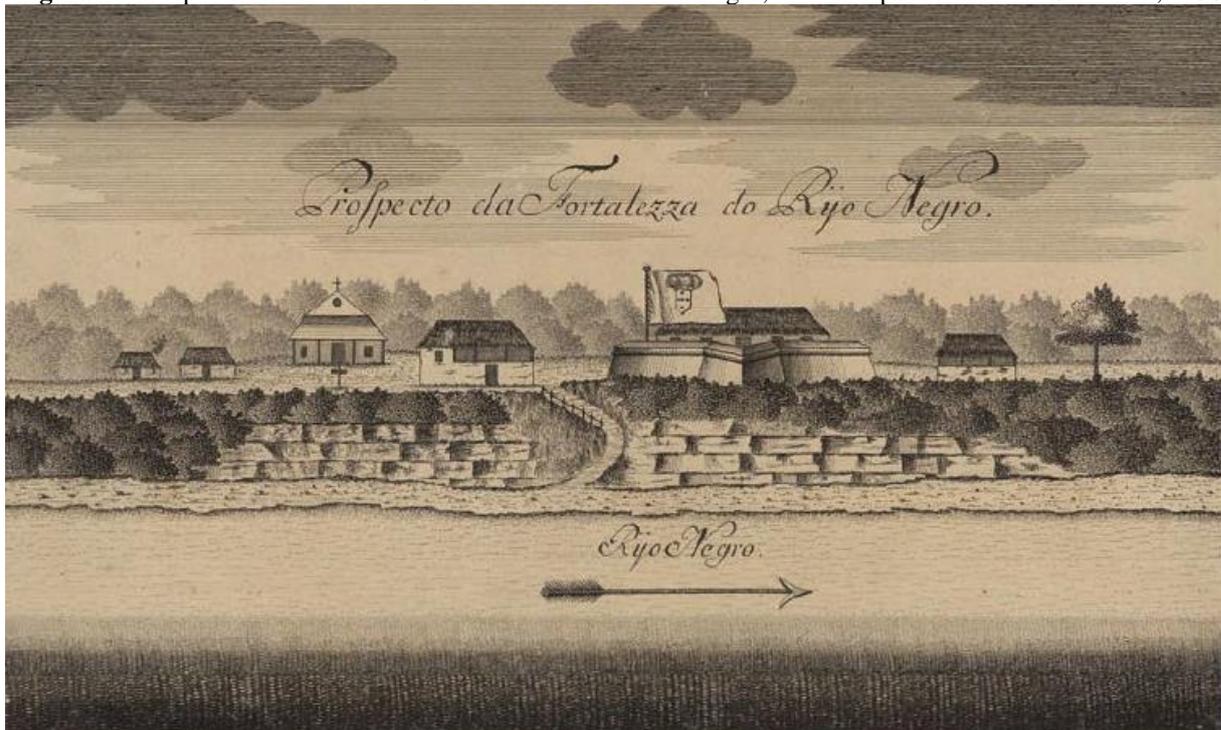
A intenção deste capítulo é apresentar ao leitor os possíveis processos históricos envolvidos na formação do Cemitério Santo Alberto e do bairro Colônia Antônio Aleixo, a fim de que seja possível visualizar e compreender como os discursos higienistas e os ideais de modernidade, progresso e civilidade, que seguiam sobretudo os modelos europeus do século XIX e obedeciam às forças políticas e demandas da elite local, contribuíram para a transformação de Manaus enquanto cidade, fazendo surgir novos lugares, incluindo àqueles de segregação, como também estabelecendo novas relações sociais e modos de vida que irão constituir o tecido urbano.

O que se pretende é voltar o olhar para uma perspectiva que perpassasse os incômodos e se distancie de uma visão romanceada ou saudosista sobre o período áureo da borracha, momento em que a cidade vivenciou um crescimento econômico vertiginoso com a exportação do látex e passou por significativas transformações nos aspectos físicos e culturais.

A cidade a qual nos referimos é aquela constituída sobre a cidade dos mortos, pois, de acordo com Otoni Mesquita (2006) em seu livro *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*, o surgimento da cidade data do século XVII quando os exploradores portugueses adentraram o território amazônico em busca de escravos indígenas. Acredita-se, não obstante, que a fundação de Manaus ocorreu em 1669 com a construção de um forte denominado Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro. Tal obra foi supervisionada por Francisco da Mota Falcão, juntamente com seu filho Manoel da Mota Siqueira, e ela fazia parte das estratégias portuguesas para assegurar a posse territorial diante da ameaça de invasores de outros países e estabelecer bases para explorar o lugar.

A partir da construção do forte, que não resistiu aos efeitos do tempo, Manaus se transformou lentamente como povoado e vila até se tornar cidade em 1848. Recebeu o nome Manaós no dia 4 de setembro de 1856, através da Lei nº. 68, em referência à nação indígena Manáos que habitava parte significativa do vale amazônico. O forte de formato quadrangular, feito em taipa (figura 1), teria sido erguido com o uso da força indígena sobre um cemitério indígena, ato que para o historiador José Ribamar Bessa Freire (1987, p. 57), mencionado por Mesquita (2006), pode ser interpretado como “fato sugestivo, carregado de simbolismos que, como imagem, sintetiza por si todo o processo colonial”.

Figura 1 - Prospecto da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, realizado por João André Schwebel, 1756.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.pdf
Acesso em: 22/06/2023

De fato, a constituição da cidade sob um cemitério indígena desencadeia algumas reflexões, especialmente no que se refere ao projeto de invasão, exploração e expansão territorial dos europeus no século XVI. É importante mencionar, ainda, que antes da presença lusitana, a Amazônia era densamente ocupada por diversos povos indígenas, com culturas e modos de vida particulares, os quais foram subjugados ao domínio europeu.

Tais sociedades foram obrigadas a encontrar diferentes formas de resistir à invasão, seja pelo embate ofensivo na defesa de seu território e da própria existência, ou pela subserviência, isolamento e fuga. O padre jesuíta João Daniel, que viveu mais de 15 anos na Amazônia, foi testemunha de parte desse genocídio perpetrado contra os indígenas, estimando que mais de 2 milhões tivessem morrido em mais de um século:

Só desde o ano de 1615 até 1652, como refere o mesmo Padre Vieira, tinham morto os portugueses com morte violenta para cima de dois milhões de índios, fora, os que cada um chacinava às escondidas. Deste cômputo se pode inferir, quão numeráveis eram os índios, quão numerosas as suas povoações, e quão juntas as suas aldeas, de que agora apenas se acham as suas relíquias. (JOÃO DANIEL, 1776 apud MÁRCIO SOUZA, 1946)

Por um logo tempo, a força da mão de obra indígena por meio da escravidão foi uma prática lucrativa para colonos e religiosos que a utilizavam para empreender suas ações de dominação e exploração territorial, resultando no extermínio de milhares de indígenas. Por essa perspectiva, a construção da Fortaleza da Barra do Rio Negro em localização estratégica se justificava uma vez que “sendo o rio Negro uma das áreas mais densamente povoadas naquela época, a população indígena tornar-se-ia logo uma das maiores fontes de mão-de-obra do colonialismo”. (SOUZA, 1977, p.47).

Bessa Freire (1987), por sua vez, assinala que a região do rio Negro servia como espécie de “celeiro”, de onde os portugueses se abasteciam de indígenas substituindo aqueles que morriam no sistema de trabalho colonial. Assim, diversos mecanismos foram criados pelos portugueses para efetivar a soberania sobre o “novo mundo” e seus habitantes, dos quais faziam parte regulamentos, decretos, leis e regimentos que favoreciam o interesse dos invasores e legitimava a subtração das populações indígenas. Com o extermínio dessas populações, se perde também suas concepções de mundo, sendo, pois, culturas sobre as quais temos pouco ou nenhum conhecimento.

Ademais, ressalta-se que o aparelhamento do sistema colonial se deu não apenas na legitimação do extermínio dos povos indígenas, mas também através de uma política de expropriação cultural desses povos. Dentre os mecanismos adotados, o “Diretório dos Índios” foi uma das medidas que teve amplo alcance e consequências drásticas sobre as culturas dos povos indígenas.

Elaborado em 1755 e posto em vigor pelo governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em maio de 1757, essa lei ao invés de garantir a concessão da liberdade aos indígenas, impôs normas sobre os múltiplos aspectos do cotidiano. Tratava-se, na verdade, de mais uma forma de “apagar”, mesmo que gradualmente, as identidades culturais dos povos indígenas, transformando-os em “bons cristãos civilizados” aptos para o trabalho no “padrão” europeu.

Proíbe-se por meio do “diretório” o uso das línguas indígenas, sendo permitida apenas a comunicação e instrução na língua portuguesa. A miscigenação também foi estimulada com o intuito de diluir a herança cultural indígena, constituindo uma espécie de política de embranquecimento ou “purificação” de sangue, o que expressa uma visão eurocêntrica carregada de etnocentrismo e preconceitos. O cenário marcadamente conflituoso e repleto de

tensões do período colonial significa para o indígena sobrevivente à impossibilidade de expressar a sua própria cultura restando-lhe como alternativa a adaptação à nova ordem estabelecida. (OLIVEIRA e FREIRE, 2006; MEDEIROS e SANTOS, 2019).

Retomando as reflexões especificamente sobre o marco de origem da cidade, foi à sombra da fortaleza e a partir da reunião forçada de Barés, Banibas, Passés, Manaós, Aruaques, Juris, além de outras etnias indígenas, juntamente com alguns brancos, que se formou o núcleo populacional de Manaus.

Embora, talvez, os invasores europeus não tivessem a intenção primeira de expressar simbolicamente o propósito de dominação territorial por meio da construção do forte sobre um cemitério indígena e com uso da força braçal indígena, é possível compreender esse ato no campo das representações como uma tentativa de apagar e silenciar a memória e a cultura dos povos indígenas, visto que nesse lugar, considerado sagrado para este grupo, foram construídas edificações no estilo europeu e ruas com nomenclaturas cristãs, evidenciando o processo de dominação cultural europeia, como observa Etelvina Garcia (2006, p.158) para quem “o colonizador foi abrindo caminho sem cerimônia sobre a memória de nossos antepassados – o grande cemitério indígena que cobria o Largo da Trincheira e do Pelourinho – abrindo caminho para as ruas do Deus Padre, Deus Filho e Deus Espírito Santo”.

De acordo com Mesquita (2005), nos arredores do Forte em 1695 foi erguida pelos carmelitas uma capela em madeira, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. O forte e a capela, dois símbolos da soberania europeia, expressavam a nova ordem instaurada. Estabelecidas as bases de dominação, os portugueses foram se adaptando e moldando o território invadido conforme seus ideais de civilização e cidade.

No entanto, como nos apresenta Otoni Mesquita (2005), naquele momento a Fortaleza da Barra ficava praticamente esquecida e não passava de uma grande aldeia que agrupava diferentes etnias da região. A presença do Estado ainda era muito limitada e ocorria, principalmente, por meio de legislações instituídas com a evidente intenção de manter o domínio português.

Já no século XVIII, o Lugar da Barra se mantinha como um pequeno povoado constituído por casas cobertas com palha e uma população reduzida a 301 moradores, dos quais 243 eram indígenas, 47 brancos, e 11 escravos negros. Conforme os relatos do naturalista Alexandre Ferreira Rodrigues, que passou pelo lugar em 1786, a povoação estava dividida em

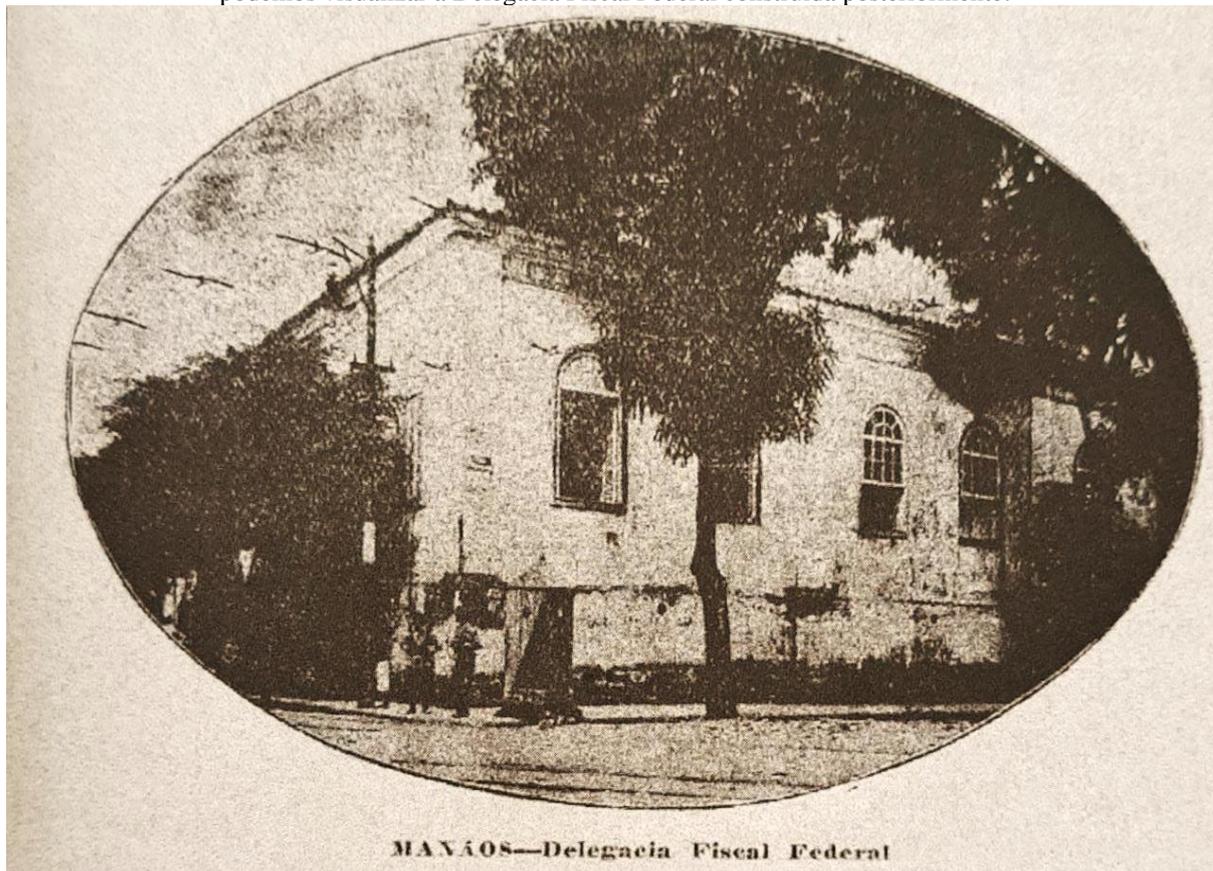
dois bairros, tinha 45 casas residenciais, uma igreja matriz, uma olaria e uma casa para construção de canoas. A respeito do Forte, constatou que restavam apenas as suas ruínas.

O cenário sofreria mudanças mais significativas com a gestão de Manoel Lobo D'Almada que em 1791, responsável pela Capitania de São José do Rio Negro, resolveu transferir, sem autorização do governador do Grão Pará, a sede do governo para o Lugar da Barra, por acreditar que a localização era mais favorável que a de Barcelos.

Após a transferência, logo buscou promover a construção de prédios públicos e modificações nos serviços administrativos que equipassem a nova capital. Agenciou o funcionamento da produção de panos de algodão, tecidos e redes, construiu um hospital, uma cadeia pública que sofreu um incêndio e outras edificações no estilo vigente. Estas mudanças não teriam sido bem aceitas pelo governador do Grão Pará, D. Francisco Coutinho, que, temendo perder o seu cargo para D'Almada, lhe impôs diversos obstáculos, resultando na determinação de “transladar” novamente a capital para Barcelos por meio da Carta Régia de 1798 (MONTEIRO, 2012).

Na figura 2 podemos visualizar o terreno que abrigou o prédio da fábrica de panos de algodão implantada por D'Almada, posteriormente no local foi construída a Delegacia Fiscal. Atualmente abriga um prédio da previdência social (MONTEIRO, 2012).

Figura 2 - Terreno onde foi construído o edifício da fábrica de tecidos de algodão por D'Almada. Na imagem podemos visualizar a Delegacia Fiscal Federal construída posteriormente.



Fonte: Mário Ypiranga Monteiro, in Fundação de Manaus, 2012.

Após a gestão de Manoel Lobo D'Almada, a Capitania do Rio Negro ficou sob o comando de uma junta governativa até o ano de 1801. Os governadores que vieram a seguir não tiveram grande relevância no cenário político (MESQUITA, 2005).

Em 1808¹ o Lugar da Barra voltava a recuperar o status de sede da Capitania sem que isto houvesse modificado consideravelmente a sua fisionomia. No início do século XIX, a paisagem continuava contornada por construções cobertas com palha e até mesmo alguns dos edifícios mais elaborados seguiam essa regra, como o palácio dos governadores, a provedoria e o quartel.

No terreno acidentado e cortado por diversos cursos d'água, as casas de beirais escorridos, a maioria de único pavimento, ficavam distantes umas das outras formando ruas

¹ Em 1804, por ordens de D. Marco de Noronha e Brito o conde dos Arcos, que substituiu D. Francisco Coutinho na direção do Grão-Pará, o Lugar da Barra do Rio Negro retomou o status de capital, no entanto, a decisão foi cumprida apenas em 29 de março de 1808 quando José Joaquim Vitório da Costa assumiu o cargo. (MESQUITA, 2005).

irregulares de chão batido. Bessa Freire (1987) descreve que, na verdade, essas ruas se tratavam de caminhos estreitos, escuros e desnivelados, que não conduziam a nenhum lugar. Sobre as condições do Lugar da Barra apresenta as seguintes observações:

No final do período colonial e mesmo após, quando passou à categoria de vila (1832), com a denominação de Manaus, o núcleo populacional fundado pelos portugueses permanecia uma aldeia rural, imprensada entre o igarapé de São Raimundo e o do Espírito Santo, que só eram ultrapassados através de algumas trilhas que ligavam a vila com as rocas e plantações existentes em seus arredores, copiando mal os padrões indígenas.

Quando os portugueses perderam o controle político, com a adesão do Pará à Independência do Brasil, em 1823, deixaram uma região demograficamente esvaziada e, no lugar das grandes habitações cónicas, palhoças de uma aldeia rural despersonalizada, onde quase 80% da população era composta de índios destrabalizados e mestiços que não falavam a língua portuguesa como língua materna, com sérios problemas de identidade, e onde a qualidade de vida havia em muito se degradado.

Quase um ano depois da Proclamação da Independência do Brasil, o anúncio tardio sobre o fato não encontrou maiores dificuldades de aceitação por parte dos moradores da Barra. Isto porque o poder colonial era tão forte que a Amazônia pouco se beneficiou com as mudanças que acompanharam este acontecimento (SOUZA, 2001).

A partir de 1850, contudo, o cenário passaria por algumas modificações mais expressivas. Porém, se aqui nos interessa falar sobre os incômodos, convém lembrar as primeiras manifestações da Cabanagem em 1835. O movimento de caráter popular formado por mestiços, indígenas, caboclos e colonos sem-terra se espalhou por toda Amazônia e buscava reivindicar a autonomia da região através de um governo escolhido pelo próprio povo.

O conflito se estendeu por cinco anos, os quais foram marcados por embates violentos que orquestravam uma libertação nacional. Eduardo Angelim foi quem liderou o movimento na então Comarca do Alto Amazonas, assumindo interinamente a presidência. Durante seis meses cortou as relações com o Grão-Pará. Mas, em alguns anos, os rebeldes foram vencidos, e no ano de 1839 foi decretada anistia ampla para os envolvidos no movimento, contudo, somente um ano depois os cabanos se renderam. (MESQUITA, 2005).

As poucas informações sobre essa luta política levaram Marcio Souza a considerar o acontecimento como uma “amnesia histórica”, “um simples hiato de anarquia social das massas incultas, perdendo-se assim um dos fios da meada dos processos históricos da Amazônia” (SOUZA, 2001, p.180).

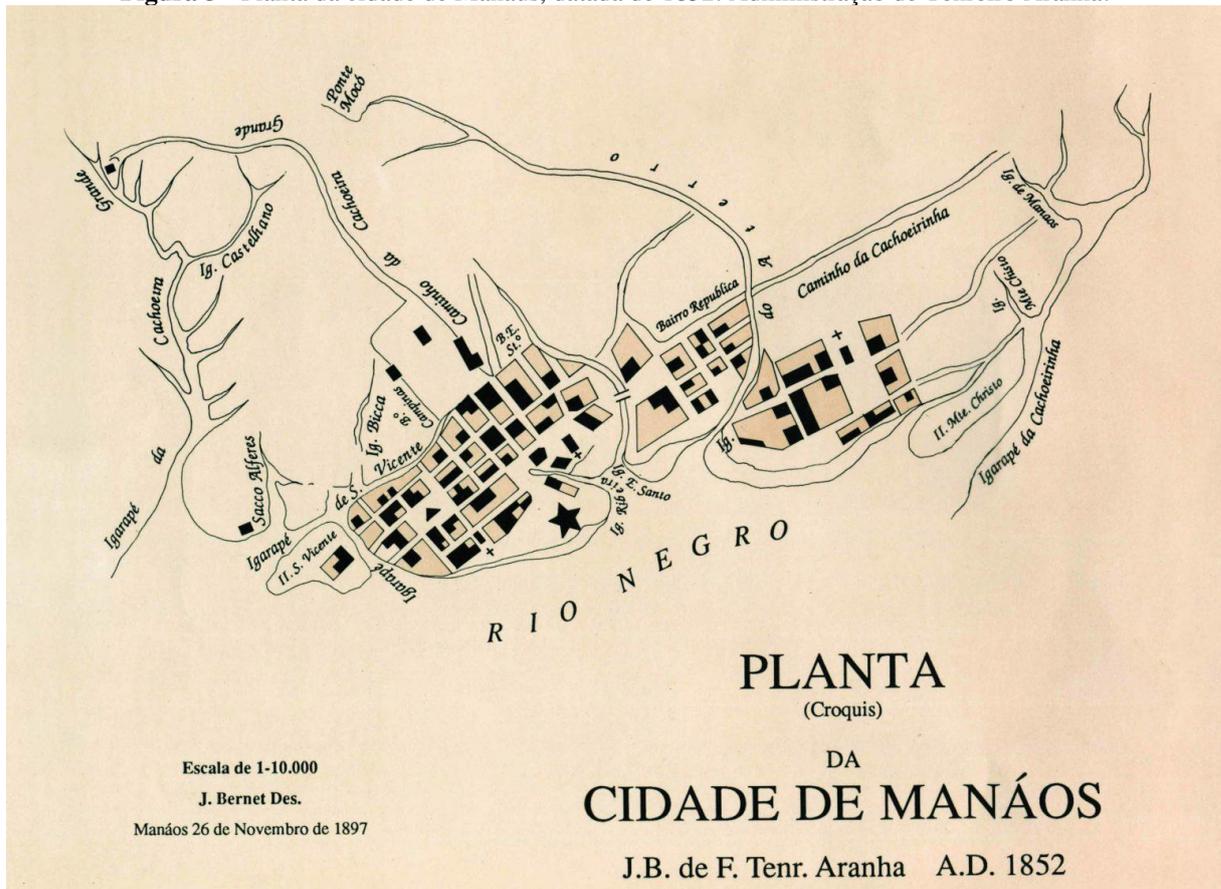
Na metade do século XIX, Manaus já havia recebido o título de cidade e era a capital da recém Província do Amazonas, sem que com isso houvesse acontecido grandes mudanças em seu aspecto físico, porém, ainda que de forma sutil, elas estavam presentes. Lourenço Amazonas, no livro *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas* (1852) apresenta o seguinte relato sobre Manaus:

Cortada a Cidade por igarapés, como fica dito, em três Bairros, a saber: o de S. Vicente a O., o da Matriz, no centro, e o dos Remédios a E., são todos assaz aprazíveis e arejados, e têm pontos de magnífico pitoresco, como o dos Remédios, d'onde se avista o resto da Cidade, confundidas as casas com as árvores e os mastros das embarcações estacionadas nos igarapés.

(...) Consta a Cidade de uma praça e 16 ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas são cobertas de telha, e poucas de sólida fundação; porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número (AMAZONAS, 1852, p. 187, 189).

Na imagem a seguir, que demonstra a Planta da Cidade em 1852, é possível constatar a presença marcante dos igarapés delineando os contornos da cidade, como apontava Amazonas (1852). O desenho urbano vai se modificar com as crescentes reformas:

Figura 3 - Planta da cidade de Manaus, datada de 1852. Administração de Tenreiro Aranha.



Fonte: Um olhar pelo passado, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Acessada no acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/#materia>. Acesso em 22/06/2023

Após a elevação do Amazonas a Província, as expectativas a respeito de Manaus aumentaram despertando o interesse de diversos viajantes que faziam suas observações sobre a cidade. Os administradores enxergaram, então, a necessidade de empenhar seus esforços para promover mudanças e reformas no espaço urbano com a intenção de inserir os padrões do mundo “moderno” e “civilizado”. Porém, a carência de recursos materiais e de mão de obra, além da demora das exigências burocráticas para liberação de verbas, dificultava o andamento das obras públicas.

Na tentativa de superar o obstáculo da insuficiente mão de obra, as autoridades buscavam diferentes alternativas, dentre elas Mesquita (2006) destaca a do presidente Ângelo Thomaz do Amaral que em outubro de 1857 pretendia executar a obra de duas alamedas usando a força braçal de prisioneiros, atestando como justificativa se tratar de uma atividade mais saudável do que mantê-los em uma “cadêa acanhada e húmida”.

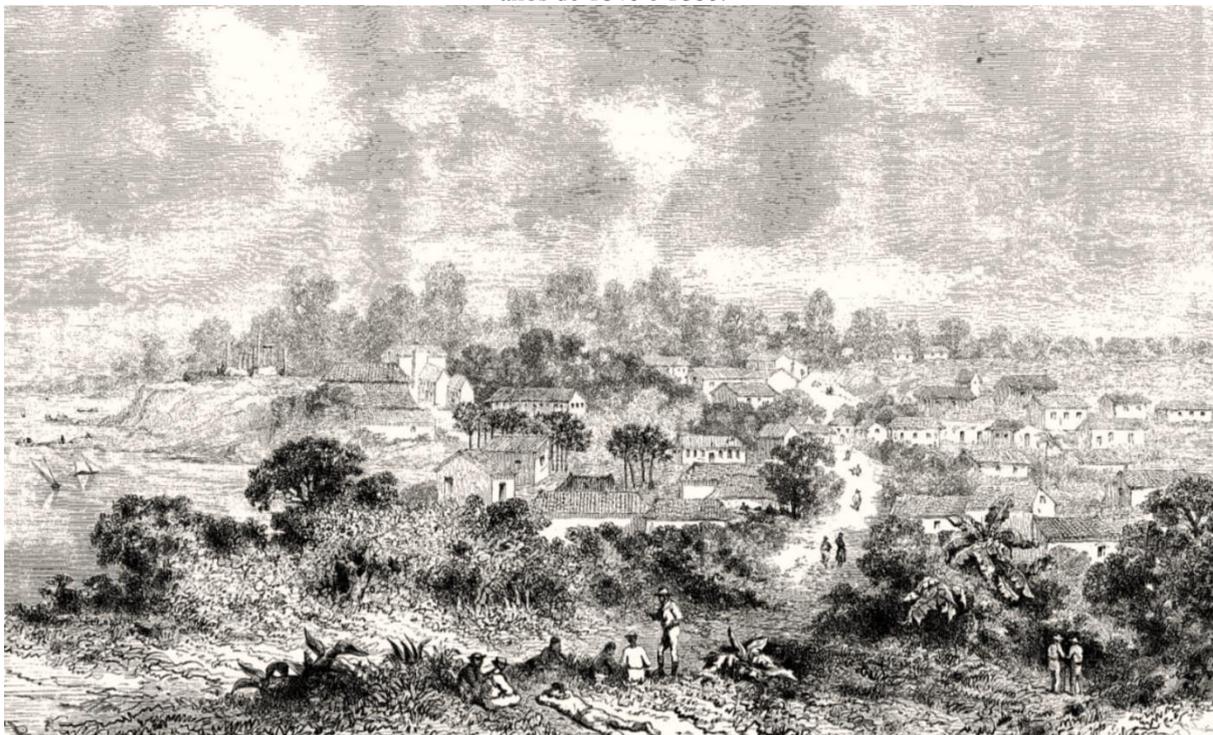
A escassez de mão de obra foi uma das lamurias frequentes mencionadas pelos agentes administrativos da cidade, uma vez que o processo de colonização já havia deixado um saldo negativo de mortes, além disso, apesar da instauração de um regime de imposição de regras voltadas para formação de uma classe trabalhadora, os indígenas sobreviventes, que comportavam o maior contingente de trabalhadores, não haviam incorporado por completo tais imposições disciplinadoras, sendo comum o abandono das atividades sem receberem seus salários.

Os viajantes europeus e administradores locais, por vezes, consideravam a indisposição dos indígenas para o trabalho como falta de ambição, preguiça ou indolência, no entanto, o fato é que para os indígenas a relação com a natureza era diferente e se pautava no valor de uso e não do lucro. Cabe destacar, ainda, que os gestores da cidade preferiam a mão de obra estrangeira, pois a consideravam mais habilitada para realizar as reformas pretendidas (DIAS, 2019; COSTA, 2014).

É importante observar também que a capital da Província do Amazonas ficava distante da Corte e para chegar até ela, eram necessárias longas viagens fluviais, o que dificultava a comunicação. A topografia da cidade, consideravelmente marcada pelo terreno acidentado, misturava características europeias e traços da cultura local, formando um cenário de contrastes instigante. As casas ficavam dispersas assentadas sobre colinas e morros. Nas construções das residências se utilizava os recursos disponíveis no lugar como a palha, madeira e o barro.

A respeito das condições urbanas da cidade, o isolamento e as dificuldades encontradas para empreender as reformas desejadas pelos administradores, Otoni Mesquita (2006, p.53) considera ser possível projetar a imagem figurativa da capital da Província como “uma das filhas do Império, esquecida nos confins e que, de acordo com o dito popular, além de morar longe era pobre e feia”. Em sua passagem por Manaus entre 1840 a 1860, o francês Paul Marcoy realizou alguns registros nos quais constam ilustrações (figura 4) do que seria a cidade naqueles tempos.

Figura 4 - “Vista panorâmica da Barra a partir da sacada da Capela de Nossa Senhora dos Remédios”, entre os anos de 1840 e 1860.



Fonte: MARCOY, 1867, p. 156.

Os viajantes europeus que passaram pela cidade nesse período deixaram suas impressões sobre Manaus. Embora estes relatos por vezes estejam carregados de críticas baseadas nas vivências do mundo europeu, eles fornecem informações que possibilitam visualizar o que seria a cidade naquele tempo. Para Robert Avé-Lallemant², em 1859, Manaus estava “lindamente situada. As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções. Sobe-se e desce-se”. Destacou ainda:

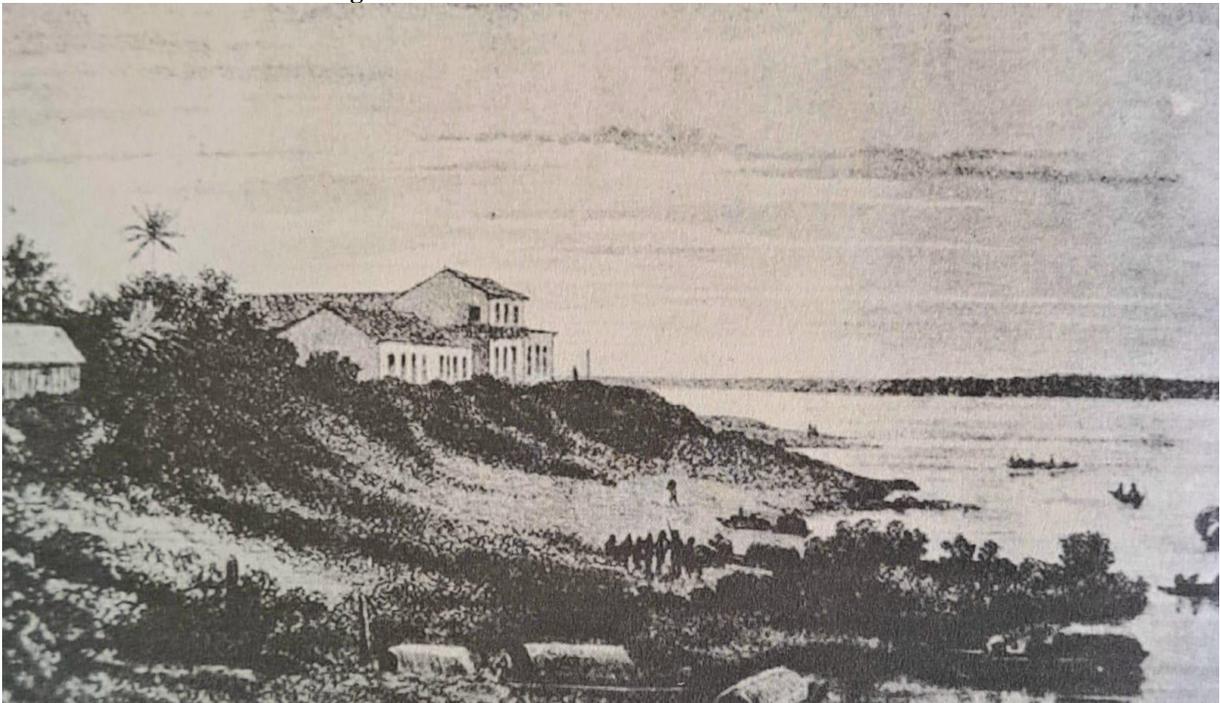
Aliás ninguém se apressava em engrandecer a nova capital da Província do Amazonas, a antiga Barra do Rio Negro. O chamado palácio do presidente parecia mofar um tanto maliciosamente do seu nome e se sustinha sobre pés fracos. A casa de frente de mim, onde morava o Chefe de Polícia, um sobrado com seis janelas de frente, era muito mal construída. Só edificaram alguns novos sobrados; tudo parecia esperar alguma coisa, que deveria dar o verdadeiro impulso (AVÉ-LALLEMANT,[1860] 1961, p. 100).

² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem Pelo Norte do Brasil no Ano de 1859*. vol. 2. Tradução Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

Sobre a fisionomia da cidade (figura 5), o casal de naturalistas Elizabeth (1822-1907) e Louis Agassiz (1807-1873), que desembarcou em Manaus por volta de 1865, menciona algumas construções de caráter público e acentua a boa localização da cidade entre o rio Negro e Solimões:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. (AGASSIZ e AGASSIZ, [1869] 2000, p. 196).

Figura 5 - Vista da cidade de Manaus – 1865 – 1866



Fonte: Louis Agassiz. *Viagem ao Brasil 1865 – 1866*. In: Otoni Mesquita, 2019. p. 40

Dois anos após a passagem do casal Agassiz pelo Amazonas, em 1867, Martins (2019) destaca que ocorria o impulso que viabilizaria o potencial mencionado pelos naturalistas, no caso, a abertura dos rios da Amazônia a todas as nações amigas, o que contribuiria para a economia amazonense, especialmente em relação à goma elástica, matéria-prima bastante requisitada no mercado internacional devido ao seu valor para a indústria europeia e norte-americana e da qual Manaus se tornaria a principal fornecedora.

A partir da descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear na década 1840, a borracha amazônica produzida através do leite/látex retirado das seringueiras (*hevea*

brasilienses) se tornou mais resistente, passando assim a ser valorizada por diversos setores industriais em expansão, os quais encontraram diferentes formas de utilizá-la. Dos bondes elétricos, fiação telefônica, pneus automobilísticos à fabricação de bolsas, cintos e outros tantos artigos do cotidiano, a borracha estava presente, o que significava dizer que, sendo Manaus o local onde circulava a mercadoria gomífera produzida nos seringais, a cidade desempenharia um papel fundamental enquanto centro exportador, tornando urgente a tarefa de “modernizá-la”.

No entanto, até o boom da borracha, as transformações urbanas aconteciam vagarosamente e, apesar de haver certa preocupação em atualizar Manaus como capital da Província, a cidade permanecia uma grande “Aldeia”, adornada com um conjunto de obras públicas pouco expressivas e revestida de hábitos artificiais que incluíam “os aspectos mais rudes da herança europeia e a perplexidade das origens nativas” (MESQUITA, 2005, p. 131). A concepção de cidade “civilizada”, portanto, permeava os projetos administrativos, mas entrava em conflito com a própria topografia do lugar e a permanência dos costumes indígenas no cotidiano da província, como podemos observar na cena descrita por Elizabeth Agassiz:

Não se percorre qualquer ponto das cercanias da cidade, em qualquer direção, que não se observe um traço característico dos habitantes da terra e de seus costumes. Esta manhã, por volta das sete horas, dei o meu passeio habitual pela floresta vizinha de nossa casa, à beira de um igarapé, teatro habitual de quase todas as cenas da vida exterior da cidade. Aí se reúnem os pescadores, as lavadeiras, os banhistas, os homens que pegam tartarugas. (AGASSIZ e AGASSIZ, [1869] 2000, p. 274).

A paisagem bucólica e marcada por contrastes culturais vai aos poucos sendo modificada. Nessa época, o arruador, responsável por determinar os limites dos bairros e o alinhamento das casas, passa a desempenhar um papel ainda que tímido no desenho da cidade. Surgem ruas mais compridas em direção ao norte e algumas casas passam a usufruir de iluminação particular à base de manteiga de tartaruga. As peneiras das janelas começam lentamente a ser substituídas por grades (MONTEIRO, 2012).

O registro fotográfico do alemão Albert Frinsh, datado de 1865, mostra um exemplo das graduais modificações. Na imagem (figura 6), podemos visualizar duas residências construídas com taipa cujas janelas estavam sendo substituídas por modelos atualizados.

Figura 6 - Casas em Manaus datadas em 1865 – Registros do Fotógrafo alemão Albert Frinsh



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/albert-frisch/>. Acesso em 22/06/2023

De acordo com Otoni Mesquita (2006), os anos finais do século XIX marcaram o início de um período mais intenso no provimento de obras públicas. O estudioso observa que comparando o número de obras públicas entre os anos 50 e 80 daquele século, este último período apresenta uma quantidade superior. Neste momento, a comercialização da borracha começava a deslanchar no cenário nacional e internacional, viabilizando os recursos necessários para as reformas urbanas.

Em 1827, a quantidade de borracha exportada da Amazônia somava 31 toneladas; já no início dos anos 1880 era estimada em 7 mil, subindo rapidamente para 17 mil em 1887. É com o excedente gerado pela economia gomífera que, de fato, Manaus vai sofrer consideráveis intervenções urbanas, intensificadas sobretudo após o estabelecimento do regime republicano em 1889, que delegou autonomia financeira e administrativa aos Estados brasileiros, possibilitando a execução de projetos urbanísticos. Em poucos anos, como observou Geraldo Valle (20, p. 120), “a cidade sai de uma vila com índios banhando-se nos igarapés do centro para uma ordenação dos espaços em estilo europeu”.

A historiadora Edneia Mascarenhas Dias (2019), no livro *A Ilusão do fausto: Manaus – 1890 – 1920*, apresenta uma reflexão crítica do apogeu da borracha. A autora explica que, a partir deste aparente cenário de riquezas, as ações governativas se voltaram para o esforço de

transformar Manaus numa cidade ideal, embelezada, moderna e sem problemas, a fim de atestar a nova condição do lugar como centro exportador da economia gomífera. Instala-se, portanto, um processo de embelezamento que procura apagar definitivamente as características dos tempos de província e adota os padrões europeus de higiene e modernidade no remodelamento urbano com a evidente intenção de construir uma imagem atrativa para o investimento do capital estrangeiro. As transformações que se seguem buscam atender os interesses da elite manauara formada pelos extrativistas e aviadores ligados ao capital financeiro internacional com estreita relação com o poder público, desse modo:

A cidade, antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe. Para tal vai adequando-se a uma função social nova. A modernidade traria um novo estilo de vida e grandes transformações não só materiais, como também espirituais e culturais. (DIAS, 2019, p. 30).

Atribui-se ao governador Eduardo Gonçalves Ribeiro a iniciativa do plano ambicioso de transformar Manaus. O maranhense positivista governou a cidade de forma interina entre 1890 e 1891, retomando o poder em 1892 e permanecendo até 1896. Embora várias construções iniciadas não tenham sido concluídas em seu governo, seus ideais de embelezamento da cidade se estenderam nas administrações seguintes. Os projetos urbanísticos incluíam o nivelamento do terreno acidentado, o calçamento das principais vias, bem como o aterro dos igarapés que passaram a representar um empecilho para a estética desejada e um perigo na propagação de doenças (MARTINS, 2019).

Em favor do embelezamento da cidade, a lei nº. 12 de 1º./10/1892³ autorizava o governo a inserir nas reformas urbanas o aterramento de vários igarapés centrais, dentre eles o Igarapé do Espírito Santo (figura 7), que deu lugar a Avenida Eduardo Ribeiro (figura 8), uma das principais vias de circulação daquele período, onde se instalaram as mais importantes casas comerciais e edifícios públicos de maior notoriedade.

³ In: DIAS, Edneia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus 1890 – 1920*. 3 ed. Manaus: Editora valer, 2019.

Figura 7 - Parte do Igarapé do Espírito Santo em meados de 1890, antes das obras de aterramento.



Fonte: George Huebner. Álbum Vistas de Manaus, c. 1890. Acessado no acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/vista-do-igarape-do-espirito-santo/#materia>. Acesso em 22/06/2023

Figura 8 - Postal de 1910 que apresenta uma parte mais ao sul da Avenida Eduardo Ribeiro, com o rio Negro no horizonte. Destaque para a arborização da via, e a passagem do bonde.



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas de 1910. Acessado no acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/iconografia/parte-comercial-da-avenida-eduardo-ribeiro/#materia>. Acesso em 22/06/2023

A construção da Avenida Eduardo Ribeiro pode ser interpretada como um símbolo da modernidade estabelecida. O aterro do igarapé em prol da abertura da Avenida denota a imposição de uma cidade construída nos moldes europeus, que priorizou o artificial em detrimento das características naturais do lugar:

Sem dúvida, a Avenida Eduardo Ribeiro atendia ao modelo de espaço público requisitado pela burguesia, onde o consumo e o lazer assumiam importantes papéis, surpreendia ao viajante porque era como encontrar uma cópia fiel dos grandes centros civilizados em pleno coração da selva amazônica (MESQUITA, 2006, p. 299).

Com o aterramento dos igarapés, os costumes locais também são afetados, já que além de servir como fontes de abastecimento de água eram comuns os banhos diários, a lavagem de animais, as canoas como meio de transporte e as atividades das lavadeiras nas margens dos igarapés (DIAS, 2019).

Na planta da cidade de 1906 (figura 9) é possível visualizar a ampliação do desenho urbano. Verifica-se a predominância do traçado retilíneo das ruas substituindo o delineamento anterior com a presença dos cursos d'água.

Figura 9 - Planta de Manaus e Arrabaldes de 1906. Observar a disposição do traçado urbano em forma de “xadrez”



Fonte: **Acervo do IGHA** – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Acessado no acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/planta-de-manaos-e-arrabaldes-de-1906/#materia>

Para a construção da cidade moderna, além do aterro de Igarapés, as casas e prédios antigos são destruídos e substituídos por construções suntuosas, largas avenidas, pontes, praças e monumentos dos quais podemos mencionar o Teatro Amazonas (figura 10), símbolo do fausto da *Belle Époque*; o Palácio da Justiça; Palácio Rio Branco; edifício da Alfândega; e Palacete da Imprensa Oficial.

Figura 10 - Fachada do Teatro Amazonas, ao fundo observa-se o Palácio da Justiça



Fonte: Álbum do Amazonas 1901-1902. Acessado no acervo digital do Instituto Durango Duarte. disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/o-imponente-teatro-amazonas/#materia>. Acesso em 22/06/2023

Manaus também é contemplada com serviços de comunicação, água encanada, iluminação pública e bondes elétricos. Surgem estabelecimentos bancários, cafés, bares, restaurantes, boticários, hotéis e cabarés que movimentam a vida na cidade. As praças com seus jardins, coretos e fontes, os espetáculos e cada nova instalação de equipamento trazia a imposição de outro ritmo ao cotidiano citadino.

Repentinamente, de lugarejo provinciano, Manaus se tornava uma cidade de vida social bastante agitada, cuja promessa de enriquecimento financeiro atraía um número significativo de estrangeiros e brasileiros ávidos por melhores condições de vida. O ambiente cosmopolita se instala e com ele as estruturas culturais de origens diversas. Dentre os estrangeiros, a maioria era representada pelos portugueses. No caso dos nacionais, os nordestinos compunham o grupo majoritário.

A própria administração pública incentivava a imigração por meio de políticas dispensadoras de facilidades⁴ para aqueles que se fixassem na cidade e revelava um interesse maior na atração da mão de obra estrangeira, investindo em propagandas que enalteciam as belezas naturais, a História e as finanças da cidade. A obra *Le Pays des Amazones*, de Frederico José de Sant'Anna Nery, o barão de Sant'Anna Nery (1848-1901), publicada na França em 1899, é um exemplo disto.

Acreditava-se que os estrangeiros estavam mais habilitados para o trabalho, porém, como descreve Benchimol (2013), os que chegavam à cidade provinham de regiões empobrecidas e de cultura agrícola, mas em Manaus se dedicavam ao setor comercial e de serviços. Por outro lado, a chegada de imigrantes nacionais não era muito bem-quista pelo poder público e também setor privado, sendo frequentemente criticada e alvo de preconceitos. Aos trabalhadores estrangeiros, por vezes, atribuía-se o sucesso das obras embelezadoras, enquanto aos nacionais, reclamações de indolência e preguiça.

Os nordestinos representavam o maior número entre os imigrantes brasileiros, visto que as violentas secas assolavam o sertão e os obrigavam a encontrar refúgio em outras regiões com melhores condições de sobrevivência. No entanto, muitos deles que chegavam à Manaus eram diretamente enviados aos seringais, passando a viver em condições subumanas num ambiente inóspito e cercado de perigos. Aqueles que ficavam na cidade faziam parte da classe trabalhadora, em sua maioria, desassistida dos melhoramentos urbanos.

Mesquita (2006, p.130) lembra que “a participação da mão de obra dos nordestinos foi decisiva na exploração da região amazônica e se constituiu num elemento importante para a formação étnica e cultural da região”. Destacamos que a vida nos longínquos seringais da Amazônia se fazia desafortunada e difícil. Os seringueiros já chegavam endividados e submetidos a um sistema de semiescravidão. Este outro lado da economia da borracha, contrastava completamente com a riqueza vivenciada pela elite extrativista.

Nesse cenário, as mudanças nas configurações de Manaus foram tão acentuadas que levaram o brasilianista norte-americano E. Bradford Burns a concluir que “um morador da

⁴ De acordo com Otoni Mesquita (2019, p. 182), o governador Eduardo Ribeiro foi um dos grandes incentivadores da imigração. A Lei nº. 8, de 21 de setembro de 1892 instituída por ele, autorizava a concessão gratuita de passagens de terceira classe com embarque no sul do país, Europa ou América do Norte para profissionais estrangeiros ou nacionais que desejassem fixar-se na região. O benefício se estendia aos familiares do interessado, que durante o primeiro mês de estadia, enquanto não encontrasse uma ocupação, teria direito a hospedagem e uma diária de 2\$000 réis. (Coleção de Leis, 1892, 1901, p. 5 apud MESQUITA, 2019).

cidade do ano de 1870 teria muita dificuldade em reconhecê-la, na primeira década do século vinte” (BURNS, 1965 apud COSTA, 2014, p. 43). A cidade havia abandonado os traços da grande “tapera” e se transformado na “Paris dos Trópicos”, emprestando dos planos urbanísticos do prefeito parisiense Barão Haussmann (1809-1891) os moldes necessários para sua nova feição.

Mas a cidade não estava preparada para receber o contingente de pessoas que se instalavam no perímetro urbano. Edneia Mascarenhas Dias (2019) aponta que até 1852 a população era estimada entre 8.500 moradores, já em 1890 ela atingiria 50.300 habitantes, conforme o recenseamento geral da república.

O inchaço populacional estimulado pela migração acentuou os problemas de saneamento, higiene e habitação, se tornando uma preocupação da elite e do governo, visto que esta outra face da cidade ameaçava a imagem de progresso pretendida por este grupo. Assim, para controlar o ordenamento urbano, a administração pública promoveu um conjunto de políticas e regulamentos para uso do espaço central, afastando da visibilidade pública trabalhadores, pobres, pedintes, doentes e desocupados, além de ter estabelecido normas e proibições que incluíam o apagamento de costumes e inseriam novas regras de comportamento.

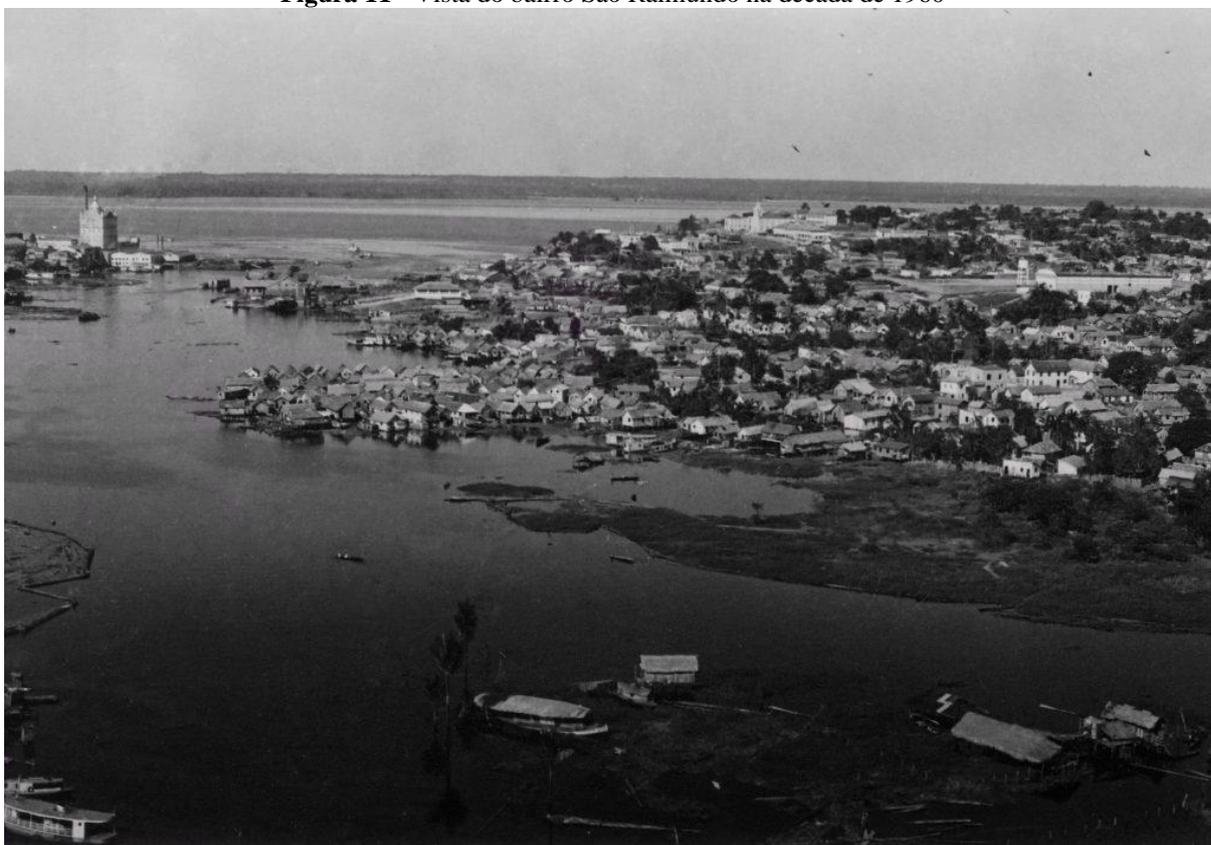
Sobre a questão da habitação, Dias (2019) menciona que as exigências do governo sobre as condições gerais e técnicas de edificação impossibilitavam o trabalhador de permanecer em sua antiga área de residência, próximo ao seu local de trabalho, abastecimento e lazer. No perímetro urbano proibia-se a edificação de casas cobertas com palha, sendo este um material muito utilizado pelos pobres, devido ao seu baixo custo. O infrator desta norma ficava sujeito à multa no valor de 20\$000 réis ou a demolição. Deusa Costa (2014) acrescenta ainda que a madeira e a palha, comuns na construção das casas dos trabalhadores, feriam a idealização da cidade:

A palha não era considerada apenas como antiestética ou insalubre. Ela carregava consigo o pecado de trazer à memória toda uma civilização que se buscava desterrar: a indígena. (...). A habitação popular do perímetro urbano, um dos aspectos físicos que ainda podia, vez ou outra, lembrar esse passado foi sendo paulatinamente condenado pelo poder público e pelas elites, na mesma proporção com que se almejava uma arquitetura mais próxima aos moldes europeus. (COSTA, 2014, p. 116).

As reformas modernizadoras, por conseguinte, empurravam os trabalhadores para as áreas periféricas, buscando afastar a imagem do atraso ligada à cultura indígena, à pobreza,

doenças e outros aspectos considerados problemáticos e nocivos para cidade idealizada. Com as políticas de embelezamento e suas proibições criam-se estratégias de controle urbano e segregação dos trabalhadores e população pobre. A estes restavam os bairros distantes, os cortiços e vilas insalubres, frequentemente desassistidas do abastecimento de água, iluminação pública e coleta de lixo. A falta destes serviços ou a sua insuficiência fazia parte das constantes reivindicações dos moradores que buscavam os jornais e outras diferentes formas de protestos para denunciar o descaso. São desta época a ocupação dos bairros de São Raimundo, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Aparecida e Morro da Liberdade.

Figura 11 - Vista do bairro São Raimundo na década de 1960



Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga. Acessada no acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/bairro-de-sao-raimundo-2-2/#materia>. Acesso em 22/06/2023

Dias (2014) acrescenta que embora permeasse a preocupação por parte do poder público com a questão da habitação dos trabalhadores, isso não significava que de fato tivessem assumido um compromisso com os setores populares, até mesmo porque o isolamento era estratégico. A ponte do bairro São Raimundo, por exemplo, frequentemente lembrada pelos administradores, só teve sua construção efetivada em 1988. No caso da circulação dos loucos,

doentes, ladrões, vadios, pedintes, prostitutas, ou seja, dos indesejados, surgem às penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas, afastadas do centro urbano (DIAS, 2019; COSTA, 2014).

Nesse sentido, como avalia Dias (2007), o espaço urbano organizado e idealizado a partir de uma concepção de prosperidade e civilização, cria também as suas próprias contradições. Emergem assim duas realidades conflitantes: a primeira compreende a cidade do Fausto, marcada pelas benesses da “belle époque”, um privilégio das elites. A outra traduz a cidade real, problemática e conflituosa, que se estende, sobretudo, aos trabalhadores, pobres e desocupados. As obras de embelezamento empreendidas na região central escondiam esta outra realidade incômoda.

Otoni Mesquita (2019) nos ajuda com essa compreensão ao declarar que “[...] o projeto de embelezamento não deixava de ser uma maquiagem da realidade, um artifício para iludir ou, ainda, um embelezamento para entreter”. Por essa perspectiva é possível entender que ao tentar instaurar a política de embelezamento e higiene da cidade, uma pressão forte é exercida principalmente contra os indivíduos menos favorecidos. A estratégia de segregação e isolamento de tais indivíduos em bairros distantes, cortiços insalubres e instituições para os indesejados, demonstrava a tentativa de organizar o espaço da cidade no final do século XIX, seguindo os interesses da classe dominante, pautados nos ideais de modernidade, civilidade e progresso.

A impressão que se tem é que a Manaus da borracha adotou como referência moldes e padrões exteriores completamente avessos e destoantes da realidade local, negando a identidade relacionada à cultura indígena e a natureza. Na tentativa de integrar o mundo moderno, práticas culturais foram condenadas e novas relações sociais estabelecidas. Casas e edifícios de caráter provinciano foram destruídos, os igarapés soterrados, e as formas de viver se modificaram, dando lugar à obras embelezadoras, copiado das sociedades consideradas mais cultas e civilizadas.

Surgem também os lugares de segregação como resultados das estratégias de abafar e esconder os problemas que a nova ordem econômica e social instaurou. Dessa forma, o mesmo processo que buscou conferir à Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, foi também responsável por reforçar as distinções sociais.

Porém, como explica Mesquita (2019, p. 158), “o império da borracha teve uma duração efêmera: ao mesmo tempo em que atingia o auge, iniciava-se a sua derrocada”. Nos primeiros anos do século XX, os relatórios administrativos já apontavam a redução das rendas do Estado em razão da desvalorização da borracha amazônica. Em 1910 a queda do preço da borracha já era muito visível e começava a provocar dificuldades financeiras.

Nos anos 70 do século anterior, o inglês Henry Alexander Wickman conseguiu contrabandear e enviar setenta mil sementes de seringueira para Londres, posteriormente elas foram levadas para o Jardim Botânico de Kew e depois transferidas e plantadas no Ceilão em Singapura. Com o desenvolvimento de uma produção mais racional e eficiente, o Oriente se tornou o maior produtor do látex, desbancando o monopólio que até aquele momento pertencia à Amazônia.

A crise econômica que veio a seguir desestabilizou vários setores industriais promovendo o fechamento de várias fábricas e atingindo principalmente aquelas que tinham o látex como matéria-prima. “Em 1920, estava definitivamente confirmada a falência da borracha na região.

No ano anterior, o Brasil participava somente com 34.000 toneladas numa produção mundial de 423.000 toneladas, enquanto que o Oriente contribuía com 382.000 toneladas” (PRADO JR, 1945, p.239 apud MESQUITA, 2019, p.158), pois como aponta Marcio Souza (2001, p. 191) era praticamente impossível “o seringalista brasileiro, ainda no regime extrativista, concorrer com os capitalistas da Malásia, porque o anacrônico extrativismo jamais concorre com o capitalismo”.

O cenário exaurido da economia do látex aprofundou os problemas de desemprego, habitação e demais questões sociais. Tornaram-se comuns, no *Jornal do Comercio*, as notas de despedida das famílias que deixavam a cidade apressadamente. “A desolação era completa”, descreve Souza (2001, p. 195):

Em Manaus, a classe média, proletarizada, necessitava de crédito aberto do comércio, e com o alto índice de desemprego, atingia níveis de indigência. Os palacetes começavam a ruir abandonados e as ruas enchiam-se de buracos. Toda infraestrutura de serviços urbanos começou a entrar em colapso e o êxodo das populações interioranas acelerava esse processo. A Paris equatorial era agora uma Port – au – Prince ridícula, vivendo num isolamento de enlouquecer. (SOUZA, 2001, p. 195)

De fato, o período entre 1910 a 1960 que sucede a derrota do monopólio da borracha amazônica foi marcado por um cenário de grandes dificuldades financeiras, obrigando a região a se interessar pelas coisas do Brasil, como assinala Souza (2001, p. 194), mas isso não significa dizer que a cidade deixou de existir, ao contrário, continuou produzindo experiências sociais e urbanas. As referências que apontam este período como um longo estágio de “estagnação” de Manaus, talvez ignorem o fato de que nesse momento “a cidade esteve imersa em suas relações locais de forma mais intensa”, conforme ressalta Geraldo Valle (2019).

Ao voltar-se para a ordem próxima, para o local, para o interior do Estado, a cidade de Manaus construiu outras relações comerciais e de serviços. Novos agentes se tornaram hegemônicos, novos agentes passaram a dominar o comércio, outras parcerias foram construídas entre classes, entre famílias, entre pessoas. (VALLE, 2019, p.122).

O imaginário nostálgico que permeia o apogeu da economia da borracha e provoca “lapso de memória” de outros tempos vividos talvez se perpetue porque é mais conveniente eleger uma versão da história menos dolorida. Contudo, no próprio contexto da *Belle Époque* manauara, realidades sociais distintas e contraditórias coexistiram. No caso dos doentes hansenianos, eles faziam parte do grupo dos indesejados, daqueles que ameaçavam a imagem do progresso e por isso precisavam ficar longe da vista da cidade moderna, escondidos e isolados em lugares distantes pelo bem da saúde pública.

1.1 OS MEDOS URBANOS E A PURIFICAÇÃO DA CIDADE

O medo faz parte da experiência humana, apesar dos inúmeros esforços para superá-lo. Em nível subjetivo, está relacionado à insegurança e, num estágio mais profundo, à possibilidade da morte. Todo ser humano tem medo, porque reconhece a sua finitude e isso não tem nada a ver com coragem, conforme explica Jean Delumeau em seu livro *A história do medo no Ocidente*, publicado na França em 1978, que permite analisar como o medo foi construído e vivido no decorrer da história.

Entre os séculos XIV e XVI, a associação do medo à covardia ou falta de coragem encontrava nos discursos e na língua falada a tendência para camuflar reações comuns e naturais diante do perigo eminente, através da exaltação do heroísmo da nobreza.

As narrativas literárias amparadas nas iconografias evidenciavam a valentia (individual) dos heróis que governavam a sociedade, pois era necessário que de fato fossem assim, ou ao menos fossem representados dessa maneira, a fim de atestar o poder do qual estavam revestidos. O medo seria, então, a prova do nascimento “de baixo”, a justificativa da subordinação dos plebeus. Isto significa dizer que o medo, como discurso ideológico, configurava-se como instituição de poder (dominação pelo medo): os dominadores eram os mais fortes e destemidos, logo, aqueles que obedeciam deveriam temer seus superiores.

No entanto, o medo não se restringe a individualidade, compreendendo também as representações coletivas, sendo esta transposição do individual para o coletivo que permeia as reflexões do autor acerca do medo na Europa, as quais serão de grande valia para o presente estudo. No âmbito coletivo, o medo relaciona-se com a constatação de uma ameaça, seja real ou imaginária, e se manifesta em reações diferentes, como uma multidão envolvida pelo pânico. O medo como adição de emoções-choques pessoais amplia-se adquirindo uma dimensão mais abrangente que compreende uma confluência de medos cristalizados no imaginário coletivo, ou seja, o medo também é construído.

Delumeau (2009), não obstante, distingue medo e angústia. O primeiro está mais vinculado aos sentimentos de terror, espanto e pavor, e tem um objeto determinado. Já a angústia se volta à inquietação, ansiedade e melancolia, pois o perigo é menos claramente identificado e provoca um sentimento geral de insegurança. Medos repetidos podem conduzir o indivíduo a um estado de inquietação profunda e gerar crises de angústia.

A angústia, porém, pode ser positiva na medida em que prevê ameaças, mas quando prolongada pode criar um estado de desorientação severa. Assim, a angústia se torna extremamente perigosa sob a forma de angústia culpada, porque o indivíduo volta para si as forças que deveriam ser direcionadas contra agressões externas, tornando-se para si mesmo um objeto de temor. Desse modo, para vencer a angústia incerta e indefinida é preciso nomear os medos:

O espírito humano fabrica permanentemente o medo para evitar uma angústia mórbida que resultaria na abolição do eu. É esse processo que reencontraremos no estágio de

uma civilização. Em sequência longa de traumatismo coletivo, o Ocidente venceu a angústia “nomeando”, isto é, identificando, ou até “fabricando” medos particulares. (DELUMEAU, 2009, p. 35)

No período analisado, segundo Delumeau (2009), coube à Igreja e seus dirigentes o inventário dos medos e o seu compartilhamento com as populações, por meio de uma pedagogia de choque, pautada numa vertente estritamente religiosa. Na listagem dos medos e seus agentes estão: os turcos e os judeus (estrangeiros de modo geral), os heréticos, as mulheres, como também o medo do mar, das pestes (doenças), da fome, das trevas, de Satã, do apocalipse e das punições divinas. Sendo Satã um agente do mal e podendo se manifestar em qualquer pessoa e de qualquer maneira, era necessário lutar contra ele, como também combater o pecado.

Desse modo, os discursos eclesiásticos criaram um clima de constante suspeita do desconhecido. O medo se transforma de um sentimento intrínseco ao ser humano para um meio de controle social. A inquisição soube muito bem utilizá-lo com suas investigações justificadas sob o expurgo do mal. O livro *O Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)*, publicado originalmente na Alemanha em 1487, serviu como verdadeiro manual na identificação de atos de bruxaria e satanismo, incitando perseguições contra aqueles que não seguiam as normas sociais da época, sobretudo as mulheres consideradas capazes de seduzir os homens e levá-los a perdição.

Já o medo das epidemias, ou da peste, se localiza no imaginário coletivo como o medo que Delumeau (2009) convencionou chamar de espontâneo e cíclico, se referindo àqueles que poderiam alcançar a população em sua totalidade de tempos em tempos, mas também poderiam se restringir apenas às camadas mais pobres, como as penúrias. Em relação ao comportamento coletivo nas grandes epidemias, Jean Delumeau menciona que num intervalo de quatro séculos, entre 1348 e 1720, ondas de pânico coletivo instalavam-se em áreas acometidas pela Peste, num pequeno espaço de tempo.

Contudo, outras formas de epidemias, como o tifo, a varíola e as gripes pulmonares, também assolavam o mundo europeu ocasionando pavor e dizimando parcelas significativas das sociedades nesse período. Por se tratar de uma doença recorrente, a peste causava um estado de nervosismo e medo, não só por causa dos males que a acompanhavam, mas também porque estava revestida de preceitos religiosos.

Na representação coletiva, a peste e as epidemias, de modo geral, estavam associadas às pragas bíblicas que atingiram o Egito na Antiguidade. Outra representação frequente era a de

um incêndio anunciado no céu pelo rastro de fogo de um cometa. Na França e na Áustria muitas pessoas alegavam ter visto a “centelha da peste” cruzando os céus das cidades e saindo de cadáveres para penetrar os corpos sadios.

Entre os homens da igreja e artistas que trabalhavam em obras encomendadas, a representação mais recorrente era de uma tempestade de flechas atingindo a humanidade pela vontade e ira divina. A primeira representação nesse sentido teria sido um painel exposto no altar da ordem dos carmelitas na cidade de Gottingen – Alemanha, em 1424. Nele, Cristo está lançando flechas sobre a humanidade (figura 12). Verifica-se, portanto, que as epidemias estavam vinculadas ao imaginário da punição divina contra o pecado.

Figura 12 - Le Christ lançant lês fleches de la peste. Pintura anônima, 1424. Hanover.



Fonte: DUBY, 1999, p.78

Duby (1999) assinala que alguns estudiosos acreditavam que os miasmas contaminavam o ar, motivo pelo qual foi adotada a estratégia de acender fogueiras nas ruas como forma de

purificação em tempos de peste. Delumeau (2009) acrescenta que, ao surgir o perigo do contágio, a princípio as autoridades ignoravam, procurando não semear o pânico na população e não interromper as relações econômicas, visto que, uma vez instaurada a quarentena, podia ocorrer dificuldades de abastecimento, falência dos negócios e a instalação do caos.

Quando a ameaça se tornava real, médicos eram enviados para analisar os casos suspeitos. Em conformidade com o corpo municipal, na maioria das vezes, o diagnóstico era tranquilizador. E mesmo quando acontecia o contrário, buscavam-se outros médicos para uma segunda opinião. Esse tipo de procedimento se repetiu em Milão nos anos de 1630 e Marselha em 1720.

Mas qual era a causa das epidemias? Delumeau (2009) aponta ao menos três explicações que permeavam o imaginário coletivo. A primeira atribuía ao ar contaminado por fenômenos celestes; a segunda correspondia a uma acusação: semeadores do contágio espalhavam voluntariamente a doença, por isso era preciso encontrá-los e puni-los; a terceira afirmava que Deus, contrariado pelos pecados da humanidade, desejava se vingar. E os culpados, quem eram? O historiador assinala “o movimento primeiro e mais natural era o de acusar outrem. Nomear culpados era reconduzir o inexplicável a um processo compreensível” (DELUMEAU, 2009, p.204).

Se a epidemia se configurava como punição, talvez encontrar bodes expiatórios seria um caminho satisfatório para apaziguar a cólera divina. Dentre os potenciais culpados, estavam os estrangeiros, os viajantes, os marginalizados e todos aqueles que de algum modo não estavam integrados a comunidade, seja pela não aceitação das crenças estabelecidas, no caso dos judeus, por exemplo, ou porque em algum momento houve a necessidade de isolar essas pessoas (como no caso dos leprosos), ou ainda pelo simples fato de pertencerem a origens diferentes e por isso eram suspeitos.

No caso dos leprosos, estes foram acusados efetivamente em 1348-60 de espalhar a peste. No entanto, em 1321, ou seja, muito antes da peste assolar a Europa, leprosos foram executados na França, acusados de envenenar poços e fontes. Devido ao aspecto das lesões, acreditava-se que a lepra era uma punição do céu, da qual os doentes podiam se livrar numa espécie de transferência através da relação sexual com uma pessoa sadia ou matá-la.

Os medos cristalizados no imaginário coletivo europeu ultrapassaram as fronteiras e chegaram às terras invadidas nos tempos da colonização. Os primeiros relatos dos viajantes

Europeus sobre a Amazônia revelavam um lugar mítico cujos habitantes, vistos pela perspectiva do “outro”, do desconhecido, só podiam ser considerados homens selvagens e bárbaros. Tal perspectiva contribuiu para escravização e extermínio de várias etnias indígenas amazônicas, como analisa Márcio Souza (2001)

Os conquistadores trabalhavam com paixão, e a prática da escravidão daqueles homens desnudos e que pactuavam com o diabo era, para eles, uma prática justa. Eram os selvagens concupiscentes e com poucos merecimentos; o outro, o reverso da humanidade, eram aqueles que estavam no limbo da luz divina. (SOUZA, 2001, p. 56)

Nesse sentido, verifica-se que a construção de um medo coletivo adquire sentido histórico e função social, na medida em que ultrapassa o sentimento individual e dá sentido as ações do ser humano. Na modernidade, os medos impulsionaram as reformas urbanas, como salienta Foucault (2022) ao tratar sobre o surgimento da medicina social na França do final do século XVIII. Nessa época, Paris vivia uma situação alarmante de inchaço urbano. A vida na grande cidade mostrava-se cercada do que o autor denominou “medos urbanos”, entre os quais estavam a doença e a morte (o que, claro, se estendia aos doentes e aos mortos).

Tais medos foram catalisadores de grandes reformas, que mais adiante seriam tomadas como modelo para o mundo, modelo esse de modernidade e progresso, ou seja, o caminho que toda cidade deveria seguir se almejava o progresso. A estrutura da cidade moderna exigia o afastamento ou a neutralização dos chamados medos urbanos. Tudo que lembrava doença e morte precisava ser afastado do perímetro urbano, de modo que hospitais e cemitérios foram levados para fora dos muros das cidades, alegadamente pelo bem da salubridade do espaço urbano.

Ao longo do século XIX, os ideais de modernidade, assentados, principalmente, no contexto europeu, atingiram o Brasil promovendo significativas reformas urbanas nas principais cidades. A partir do Rio de Janeiro, consagrado como novo centro de poder do Império recém-instalado, deu-se início a uma mobilização de reorganização cidadina seguida por várias capitais provinciais, que passaram a defender um discurso voltado para a necessidade de “civilizar” a sociedade.

Lapa (1996) explica que o termo modernidade não se fazia presente nos discursos e falas oficiais, ao invés disso, para expressar a concepção do Ideal desejado, utilizavam-se os termos

civilização e progresso, frequentemente trazidos para endossar as reformas e inserir regras de comportamento mais alinhadas ao novo modelo urbano. A cidade, como centro comercial e projeção do novo ideal, passa a ser o antro de reformas e mudanças, onde nela se instalavam novos tipos de serviços.

Sobre a imposição de novos padrões de comportamento desencadeados por esse pensamento, Vattimo (1989) considera que a partir da modernidade se tornou determinante “ser moderno”. Ser moderno significava desvencilhar-se do passado e romper com valores antigos. Essa concepção, ligada ao Iluminismo, considerava a história como um único curso a ser seguido por toda humanidade, caminhando em direção ao progresso e assumindo como critério um ideal de homem, no caso o homem moderno europeu. Por essa perspectiva, Giddens (1991, p.8) assinala que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

Lapa (2008), sobre os ideais de modernidade e o modo como eles ditaram grandes transformações nas cidades entre meados do século XIX e início do XX, salienta que:

Novas ideias e novos ideais são propostos, perseguidos e aceitos. Novos comportamentos decorrem deles, conformando aos poucos a cidade à sua disciplina. (...). Nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceituação e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde. (...). Impõe-se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos, que não mais correspondem ao que é tido como urbano e civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só se atinge transformando a vida social para melhorá-la” (LAPA, 2008, p. 17,18).

O mesmo ocorre em Manaus durante o ciclo da borracha, cujo ápice aconteceu nos fins do século XIX e primeira década do século XX (MESQUITA, 2009), pois a forma como a modernidade e o capitalismo se estabeleceram criou relações contraditórias que se manifestaram na substituição de costumes locais e no surgimento de novos espaços, incluindo aqueles de segregação. Os recursos gerados pela economia gomífera proporcionaram à cidade mudanças radicais nos aspectos físicos e culturais. Para tanto, os códigos de postura serviam como mecanismos de regulação do uso do espaço central, que não se limitava apenas a configuração espacial, mas incluía também os comportamentos.

Assim, as reformas urbanas empreendidas pelo poder público tinham a intenção de projetar para o mundo uma imagem de modernidade e civilidade que seguia os padrões das sociedades consideradas mais cultas, principalmente do mundo europeu. Desse modo, os pedintes, os doentes hansenianos e variolosos passaram a ser considerados como um obstáculo para o ideal de progresso que se pretendia alcançar, portanto havia um esforço dos governantes em afastar pessoas e lugares do centro da cidade que pudessem dificultar a construção da cidade moderna.

Para evitar o “problema” da circulação dos hansenianos na região central da cidade, foram organizados lugares para receber estes doentes, pois embora outras epidemias já tivessem atingido a cidade, a hanseníase configurava-se como fator de ameaça por se tratar de uma doença contagiosa e cientificamente pouco conhecida naquele momento. Conforme analisam Schaweickardt e Xerez (2015) no artigo *A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença*, nenhuma outra doença mobilizava ações beneficentes como a hanseníase.

O forte apelo se dava por causa do medo de ser contaminado e pela condição física e social dos doentes, cujas lesões no corpo lhes imputavam imagens estigmatizadas frequentemente associadas a noções de impureza, ficando os doentes sujeitos a medidas de isolamento e exclusão social. Adoecer de lepra/ hanseníase significava uma verdadeira morte social, como descreve Salatiel Gomes (2021) em sua pesquisa sobre o isolamento compulsório no Amazonas, pois a pessoa, ao ser atingida pela doença, levava consigo o medo, a rejeição e muitas incertezas.

Ribeiro (2011), ao abordar sobre como o bairro Colônia Antônio Aleixo surgiu, relata que o primeiro local destinado para o abrigo dos doentes hansenianos foi a Santa Casa de Misericórdia, mas devido à falta de recursos para tratar e manter os doentes, estes foram realocados para o Umirizal, local situado nos arredores do atual bairro São Raimundo e que naquele momento funcionava como abrigo aos portadores de varíola. O lugar comportava um conjunto de habitações feitas em palha que não apresentavam segurança ou estrutura adequada, ficando os seus habitantes vulneráveis à ação das chuvas e aos animais da floresta. As pessoas sem o diagnóstico de portar o mal de *hansen* compartilhavam o mesmo espaço que as demais.

Em 1907, o médico Alfredo da Mata propôs que o Umirizal fosse transformado em abrigo-colônia para os hansenianos. Após algumas tentativas de construção de outros espaços

para acolher os doentes, incluindo o hospital-modelo denominado Leprosário Paredão do Rio Negro, que não chegou a operar, os enfermos foram removidos para um novo Leprosário chamado Belisário Penna, situado na região de Paricatuba, onde antes funcionava uma casa de detenção, à margem do Rio Negro.

Na tentativa de promover a inclusão dos hansenianos ao convívio social, em 1942 eles foram transferidos para onde hoje se situa o bairro Colônia Antônio Aleixo (Zona Leste da Cidade). Por causa da distância do centro, o local satisfazia as autoridades e a população que se sentia ameaçada por causa do estigma da doença.

Afastar os doentes da visibilidade pública foi a estratégia encontrada pelos administradores da cidade. É como se a riqueza da borracha tivesse gerado um resíduo incômodo que precisava ser “limpo” e “resolvido”. Adota-se o que Foucault (2022) menciona como mecanismo do exílio, de purificação do espaço urbano em que medicalizar alguém significa mandá-lo para fora e assim purificar os outros.

A respeito do lugar dos mortos, das necrópoles, Martins (2021) na sua análise iconográfica de esculturas do Cemitério Municipal de São João, apresenta um percurso histórico dos primeiros cemitérios de Manaus e descreve que até 1952, quando a cidade se tornou capital da província do Amazonas, as práticas de sepultamento cristão aconteciam principalmente no interior e ao redor das igrejas, um costume trazido pelos colonizadores europeus.

Os sepultamentos ocorriam desta maneira desde a construção da igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro nas proximidades do Forte de São José no século XVII. Contudo, esta prática aceita durante mais de um século, passou a fazer parte das preocupações dos gestores públicos que se comprometiam a promover melhorias na Província.

Como parte das ações de melhoramento, em 1853, o presidente Herculano Ferreira Pena (1811-1867) considerou urgente a construção de um cemitério público para a capital. Tal atitude alinhava-se com a política sanitária nacional que, desde os anos de 1830, era pautada em teorias médico-científicas, principalmente no modelo civilizatório francês, e buscava encerrar os sepultamentos eclesiásticos. Na medida em que a proposta civilizatória ganhava força, exigia-se o afastamento dos mortos da convivência com os vivos, pois acreditava-se que os cemitérios eram veículos de miasmas e contaminação.

Os médicos viam os enterros nas igrejas por uma ótica radicalmente diferente da que vimos até aqui. Para eles, a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. (REIS, 1991, p.247).

Ainda segundo Martins (2021), a fim de encontrar uma resolução para a questão da insalubridade relacionada às práticas de sepultamento, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, atribuiu as Câmaras Municipais a responsabilidade de estabelecer cemitérios fora das igrejas, o que devia ocorrer em consonância com a principal autoridade eclesiástica de cada lugar. No entanto, esta mudança encontrou dificuldades de implantação devido à falta de recursos financeiros previstos por esta lei e por causa da resistência popular ao rompimento da tradição dos ritos de sepultamento eclesiásticos, os quais eram considerados importantíssimos para a fé cristã.

Mais tarde, em 1848, o Código de Posturas Municipais do Amazonas obrigava as Câmaras Municipais ao cumprimento da Lei Imperial, com a instituição de cemitério com capela para realização dos sepultamentos até o fim do ano de 1852. No caso do não cumprimento da ordem, cada membro ficaria sujeito à multa de 30 mil réis.

Em 1854, uma área situada na Estrada da Cachoeira Grande (atual Avenida Epaminondas) foi considerada adequada para construção do cemitério, mas a falta de mão-de-obra e matéria-prima para erguer a Capela inviabilizou sua efetivação. Desse modo, o presidente da província optou por cercar a área que ficava atrás da Igreja dos Remédios para servir como cemitério público provisório. O lugar já era utilizado para enterramentos devido à proximidade com a igreja, além disso, o local era bastante isolado e distante das casas residenciais. Assim surge o primeiro cemitério público da cidade, mesmo que de forma provisória, denominado Cemitério dos Remédios ou da Cruz.

Figura 13 - Representação do Cemitério dos Remédios, criado em 1854. Ao fundo, no centro, observa-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: NERY, 1885. Ilustração acessada no acervo do Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-dos-remedios/#materia>. Acesso em 05/072023

O cemitério dos Remédios foi alvo de muitas críticas, pois, devido ao aumento populacional, o lugar já não comportava espaço suficiente para atender a demanda da cidade. Essa situação foi agravada em junho de 1855, quando a epidemia de cólera chegava à cidade através do vapor Marajó que, vindo do Pará, trazia alguns doentes, dentre eles duas foram vítimas fatais. A fim de evitar o contágio, uma das medidas tomadas foi enterrar os corpos das vítimas em lugar distante.

O cenário suscitou a necessidade de construir um novo cemitério público mais próximo das exigências sanitárias, visto que o provisório foi considerado inadequado e um risco para saúde pública. Novamente foi realizada a busca de um novo local para abertura do cemitério, porém outra epidemia alastrava a cidade, no caso a febre amarela, com efeitos mais devastadores. Desde a confirmação do primeiro caso em fevereiro de 1856, até junho daquele ano, tinham sido infectados dois terços da população e os falecimentos já chegavam a 142 ocorrências. O alto índice de mortos fez com que o Cemitério São José (figura 14) começasse a receber os falecidos sem estar devidamente estruturado.

Os enterramentos no cemitério dos Remédios foram encerrados no dia 7 de março de 1856. Somente em maio daquele ano as obras do novo cemitério público foram concluídas, tendo a sua inauguração ocorrido no dia 06. Em 1856 também foi aprovado o Regulamento do Cemitério Público da Capital, o qual intencionava promover uma ordem a respeito dos sepultamentos, tendo em vista que práticas antigas estavam ocorrendo no cemitério público. No regulamento, foram estabelecidas diretrizes quanto ao tamanho das covas e sua profundidade, a distância entre elas, a enumeração, como também disposições no caso de vítimas de epidemias. As regulamentações agora disciplinavam o mundo dos vivos e também dos mortos.

Figura 14 - Vista do antigo Cemitério São José que posteriormente seria também chamado como “Saudade”



Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-jose/#materia>. Acesso em 05/07/2023

Na década de 1870, a preocupação com os cemitérios públicos voltava a fazer parte das questões problemáticas. Mais uma vez uma nova epidemia tomava conta da cidade, tratava-se da varíola. Para evitar o contágio, o presidente Domingos Peixoto mandou construir um lazareto na margem direita do igarapé da Cocheira Grande, num terreno concedido pelo Seminário Episcopal (Morro do Seminário), para onde deveriam ser levados os doentes. O local foi

considerado satisfatório porque ficava distante da região central, evitando assim a propagação da doença. Em 1874, o cemitério São José encontrava-se em estado de superlotação, no entanto, a construção de uma nova necrópole se arrastaria por mais algum tempo com o controle da varíola.

De acordo com Martins (2021), até 1879, após passar por algumas reformas, o Seminário continuava a receber os variolosos. Para os que morriam no lazareto foi construído um espaço cemiterial, a oeste das enfermarias. Somente a partir de 1887, ações com o intuito de providenciar a construção de uma nova necrópole voltariam a ocorrer. Uma área próxima ao cemitério dos variolosos foi o local escolhido pelo corpo médico da cidade para abertura do novo cemitério. Contudo, caminhando em direção oposta, o presidente Conrado Niemeyer decidiu ampliar o Cemitério São José para o norte e destinar a área cemiterial do Morro do Seminário (posteriormente denominado São Raymundo) apenas para as vítimas de epidemias, acreditando que assim resolveria a questão, já que não havia recursos para um novo cemitério:

Em ofício de 10 de setembro ponderou-me o Dr. inspetor de higiene que o cemitério de São José desta capital quase repleto expediu providências para que de 1º de outubro em diante os enterramentos se fizessem no novo cemitério, a margem direita do igarapé da Cachoeira Grande (...) Depois de ouvir sobre o assunto a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia e a câmara municipal resolvi, em 19 do mesmo mês aproveitando as opiniões emitidas pelas ditas corporações, que se alargasse o cemitério de São José para o lado septentrional, onde já existiu um cercado a ele pertencente, ordenando que se fizesse com urgência um novo cercado nessa área e que se rompesse o paredão do cemitério para dar passagem para aquele lado (...) Tomei tal alvitre em consequência de não comportar o dito cemitério mais enterramentos, e de não dispor a presidência de crédito para mandar construir uma capela no novo e para a construção de uma ponte que se torna indispensável para comunicação constante entre esta cidade e aquele cemitério. (NIEMEYER, 1888, p.12, apud SILVA, 2012, p. 92)

A falta de espaço cemiterial para atender a demanda da população, que crescia vertiginosamente por causa da imigração, atestava a urgência da construção de um cemitério público de maior estrutura. Dois anos depois, o governo solicitava à Superintendência Municipal a indicação de um local para o novo campo santo. O terreno escolhido compreendia uma área próxima ao reservatório de água do Mocó, o que causava alguns descontentamentos, tendo em vista o medo da contaminação das águas. Apesar das críticas ao novo lugar escolhido, no dia 5 de abril de 1891, foi inaugurado o cemitério público São João (DUARTE, 2009).

Novos regulamentos foram estabelecidos para o uso dos espaços cemiteriais, considerando os padrões modernos de salubridade. A cidade de modo geral vivenciava

profundas reformas urbanas e os campos santos também deveriam fazer parte das mudanças. O código de posturas de 1892, que destacamos a seguir, promulgava a respeito do horário dos enterramentos que deveriam ocorrer entre 6 horas da manhã até 6 da tarde, como também regras para o sepultamento das vítimas de doenças contagiosas. O não cumprimento de algumas dessas determinações imputava ao infrator a aplicação de multas e até mesmo prisão.

Desde o início de seu funcionamento, o cemitério São João era alvo de críticas, por causa da proximidade com o reservatório de águas do Mocó, e estrutura insuficiente, sendo até mesmo cogitado o encerramento das atividades de sepultamento no local. O medo de que os cemitérios poderiam ser veículos de transmissão de doenças se fazia muito presente nos discursos médicos no início do século XX. Acreditava-se que os ventos poderiam transportar germes e contaminar a cidade, como observa o Superintendente Artur Araújo: “os ventos dominantes, soprando na direção sudoeste, arrastam para a cidade os germes deletérios que saturam a atmosfera, e, portanto, está também condenado o cemitério São João sob este ponto de vista” (ARAÚJO, 1901, p.19 apud SILVA, 2012).

O cemitério continuou a funcionar e teve seu terreno ampliado em 1904. De acordo com Nagel (2011), a razão de o cemitério continuar operando talvez possa ser explicada pelo fato de a elite manauara creditar a esse lugar um símbolo de afirmação social em consonância ao momento de prosperidade econômica que a cidade experimentava. Porém, o ideal estético se aproximaria do desejado apenas com as reformas empreendidas pelo superintendente Adolpho Lisboa (1862-1913), que em 1906 equipou a necrópole com uma capela e gradis de ferro. Desse modo, o lugar “tornava-se meio de exaltação de figuras proeminentes da vida pública local e de distinção de famílias importantes” (MARTINS, 2021, p. 83).

Em contraponto, aos mortos vítimas de doenças contagiosas sempre se fazia presente a criação de espaços específicos (afastados das áreas mais povoadas) como forma de evitar a propagação de epidemias. Conforme referenciado anteriormente, o cemitério de São Raymundo (figura 15) por muitos anos recebeu vítimas de epidemias que se sucediam na capital.

Um decreto assinado pelo governador Eduardo Ribeiro, em 2 de abril de 1891, proibiu a partir de então a realização de enterramentos nos cemitérios de São José e no São Raymundo, atendendo às recomendações de higiene. No entanto, em 1897, a própria Higiene Pública estabelece que os enterramentos de variolosos deixassem de ocorrer no cemitério público de São João e fossem realizados apenas no São Raymundo, pois ajudaria a diminuir o contágio.

Assim, os sepultamentos no Cemitério de São Raymundo de vítimas de epidemias continuaram até a década de 1920.

Figura 15 - Vista do Antigo Cemitério São Raimundo estabelecido em 1879.



Fonte: Acervo digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-raimundo/> acessado em 17/07/2023

Nesse contexto, acredita-se que os falecidos acometidos pelo mal de Hansen, tinham como destino final o Cemitério Santo Alberto situado no atual bairro Colônia Antônio Aleixo, que teria sido fundado nos fins da década de 1910, conforme Duarte (2009). Por essa perspectiva, se observa a ligação histórica do cemitério com o próprio surgimento da Colônia Antônio Aleixo.

Lewis Mumford (1998), a respeito do surgimento das cidades afirma que o homem, antes de se organizar em cidades de fato, já reunia seus mortos nas cavernas ou próximos das cavernas e por isso podemos considerar que as cidades dos mortos são anteriores às cidades dos vivos. É possível relacionar as considerações do autor com o surgimento da Colônia Antônio Aleixo, pois a forma como o bairro se originou, sendo, de certo modo, resultado das políticas

de projeção de modernidade inseridas no contexto da Belle Époque manauara, teve como elo entre o passado e o presente o seu cemitério.

É interessante observar como as contradições vivenciadas na Manaus dos vivos também se estendiam à cidade dos mortos. Como disse Hartog (1999, p. 161) “diz-me como morres que eu te direi quem és”. No período áureo da borracha, Manaus experimentava o fausto e vivia dualidades. Apenas uma seleta parte da sociedade usufruía dos benefícios da economia do látex, enquanto que a camada mais pobre era frequentemente desassistida desses benefícios, sendo obrigada a morar em bairros improvisados e distantes do centro, ou residir nos cortiços insalubres.

A falta de uma infraestrutura básica e condições mínimas de higiene deixavam os menos favorecidos muito mais vulneráveis a doenças do que a burguesia. O cemitério público de São João se consagrou como símbolo da riqueza daquela época, onde eram sepultados os membros das famílias mais distintas. Em relação aos mortos vítimas de doenças contagiosas, os cemitérios mais longínquos configuravam o seu destino final. Nesse sentido, pode-se entender que os cemitérios, como extensão da vida social, também marcam as distinções. No caso da doença, o medo do contágio que assombrava a população era o elemento de distinção entre afortunados e desafortunados.

1.2 AS POLITICAS DE SEGREGAÇÃO E ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM MANAUS

Segundo Gomes (2021), a hanseníase é uma das doenças mais antigas a afligir a humanidade e sua origem remonta a diferentes recortes geográficos com referências na Índia e Egito (século VII a. C), Japão e China (300 a. C). O termo lepra é de origem grega e significa esfoliação, casca de árvore e descamação. No decorrer do tempo, devido à falta de conhecimento científico, atribuiu-se várias denominações como Morfeia, elefantíase, Mal de Lázaro, sendo ainda confundida com outras doenças como lúpus e câncer de pele. Isolar o doente do convívio social foi uma das estratégias amplamente utilizadas para lidar com esta doença.

Na Idade Média, com a expansão do cristianismo enquanto estratégia identitária, a bíblia tornou-se referência norteadora de vários aspectos da vida social na Europa, incluindo instituições, leis e costumes. As doenças, por sua vez, também foram normatizadas pela Igreja

Católica, que em relação a lepra⁵ tomou como referência a prática do isolamento do doente descrita na bíblia.

Na bíblia, o livro de Levíticos⁶ compreende a principal referência norteadora do tratamento dispensado aos leprosos. Os capítulos 13 e 14 apresentam legislações específicas sobre a lepra, que deveriam ser aplicadas pelo sacerdote, pois este era considerado um representante das determinações divinas:

E, quando homem ou mulher tiver manchas lustrosas brancas na pele da sua carne, então o sacerdote olhará, e eis que, se na pele da sua carne aparecem manchas lustrosas e escurecidas, é impigem que floresceu na pele, limpo está. E, quando os cabelos do homem caírem da cabeça, calvo é, mas limpo está. E, se lhe caírem os cabelos na frente da cabeça, meio calvo é; mas limpo está. Porém, se calva, ou na meia calva, houver praga branca avermelhada, é lepra, florescendo na sua calva ou na sua meia calva. Havendo, pois, o sacerdote examinado, e eis que, se a inchação da praga, na sua calva ou meia calva, está branca, tirando a vermelho, como parece a lepra na pele da carne, leproso é aquele homem, imundo está; o sacerdote o declarará totalmente imundo, na sua cabeça tem a praga. Também as vestes do leproso, em quem está a praga, serão rasgadas, e a sua cabeça será descoberta, e cobrirá o lábio superior, e clamará: imundo, imundo. Todos os dias em que a praga houver nele, será imundo; imundo está, habitará só; a sua habitação será fora do arraial (LEVÍTICO, 13: 38-46)

Como se observa no escrito acima, a doença aparece como resultado da punição divina contra atitudes pecaminosas, sendo necessárias medidas de purificação, expulsão ou reintegração do doente caso este fosse curado. Outras referências sobre a lepra aparecem na bíblia, dentre elas a de Jó, que foi acometido pela doença como provação da fé, e Miriã, que questionou a liderança concedida por deus ao seu irmão Moisés e por isso foi punida com a lepra. No novo testamento, há o registro da cura de um leproso realizada por Jesus Cristo (figura representativa do filho de deus) e neste feito milagroso aparece a ideia de limpeza e purificação.

De acordo com Gomes (2021), na Idade Média, a prática da expulsão dos leprosos, descrita no livro de Levíticos, foi retomada. Contudo, acrescentou-se à cerimônia ritualística “momentos de perdão pelos pecados e até de palavras fúnebres, as quais levariam o doente à

⁵ Cabe ressaltar que a lepra mencionada na bíblia compreendia uma série de outras doenças dermatológicas e não se referia exclusivamente à hanseníase, visto que a descoberta do agente etiológico causador da doença ocorreu tempos depois em 1874, na Noruega, pelo médico Gerhard Henrik Armauer Hansen. No decorrer do tempo, com os novos conhecimentos, o termo lepra é esvaziado e passa a se referir no século XX somente a hanseníase.

⁶ Levíticos faz parte do conjunto bíblico denominado Pentateuco que compreende os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, supostamente escritos por Moisés, o hebreu que teria libertado seu povo da escravidão no Egito. Para os cristãos, a bíblia foi divinamente inspirada por deus e escrita por homens.

condição de sujeito morto, mas em vida” (GOMES, 2021, p. 52). A pessoa quando acometida pela lepra deveria usar roupas específicas e portar um sino anunciando o seu infortúnio.

Conforme Curi (2002), o recurso sonoro anunciava a presença indesejada do doente e as pessoas ao escutá-lo já sabiam o papel que lhes cabia, o de se compadecer do adoecido e dispensar atitudes caridosas. A caridade era uma prática que beneficiava quem a realizava e também o doente. No primeiro caso configurava-se como uma forma de salvação e remissão, no segundo, a sobrevivência.

Figura 16 - Representação de doente de lepra na Idade Média. Observam-se os pés e mãos afetados pela doença e o sino usado para alertar acerca da condição da doença



Fonte: FIOCRUZ, 2020 in: GOMES, 2020

Ao analisar o nascimento da medicina social, Foucault (2022) explica que o mecanismo de exclusão e exílio usado na Idade Média tinha a intenção de purificar o espaço a fim de afastar os elementos considerados perigosos e nocivos:

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde iria misturar sua lepra a lepra dos outros. A medicina era uma medicina de exclusão (FOUCAULT, 2022, p. 156).

O medo da lepra/hanseníase se dava por causa das noções estigmatizadas relacionadas ao pecado e maldição, mas também porque não havia conhecimento sobre a doença. Acreditava-se que a lepra era hereditária e o doente podia curar-se semeando o mal. No século XIX, quando a religião tem seu poder enfraquecido, a Medicina Social se impõe apresentando uma proposta de saneamento voltada para o bem-estar total. Nesse momento, o médico figura uma autoridade legitimada pelo seu conhecimento. Em relação à hanseníase, adota-se a medida de afastar o doente do convívio social, mas não da forma como ocorria na Idade Média, baseada nos preceitos religiosos de caridade e consolo, aplica-se com maior rigor o isolamento seguindo os padrões científicos, desse modo a hanseníase torna-se um mal a ser combatido como descreve Maria Nazaré Ribeiro (2011):

Embora na Idade Média o enfermo fosse afastado do convívio social mediante rituais de isolamento, esse afastamento não ocorria, necessariamente, com a internação nos chamados hospitais-leprosários. Nesta nova fase de enfrentamento da doença, no entanto, o doente estaria em uma instituição de sequestro chamada por Foucault (2001) de “sociedade disciplinar”, sociedade esta assinalada pela organização do espaço, ordenação das condutas e formação de um padrão de comportamento coletivo. Essas novas instituições guardavam grande semelhança com as instituições medievais nas funções de acolher, abrigar e alijar os indivíduos, diferenciando-se por meio de outras funções agregadas: a de vigiar, controlar e normatizar a vida daqueles que se constituíam um perigo para o meio social em formação, a partir dos saberes que a ciência e a medicina passaram a produzir e a defender. (RIBEIRO, 2011, p. 30)

Segundo Maciel (2007), no Brasil, até o início do século XX, a política adotada consistia no afastamento dos hansenianos da cidade e na criação dos lazaretos, pois a doença era considerada incurável, o que causava uma severa preocupação em relação ao contágio.

Os lazaretos e asilos que abrigavam os doentes, tinham manutenção particular e ficavam sob o direcionamento da Igreja Católica, inexistindo qualquer instituição que fosse de responsabilidade do Estado. Com a instalação da República, a hanseníase torna-se um problema de saúde pública e o isolamento do doente é proposto como resposta resolutiva sob o lema “defender os sãos e consolar os lázaros”, descreve Luana Xerez (2013, p.51).

Xerez (2013) ainda salienta que, desde a década de 1910, discutia-se a necessidade de cada Estado construir leprosários, a fim de evitar a circulação dos doentes, no entanto, não existia concordância quanto à forma de isolamento a ser adotada. Existiam duas correntes, sendo uma delas de caráter humanista que se manifestava contra a internação compulsória e defendia o tratamento em pequenas colônias.

Sobre o isolamento, acreditavam que deveria ser seletivo e se limitar apenas aos doentes que apresentassem lesões. A segunda tendência, por outro lado, era a favor do isolamento amplo e fechamento dos doentes nas colônias, bem como as pessoas com as quais o hanseniano tivesse entrado em contato, as quais também deveriam ser acompanhadas e tratadas. Defendiam, ainda, a internação compulsória. Esta última foi a proposta implantada como política pública para lidar com o problema da hanseníase no país.

Em Manaus, seguindo as estratégias higienistas adotadas na conjuntura nacional, as políticas de tratamento da hanseníase voltaram-se a prática de afastar e isolar o doente em lugares distantes do centro urbano. No relatório de 08 de julho de 1854, o presidente da província, Herculano Ferreira Penna, aponta que a lepra já existia na região sob todas as formas: lepra vulgar, branca, apontando como foco o rio Purus e alguns casos entre os habitantes do Ega (Tefé), Fonte Boa, Tonantins, São Paulo de Olivença, Amaturá e Tabatinga.

A historiadora Cybele Moraes da Costa relata que, nesse período, a saúde era tratada de forma precária, sendo rara a presença de médicos e enfermeiros. O único hospital que tratava da saúde na província era o Hospital Militar, fundado em 1855 que começou a operar às pressas devido a epidemia de cólera instalada em 1856.

A respeito dos hansenianos, estes eram recolhidos para a Santa Casa de Misericórdia, que também atendia pessoas acometidas por outras doenças. Diante da impossibilidade de manter os doentes hansenianos, devido à falta de instalações adequadas, estes foram removidos para um lugar chamado Umirizal (1868), que ficava distante do centro da cidade, à margem esquerda do rio Negro, nos arredores do atual bairro de São Raimundo. A construção (figura

17) era formada por casas simples, feitas de madeira e cobertas com palha, necessitando constantemente de reparos.

Figura 17 - Casas cobertas com palha no Umirisal.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

O local foi construído em virtude da epidemia de varíola, mas atendia outros doentes. A formalização como lugar de isolamento ocorreu por meio da lei provincial n.171, de 18 de julho de 1867, que autorizou o inspetor de saúde pública a estabelecer no lugar “um hospital para tratamento dos doentes afetados da elefantíase grega, fazendo retirar logo para ali, a menor de nome Maria, a quem está arbitrada a diária de 500 réis” (GAMA E ABREU, 1868, p.460, apud SCHWEICKARDT e XEREZ, 2015, p. 1141). A direção do lazareto ficou a cargo do doutor Thomé Maria Cavalcante, no período de 21 de fevereiro até 29 de março de 1868.

Segundo Alfredo da Matta (1922), o primeiro doente acometido pelo mal de *hansen* a ser recebido no Umirisal foi um menor proveniente do município de Silves, em 1868, mesmo ano em que o Código de Posturas Municipais, no artigo 30 proibia a circulação de pessoas no centro da cidade atingidas por moléstias contagiosas. Três anos depois foram agregadas mais duas pessoas no Umirisal. Em 1908, o local foi oficialmente destinado ao isolamento exclusivo de hansenianos. O Serviço Sanitário era o responsável pelo tratamento dos doentes e manutenção do lugar, no entanto, em vez de funcionar como local de tratamento servia mais como um lugar de abrigo para os doentes excluídos do seio familiar.

Schweickardt (2017), a respeito da história da política de controle da hanseníase no Estado do Amazonas, descreve que nos municípios do interior não existiam instituições voltadas para o tratamento da hanseníase, desse modo, os doentes diagnosticados eram rapidamente retirados do convívio familiar e de sua residência. A família, quando não decidia isolar a pessoa num quarto ou lugar mais afastado na floresta, enviava o doente à capital na esperança de que recebesse o acompanhamento adequado. Logo, “o isolamento da pessoa já iniciava em sua própria casa, depois era levada para Manaus ou escondida no porão dos barcos ou levada numa canoa que era puxada distante do barco, e por fim, a pessoa era praticamente abandonada na instituição” (SCHWEICKARDT, 2017, p.80).

Destacamos que os últimos anos do século XIX e início do século XX corresponde ao período de maior preocupação em relação à hanseníase, pois a cidade vivia o apogeu da borracha e o fluxo da chegada de imigrantes crescia consideravelmente. É nesse momento que as epidemias e as doenças entram em conflito com a imagem de modernidade e civilidade que se buscava construir. Assim, os códigos de posturas, as regulamentações e decretos são adotados como mecanismos de regulação do espaço, impondo novas regras voltadas para a higienização da cidade.

No ano de 1891, ficava estabelecida a criação de uma repartição voltada especificamente para a saúde pública, denominada “Inspetoria de Higiene do Estado do Amazonas”, a ela cabia a organização do serviço sanitário do Estado, abrangendo o saneamento das localidades e das habitações. Contudo, o artigo 80 do código de posturas Municipais do ano anterior, já havia estabelecido as visitas domiciliares realizadas por sanitaristas, como medidas preventivas alegadamente em defesa da saúde pública. Estas visitas consistiam em fiscalizar a higiene e saúde da família, como ainda remover os enfermos para as casas de saúde.

Em razão das epidemias, além das visitas domiciliares, adota-se, como medidas de emergência, a desinfecção, o asseio e a pintura das residências. O código de posturas municipais de 1893, no artigo 74, proíbe os indivíduos acometidos por moléstias contagiosas a trabalhar nos serviços dos talhos. Considerando que naquele momento os atingidos por doenças contagiosas eram proibidos de transitar no centro da cidade, percebe-se que a eles foram impostas determinações cada vez mais severas.

Em 1896, acrescenta-se, no rol das medidas de saúde, a aplicação de multas no valor de 100\$000 réis ou cinco dias de prisão a quem mantivessem em sua residência o doente de

moléstia ou doença contagiosa sem comunicar a Superintendência e a Repartição de Higiene do Estado. Abaixo destacamos alguns artigos do dispositivo do ano mencionado para uma melhor exposição das políticas adotadas:

CAPÍTULO XIII – Saúde Pública

Art. 180 – os proprietários das casas que tiverem sido ocupadas por pessoas afetadas de moléstias infectocontagiosas só poderão de novo aluga-las depois de 40 dias, devendo ter todo o cuidado em desinfetá-las convenientemente, caía-las, pintá-las e lavar o respectivo soalho. Pena de 100\$000 réis de multa.

Art.181- as pessoas que ocuparem as casas que tenham estado doentes de moléstias contagiosas e infecciosas não poderão conservá-las fechadas e deverão desinfetar e lavar as roupas de linho e algodão e queimar as de lã e seda, bem como os colchões de que se tenham servido aqueles doentes. Pena de 50\$000 réis de multa.

Art. 182 – no tempo de epidemia é expressamente proibido armar câmaras mortuárias e paramentar as casas interior e exteriormente, sob pena de 30\$000 réis de multa.

Art. 183 – em época epidêmica não será franqueada a entrada das igrejas, teatros e casas de bailes, sem que estes lugares tenham estado abertos três horas antes, pelo menos, para serem devidamente ventilados. Pena de 30\$000 réis. (SAMPAIO, 2016, p. 137 e 138).

As políticas adotadas relacionadas às doenças são dispensadas tanto pelos códigos de postura, como também pelo Regulamento de Serviço Sanitário do Estado. Tais dispositivos ultrapassavam o espaço público e adentravam na vida privada. Os doentes hansenianos impedidos de transitar no centro eram removidos para o Umirisal, que funcionou até 1930, quando um novo leprosário foi construído nas mediações de Paricatuba.

De acordo com Xerez (2013), o ⁷Regulamento do Serviço Sanitário do Amazonas, em 1921, além de definir o Umirisal como Hospital de Isolamento e Colônia de Leprosos, também orientava que as embarcações que trouxessem doentes para a internação deveriam ser desinfetadas antes da liberação. A preocupação residia na disseminação das doenças infectocontagiosas no espaço urbano e nas embarcações. O Regulamento também proibia o tratamento de doentes de hanseníase nos hospitais e casas de saúde junto a outros doentes, da mesma forma ficava proibido contratar hansenianos nos estabelecimentos comerciais. Portanto,

⁷ De acordo com Maciel (2007, p. 40), em janeiro de 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e várias inspetorias de profilaxia de doenças, incluindo a hanseníase. O primeiro diretor da instituição foi o demarso-sifilógrafo Eduardo Rabello que permaneceu no cargo até 1926 quando foi substituído por Oscar da Silva Araújo. O Regulamento Sanitário Nacional de 1920 foi a primeira legislação voltada para a profilaxia de doenças. A partir dessa diretriz, o isolamento se tornaria oficialmente a principal medida a ser adotada como profilaxia da hanseníase. Contudo, a medida foi bastante criticada, pois permitia o isolamento domiciliar para o doente que tivesse condições econômicas para isso, como também, indicava a separação social entre os doentes. O regulamento foi revisto e reformulado em 1923. O novo regulamento determinava a obrigatoriedade da notificação; exame regular dos comunicantes para a descoberta de novos casos; isolamento nas colônias, ou domiciliar seguindo regras específicas.

nesse momento a hanseníase, assim como outras doenças, passa a ser de notificação compulsória.

O período que compreende os anos de 1922 a 1928 foi caracterizado pela constatação do avanço da doença e marcado pelo início das atividades do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, momento em que a política do país acerca da hanseníase é direcionada para o isolamento compulsório nos hospitais colônias e organizada a partir da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das doenças venéreas, órgão do Departamento Nacional de Saúde Pública, instituído em 1920. A fim de implantar essa política, a União realizou acordos com os estados. No Amazonas, o acordo foi assinado em 1921, quando se instalou o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, com atividades voltadas especificamente para a profilaxia da lepra.

A direção geral do Saneamento Rural ficou sob a responsabilidade de Samuel Uchoa, que nomeou o médico Alfredo da Matta como chefe da profilaxia da lepra. Ambos organizaram a assistência aos doentes com a criação do Dispensário Oswaldo Cruz para o tratamento da hanseníase e o subdispensário Gabizo no caso das doenças venéreas, realizaram ainda o Censo da Lepra no Amazonas, que esbarrou em dificuldades de deslocamento nos afluentes do rio Amazonas e na distribuição da população na região amazônica. Mas constatou-se em 1924 cerca de mil casos para uma população estimada em três mil habitantes (XEREZ, 2013).

Nesse momento, a política adotada seguia as diretrizes nacionais marcadas pelo tripé: dispensário-educandário-leprosário. O Dispensário Oswaldo Cruz foi inaugurado em abril de 1922, sob a direção de Alfredo da Matta. No lugar eram realizados o primeiro diagnóstico, os exames laboratoriais e estudos sobre a doença. Na década de 1950, mudou de endereço para o bairro Cachoeirinha e recebeu o nome Dispensário Alfredo da Matta.

No ano de 1922, o Umirisal atendia 171 pessoas e a estrutura comportava 48 moradias, dois barracões de palha, uma oficina, um dispensário, três barracões de madeira e uma capela. Na década de 1930, contabilizava 207 internos, que recebiam auxílio do Estado com assistência médica, alimentação, vestuário e escola. O local ficou estigmatizado como lugar da lepra, motivo pelo qual, na sua desativação em fins de 1930, o Serviço Sanitário mandou queimar toda a estrutura, assim como os barracões da Linha de Tiro, situados nas mediações das linhas dos bondes, no centro, que atendiam 17 doentes hansenianos.

Embora houvesse esse primeiro espaço de isolamento, ainda “perambulavam pelas artérias públicas mais de cinquenta leprosos que dormiam ao relento, nos bancos dos jardins,

nos patamares dos teatros, nos armazéns da ‘Manaus Harbour’, esmolando publicamente” (Uchoa, 1926). As condições precárias do Umirisal e o aumento de casos reforçavam a ideia de que era preciso construir um novo espaço.

O local escolhido foi um prédio em Paricatuba (figura 18), onde funcionou o Instituto Amazonense Agrícola Industrial Affonso Penna, e posteriormente, na década de 1910, a Casa de Detenção. O edifício passou por uma ampla reforma, a fim de comportar uma estrutura conforme o modelo de hospital-colônia. A reforma teve grande apoio da sociedade que realizava doações. No entanto, até a inauguração em 1925, ocorreram vários impasses em relação aos custos e revisões sobre o lugar ideal para receber os hansenianos, o que impediu o seu funcionamento.

Figura 18 - Hospital-Colônia Belisário Penna – Leprosaria de Paricatuba



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1956

Em 1926, considerando o cenário de avanço da doença, o governador, Dr. Ephigênio Salles, resolveu construir um prédio na região denominada “Paredão” (Figuras 19). A obra, no entanto, só foi concluída no ano de 1929. O estabelecimento foi condenado por causa da infraestrutura considerada inadequada ao abrigo dos hansenianos e localização situada nas proximidades de Manaus. Acreditava-se que por ter sido construído acima da cidade, nas margens do rio, a água poderia contaminar as pessoas, além disso, o estabelecimento seria um cartão de visita negativo (TAVARES, 2011).

Figura 19 - Leprosário Paredão do Rio Negro.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1956

Após receber alguns ajustes, a leprosaria de Paricatuba iniciou suas atividades em junho de 1931, quando foram transferidos 226 pacientes do Umirisal para este lugar. A estrutura (figura 18) era formada pelo prédio principal, capela, cemitério, necrotério, caixa de água, “preventório”, caldeira, casa do administrador, casas para os casais e casas dos trabalhadores, além do porto. O lugar tinha capacidade para 300 pacientes e recebeu o nome do sanitarista “Belisário Penna”.

De acordo com Xerez (2013, p. 68), as colônias deveriam funcionar como uma espécie de vila ou microcidades “distanciadas das cidades, autossuficientes e aptas a proporcionar o consolo dos lázaros”. A área do leprosário Belisário Penna era dividida entre a “zona doente”, destinada aos internados, e a “zona sadia”, voltada para corpo administrativo.

Durante esse período, quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, a política acerca da hanseníase sofreu mudanças significativas. O Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural, que coordenava os Dispensários de Profilaxia da Lepra e das Doenças venéreas, foi desativado e a política segregacionista, por meio da construção de leprosarias e internação compulsória dos doentes, foi fortalecida. A internação passou a ter caráter compulsório e coercitivo, evidenciando o autoritarismo que se instalava em todo o país. Parte da atuação da polícia sanitária consistia em retirar o doente do convívio familiar, que por vezes era denunciado às autoridades.

Ribeiro (2011) considera equivocado supor que esse tipo de isolamento tenha corrido apenas para prevenção do contágio e cuidado com os doentes, quando, na verdade, resultou de escolhas e intervenções direcionadas por concepções ideológicas, políticas e científicas. O movimento higienista, que tinha o objetivo de promover a melhoria das condições de saúde da população, passou a determinar e controlar a vida das pessoas.

A pesquisadora também observa que as políticas adotadas no Brasil eram completamente opostas ao sistema norueguês, que serviu de referência mundial no controle da hanseníase. Na Noruega, a atuação profilática incluía medidas educativas e internação voluntária do doente. As medidas educativas compreendiam a higiene pessoal, separação de talheres e roupas de cama e, quando possível, um quarto separado para o doente. O governo norueguês também direcionou mais recursos à hanseníase do que a outras doenças. Em 1880, quando o número de casos diminuiu, vários sanatórios foram fechados e alguns readaptados para tratar outras doenças.

Conforme Xerez (2013), a inauguração do Leprosário de Paricatuba marcou a efetivação da política de isolamento dos hansenianos no Amazonas. A forma como o sistema acontecia impactava significativamente a vida do doente, uma vez que retirado da convivência familiar para o hospital- colônia, não havia garantias de que voltaria a rever seus familiares. Com o crescente número de internos, entre os anos de 1965 e 1967, o Leprosário Belisário Penna foi desativado e os pacientes transferidos para a Colônia Antônio Aleixo, que naquele momento já funcionava como Hospital-Colônia desde fevereiro de 1942.

O leprosário Colônia Antônio Aleixo, situado distante do centro urbano, foi construído no mandato do governador Álvaro Botelho Maia. A estrutura seguia os mesmos padrões arquitetônicos e burocráticos dos hospitais-colônias do país, baseados no tripé mencionado anteriormente: dispensário – educandário/ preventório – hospital-colônia.

No dispensário Alfredo da Matta, também conhecido como “Casa Amarela”, realizava-se o diagnóstico da hanseníase. Caso houvesse a confirmação, o adoecido era levado através de automóvel ou barco até a Colônia. O preventório compreendia o local para onde eram levados os filhos dos doentes, pois acreditava-se que a separação familiar consistia no único meio de proteger as crianças do risco da contaminação.

A instituição Alice de Salles, criada em 1926 no bairro Cachoeirinha, funcionou como preventório em Manaus até 1939, quando foi construído o Educandário Gustavo Capanema. O

fim da medida de afastar as crianças dos pais enfermos ocorreu após muitos anos com o Decreto de 29 de maio de 1976 do Ministro da Saúde, que aboliu tal prática a fim de preservar a unidade familiar. No mesmo ano a Portaria Ministerial do dia 14 de maio decretou o fim dos asilos-colônias, permanecendo apenas como asilo para assistência daqueles com dificuldades de integração social. A mesma portaria extinguiu a designação “lepra”, passando a adotar em seu lugar o termo hanseníase. A Colônia Antônio Aleixo foi desativada pelo decreto n° 4.464, de 18 de dezembro de 1978.

CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DO BAIRRO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

Nos primeiros anos do século XX, o cuidado com a hanseníase adquiriu novos contornos, os quais ultrapassaram o sentido da caridade religiosa exercida, principalmente, pela Igreja Católica, para se tornar um problema nacional de caráter militar. Assim, a hanseníase (ou lepra, como era denominada) constituiu-se em uma “ameaça” que precisava ser combatida e resolvida, conforme aponta Curi (2002).

O tom alarmista sobre a situação da doença no Amazonas acompanhava os discursos dos médicos sanitaristas locais, que apontavam a possibilidade de uma contaminação generalizada devido à insuficiência e precariedade das instituições de acolhimento existentes. Tais discursos pretendiam alcançar o apoio do poder público e o envolvimento da sociedade.

Em seu relatório, intitulado *Um ano de Campanha*, o chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Amazonas, Samuel Uchôa (1926, p.18), apresenta o cenário da hanseníase no Estado, destacando que:

O mal de Hansen é o maior do Amazonas, é a mais tremenda ameaça que paira sobre a sorte deste povo. Tempo virá em que o combate à lepra rios de dinheiro (verificar na fonte), numa grande campanha que se estenderá pelo Estado inteiro, rio a rio, cidade a cidade, seringal a seringal. Não exagero. O censo esclarece, em sua expressão fria, o que silêncio e o senso podem dizer a V. Excia. Nesta mesma hora, que somente em Manaus e arredores, há 520 doentes de Hansen.

Como parte das medidas sanitárias adotadas tanto no Amazonas quanto no restante do território brasileiro, segregava-se os hansenianos em lugares distantes do centro urbano, sendo esta uma alternativa encontrada para abrigar os doentes e evitar a propagação da hanseníase. Com esse intuito, os leprosários e/ou hospitais-colônias foram criados para receber os doentes e evitar o contato com a população “sadia”. Ou seja, como afirma Curi (2002), combater a lepra significava combater os doentes.

Esse caráter combativo, ao qual se refere Curi (2002), pode ser observado nas palavras do então governador do Amazonas, Antônio Monteiro de Souza, ao se dirigir à Assembleia legislativa do Estado no dia 14 de julho de 1927. Na mensagem, o governador expõe as dificuldades orçamentárias para instalação de um leprosário mais eficiente, destacando que “o isolamento ainda é o elemento hercúleo com que se pode enfrentar tão tétrico inimigo” e

também que “de quantos existem no Amazonas, o problema da lepra é o que mais pede a atenção dos poderes publicos, em defesa do bom nome do Estado e da nossa propria raça”⁸.

Ribeiro (2011), por sua vez, observa que não houve participação ou consulta da sociedade sobre a construção das colônias no Brasil, isto porque o propósito maior dessas instituições consistia em acabar com a doença eliminando os atingidos.

Não obstante, Curi (2002) descreve que, em um primeiro momento, a proposta de isolar os doentes em lugares específicos encontrou no fator financeiro o entrave para a sua implantação. Verificou-se que o confinamento dos hansenianos num empreendimento sob a tutela do Estado renderia um custo muito alto, o que levou médicos, arquitetos e políticos a buscarem alternativas que fossem economicamente viáveis para ultrapassar o obstáculo que impedia a concretização de uma profilaxia da hanseníase. Assim, os médicos Oswaldo Cruz e Arthur Neiva propuseram o isolamento em ilhas, pois, nesse caso, o mar seria uma alternativa econômica de segurança, impedindo possíveis tentativas de fuga.

Na esteira desse pensamento, em 1926, Belisário Penna, então diretor do Departamento de Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, sugeriu a criação de dois municípios autônomos para onde todos os hansenianos do país, obrigatoriamente, deveriam ser enviados, sendo um localizado na região norte e outro na região sul. Os governos federal e estadual auxiliariam apenas naquilo que estas cidades não conseguissem produzir para sua sobrevivência. Tais municípios deveriam ter o seu entorno militarizado e guarnecido por um batalhão do exército constituído para esta finalidade. Recomendava-se a construção de fossos, trincheiras e guaritas para uma vigilância mais eficiente e qualitativa. Com essas medidas, acreditava-se que, em pouco tempo, os municípios se tornariam autossuficientes e os auxílios dos governos seriam desnecessários.

Outra proposta apresentada, desta vez pelo arquiteto Abelardo Soares Caiuby, consistia na criação de “zonas de concentração”, que apresentariam estrutura semelhante à ideia de Belisário Penna, mas em quantidade maior. O texto abaixo, redigido por Caiuby em 1931, compreende a sua proposta de isolamento, a qual seria apresentada ao governo de Getúlio

⁸ Mensagem lida pelo governador Antônio Monteiro de Souza perante a Assembleia legislativa do Estado, no dia 14 de julho de 1927, p. 124 e 128.

Vargas como solução para a hanseníase no país. Tal proposta teria sido recebida por Belisário Penna.

Eliminados assim, por impraticáveis, todos os processos de que os outros povos se têm servido (o autor refere-se ao isolamento domiciliar, em hospitais, em colônias ou asilos e em ilhas), chegamos finalmente à conclusão de que, só um **gesto violento** do Governo Federal, amparado na força e na ditadura, instituindo em varios pontos do Brasil zonas de concentração de leprosos, guarnecidas por um cordão sanitario, nas quaes os doentes vivam em liberdade, cuidando da sua vida como nós cuidamos da nossa, poderá resolver o caso. (...)

Basta-lhe o gesto violento de um decreto e tudo estará resolvido. (...) Belisario Penna fallou em dois municipios, um no Norte, outro no sul do Brasil, para localização dos leprosos. Julgamos indispensavel ampliar o seu número. (...). Outro ponto importantissimo, é a criação de uma lei organica, que regule a vida desses municipios, em moldes inteiramente diversos de tudo quanto até hoje se tem feito em materia de legislação.

(...) as extensões territoriaes, fóra das zonas destinadas aos doentes, deverão permanecer absolutamente varridas dos portadores dessa molestia, para que toda a população que nella transite chegue a se convencer de que não existe lepra no Brasil. (...). Pois bem, em taes municipios de leprosos, uma legislação especial seria adoptada, para que a vida de cada um pudesse seguir, com a normalidade, que se observa no resto do Brasil. Um prefeito, com attribuições de governador geral, seria nomeado para cada um. Delegacias de policia, força publica, cartorios de registros e tudo o mais que seja mister á vida das collectividades, alli se instituirá com elementos escolhidos entre os proprios doentes. Nenhum imposto pesaria sobre elles. E o governo federal, atravez das commissões de inspecção que para esse fim fossem nomeadas, prestaria aos municipios a assistencia de que cada um necessitasse. Os productos animaes, agricolas, ou industriaes que nas zonas fossem produzidos, quando excedessem as necessidades do seu próprio. (CAIUBY, 1931, p. 23-24, 26, 29-30, apud CURI, 2002, p. 141)

Curi (2002) explica que estas ideias ‘excêntricas’ não entraram em vigor devido aos conflitos políticos que poderiam causar. Segregar todos os doentes do Brasil num único local poderia resultar em revoltas, pois as famílias ficariam transtornadas e exerceriam forte pressão social e política.

A idéia de toda uma “população leprosa” se revoltando e marchando rumo às outras cidades, cujos habitantes apavorados teriam inúmeras dificuldades em se defender, pois, possivelmente, escasseariam-se os voluntários, figuras tão importantes nestes momentos de “guerra”, ocorreriam grande número de deserções nos batalhões que fossem resignados para auxiliar e prestar socorro a estas cidades indenes, comprometendo seriamente suas defesas. Além disso, outras possibilidades assustavam as pessoas e políticos, que devido a essas razões e outras do gênero desistiram da ideia de se criar as “*cidades lázaras*” do Brasil. Ainda que fosse abafado com sucesso tal “*revolta leprótica*”, não seria menor o desgaste político, pois as famílias dos insurretos ficariam magoadas e transtornadas com o acontecido e não cessariam facilmente as pressões sociais e políticas em busca da “verdade”. O medo de perder o controle sobre os indesejáveis” foi muito mais forte que as razões “humanitárias” alegadas na época. (CURI, 2002, p. 141)

Apesar das propostas de isolamento, idealizadas por Oswaldo Cruz e Arthur Neiva, bem como por Belisário Penna e Abelardo Caiuby, não terem sido efetivadas, as colônias no Brasil foram construídas com características semelhantes a pequenos municípios. Tratavam-se de locais afastados, onde era permitido transitar livremente apenas dentro do perímetro da colônia.

A livre circulação nos limites das colônias e a vida compartilhada com os demais doentes imprimia uma aparente liberdade, o que contrastava com o sistema de vigilância constante exercida sobre os adoecidos. Neste sentido, as colônias podem ser analisadas a partir da perspectiva de Erving Goffman sobre as instituições totais, que compreendem os lugares caracterizados pelo seu “fechamento” por meio do estabelecimento de barreiras que buscam manter os internados segregados e afastados do contato social do mundo exterior.

Essas instituições concentram num mesmo lugar os mais variados aspectos da vida de uma pessoa, como o trabalho e o lazer, sempre sob o comando de uma equipe dirigente. Nas palavras de Goffman (1961, p. 11) a instituição total corresponde a “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Já para Foucault, as doenças, como a hanseníase, possibilitam o exercício do poder e controle sobre os homens. Segundo esse filósofo, “o leproso é visto dentro de uma prática de rejeição, do exílio cerca; deixa-se que se perca lá dentro como uma massa que não tem muita importância diferenciar” (FOUCAULT, 2000, p. 164). Nessa perspectiva foucaultiana, as colônias funcionariam como mecanismos de exclusão e controle em que se exerce um poder disciplinar.

No caso do Amazonas, o Umirisal foi o primeiro local destinado especificamente ao cuidado dos hansenianos, seguido de outras tentativas de construção de asilos, como o “Paredão”, que não chegou a operar, e o leprosário Belisário Penna em Paricatuba. Este último funcionou até meados de 1967, ano em que foi desativado e os internos transferidos para os pavilhões do leprosário da Colônia Antônio Aleixo, o qual funcionava desde 1942.

É, portanto, no cenário de crescimento dos casos de hanseníase e fortalecimento de políticas voltadas para uma profilaxia do mal de *hansen* que teria surgido o bairro da Colônia Antônio Aleixo, como aponta Tavares (2011). Para a pesquisadora, a história do bairro Colônia

Antônio Aleixo pode ser compreendida a partir dos seguintes acontecimentos: como leprosário, abarcando o período de 1942 a 1966 em regime de total isolamento; como Colônia, no período de 1967 a 1972, com a abertura para visitas de parentes e formação de famílias; como hospital-colônia, de 1973 a 1977, para tratamento do paciente até sua avaliação e alta hospitalar; e, por fim, o momento do processo de desativação e transformação da Colônia em bairro.

Entretanto, antes mesmo do surgimento do leprosário, já funcionava na atual Colônia Antônio Aleixo o cemitério Santo Alberto, cujo início de suas atividades remonta a 1918, conforme aponta Durango Duarte (2006). Essa informação foi corroborada pela atual equipe administrativa do cemitério, a qual relatou a existência de um “livro de inumanos” correspondente ao ano supracitado, mas que se encontra desaparecido desde um extravio em 2005. Considerando, pois, que o espaço já era utilizado em 1918 para o sepultamento de doentes acometidos pela hanseníase, a história do bairro está intrinsecamente relacionada à história do cemitério Santo Alberto, sendo o segundo uma ponte que amplia a trajetória do primeiro, de modo que podemos afirmar que a cidade dos mortos é anterior à cidade dos vivos.

Assim, é importante também considerar o contexto em que o cemitério Santo Alberto começou a operar. Trata-se do início do século XX, quando a República passava por um período de consolidação, impondo, pois, novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais articuladas sob um projeto de modernização do país. Nesse período, uma das preocupações centrais de médicos sanitaristas e governantes passou a ser as epidemias que assolavam periodicamente as cidades brasileiras, uma vez que a saúde pública passou a integrar tal projeto modernizador, tornando-se uma questão relevante, inclusive em relação ao saneamento dos chamados sertões, isto é, dos lugares considerados distantes e isolados do poder do Estado. Em tal âmbito estavam incluídas as regiões Norte e Nordeste, as quais se tornaram alvos das ações higienistas.

Diante da dificuldade de mensurar a situação médica de todo território brasileiro, por causa da dimensão geográfica, foram organizadas algumas expedições científicas ao interior do Brasil com o intuito de mapear a realidade dessas áreas e integrá-las ao plano de modernidade. No território amazônico, destaca-se a expedição assinada por Oswaldo Cruz de 1912 a 1913.

Os resultados destas incursões apresentaram um cenário completamente diferente do ideal de progresso almejado pelo governo republicano. Dentre as mazelas identificadas nos sertões estavam a malária, a leishmaniose, a ancilostomose e a lepra. A respeito do saneamento

dos sertões, Dilma Cabral Costa, em sua pesquisa intitulada *Entre idéias e ações: medicina, lepra e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)*, apresenta o seguinte comentário:

A descoberta dos sertões trouxe para a cena pública uma população assolada pela miséria e pela doença, a ausência do Estado tornara este universo rural e seus integrantes incapazes de participarem do projeto de nação moderna e civilizada desenhado pela elite brasileira. Os problemas sanitários do interior do país converter-se-iam numa questão política e o combate às endemias rurais seria assumido como uma das principais endemias brasileiras – malária, doença de Chagas e ancilostomíase. (COSTA, 2007, p. 244 apud COSTA, 2010, p. 73).

A ampla divulgação dos relatórios e estudos das expedições científicas realizadas provocaram debates sobre as doenças no país, exercendo forte pressão quanto a urgência de políticas de saúde voltadas para a resolução do cenário problemático exposto pelos médicos sanitaristas, o que deu origem a disseminação de várias campanhas a fim de sensibilizar a sociedade.

A hanseníase, contudo, ainda não havia sido inserida na estratégia de saúde do país até 1917, pois foi preterida frente a outras moléstias, tais como a doença de Chagas, a malária e a leishmaniose. Para que o mal de *hansen* fosse incluído como prioridade nas políticas nacionais, médicos leprologistas tiveram que insistir em projeções sobre o futuro da doença caso as medidas de saúde não fossem tomadas. A insistência do movimento sanitarista, com debates e discussões sobre a lepra, resultou na criação da Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV) em 1920.

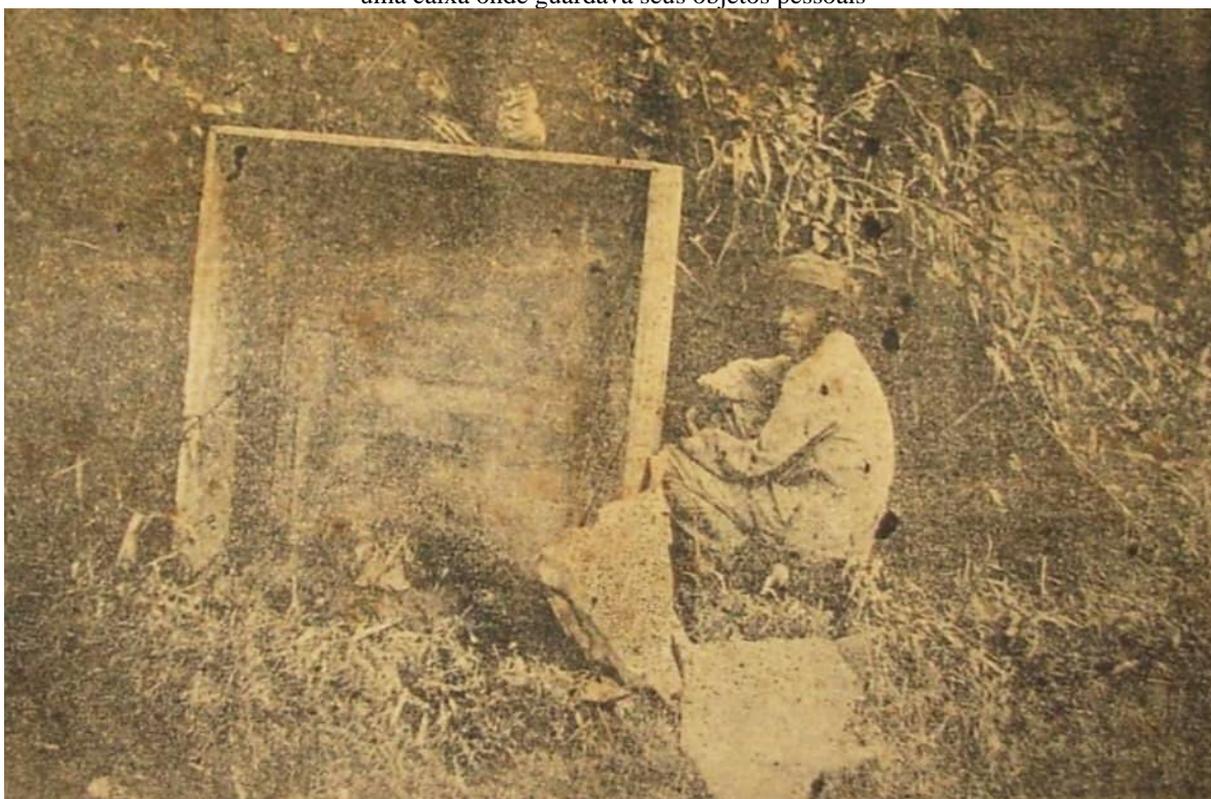
Em Manaus, naquele mesmo ano, ocorreu a instalação do Serviço de Profilaxia Rural, que ficou sob a direção do médico Samuel Uchôa. Cabe destacar, ainda, que durante esse período a cidade já havia passado por intensas reformas urbanas e ações de embelezamento, no entanto, após a derrota da economia da borracha, inúmeros seringueiros espalhados no interior do Amazonas deslocaram-se para a capital, estando grande parte deles já doentes ou enfraquecidos quando chegaram, o que se explica devido às condições precárias dos seringais. Por isso, conforme Adriana Cabral (2010, p. 73), “o que se assistiu então foi a chegada de um povo doente – principalmente de impaludismo, verminoses e de “lepra” – que se juntava aos que já habitavam a ‘Paris dos Trópicos’”.

Ainda de acordo com Cabral (2010, p. 88), a condição dos seringueiros que se instalavam na cidade foi tema de uma matéria do Jornal do Comércio, em edição de 03 de

janeiro de 1919, intitulada *Um pedinte morre abandonado em plena cidade*. O texto jornalístico apresenta a história de João Martins, um trabalhador atuante em seringais do rio Juruá, que, ao chegar na cidade de Manaus, não encontrou outra alternativa a não ser se entregar à mendicância (figuras 20 e 21). Ressaltando a gravidade da situação, a matéria faz referência às chagas do senhor João que “vinha desempregado e por desgraça trazia na perna direita uma pequena ferida, que lhe aparecera sem saber como”.

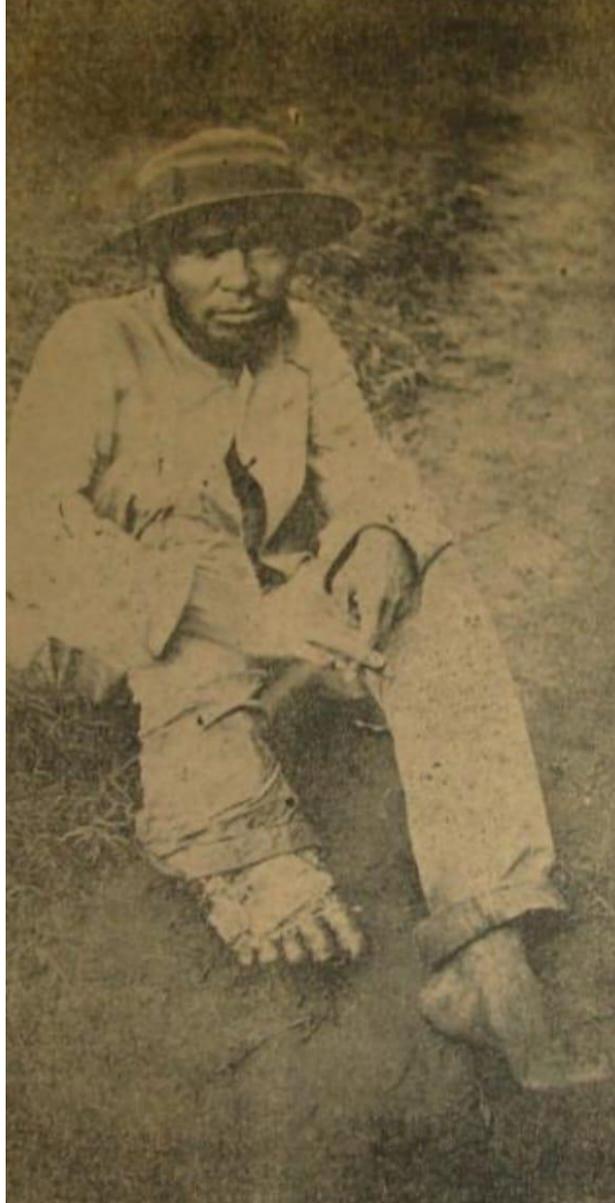
A matéria ainda apontava que “não se pode colocar aqui, mas essa doença crescia assustadoramente. Ele (o desgraçado) vive ali em plena praia de São Vicente, no centro, e a polícia sanitária nada faz para ajudar o doente”. A matéria (Jornal do Comercio, 03.01.1919, apud CABRAL, 2010, p. 87) acrescenta que esse cenário abarcava grande quantidade de trabalhadores que migravam para trabalhar na cidade de Manaus na coleta do látex.

Figura 20 - Registro do seringueiro João Martins que circulava no centro da cidade de Manaus em 1919 com uma caixa onde guardava seus objetos pessoais



Fonte: Jornal do Comércio de 1919. Acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), apud CABRAL (2010, p. 88)

Figura 21 - Registro do senhor João Martins em 1919. Na figura é possível visualizar a perna direita enfaixada



Fonte: Jornal do Comércio de 1919. Acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), apud CABRAL (2010, p. 88)

Martins (2021) observa que apesar dos avanços no setor de higiene pública, as doenças pareciam assombrar a população de Manaus com frequência, vitimando uma quantidade significativa de pessoas. Sobre isso, Márcio Páscoa destaca que:

O maior medo da população e dos visitantes da cidade, eram as epidemias. Grassavam como na época da província. Era como se nenhuma medida tivesse sido tomada, como se os avanços da ciência trazidos pelos renomados sanitaristas que Manaus acolhera,

de nada tivessem adiantado. As conquistas neste campo foram muito lentas, diante dos esforços (PÁSCOA, 1997, p. 46).

Dentre as doenças que atingiram a cidade estavam a varíola, a febre amarela, a malária (impaludismo), a tuberculose pulmonar, a gripe espanhola e a lepra. Para atender as vítimas fatais de doenças contagiosas, o cemitério São Raymundo era utilizado para este fim desde seu primeiro ano de funcionamento, 1888, até o ano em que foi desativado, 1891. A distância do centro da cidade satisfazia a intenção de manter afastadas as possibilidades de contaminação. Apesar de seu encerramento oficial, o cemitério continuou funcionando até a década de 1920. Nessa conjuntura, é possível supor que o cemitério Santo Alberto tenha surgido em 1918 como parte das iniciativas higienistas de evitar o contágio pela hanseníase, uma doença estigmatizada, pouco conhecida cientificamente e considerada um “grande mal”.

Situado a aproximadamente 20 km de distância do centro urbano de Manaus, a localização do cemitério Santo Alberto parecia conveniente diante da necessidade de diminuir as chances de contágio, já que os cemitérios por si só eram considerados veículos de miasmas. Mais tarde, com o crescimento dos casos de hanseníase, esta mesma área onde se localizava o cemitério foi escolhida para a construção do Leprosário Colônia Antônio Aleixo, visto que o leprosário de Paricatuba tornou-se insuficiente para atender o número crescente de vítimas da hanseníase.

O leprosário da Colônia Antônio Aleixo foi inaugurado no dia 10 de fevereiro de 1942, contando com uma infraestrutura considerada mais adequada e de acesso mais viável, possibilitando inclusive o deslocamento dos doentes por via terrestre. Anteriormente, em 1930, o local havia funcionado como um alojamento para os imigrantes nordestinos convocados no governo de Getúlio Vargas para reativar os seringais da Amazônia, os chamados soldados da borracha. Na época, foram construídos 16 pavilhões que serviam como base para os imigrantes, que permaneciam lá até serem transferidos para os seringais no interior do Estado.

Com a partida dos nordestinos, o lugar ficou abandonado e, após uma avaliação das instalações, o médico Menandro Tapajós juntamente com Antônio Aleixo idealizaram o projeto de construção de uma leprosaria com estrutura adequada para os hansenianos. Assim, em 1942, com apenas seis doentes, deu-se início às atividades do Leprosário Colônia Antônio Aleixo, que mais tarde se tornaria o atual bairro da Colônia, segundo Ribeiro (2019) e Gomes (2021).

De acordo com Adriana Cabral (2023, p. 98) a mensagem de 1938 do Interventor Álvaro Botelho Maia⁹, fazia menção do local doado pelo Estado para a construção do novo leprosário do Amazonas, “tratava-se de um grande terreno na “cabeceira do Lago do Aleixo”. A construção (figura 22) ficou sob a orientação do Dr. Mario de Queirós, Delegado Federal de Saúde da 2ª região.

Figura 22 - Vista geral da Colônia Antônio Aleixo em 1945.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

O nome do leprosário foi dado em homenagem ao médico brasileiro Antônio Aleixo, idealizador da leprosaria e fundador da Escola de Dermatologia de Minas Gerais. Defensor do isolamento compulsório como principal medida profilática da hanseníase, Antônio Aleixo foi professor e tenente-coronel honorário do Exército Nacional, destacando-se pelos estudos de doenças dermatológicas e pelo incentivo a pesquisas científicas sobre a hanseníase, como aponta Gomes (2021).

No que tange à organização, a Colônia era administrada por pessoas indicadas pela Secretaria de Saúde, sobretudo médicos. Quanto à estrutura física, a Colônia Antônio Aleixo assemelhava-se a uma pequena cidade, composta por uma grande faixa de terra, destinada em

⁹ MAIA, Álvaro Botelho. Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Interventor Federal. Manaus, AM: Interventoria Federal no Estado do Amazonas, 1938, p. 37. apud Cabral, 2023, p. 98

parte a plantações de mandioca e frutas, bem como pavilhões divididos entre homens e mulheres, pavilhão ambulatorial, cozinha, lavanderia e casas para funcionários e administrador.

Apesar da infraestrutura preparada para o melhor acolhimento dos doentes, esse período foi marcado por muitas dificuldades, pois as doações arrecadadas por meio da Caixa beneficente não eram suficientes para suprir as despesas do lugar. As Caixas beneficentes foram implantadas no Brasil em meados da década de 1930 com a finalidade de gerenciar as doações realizadas pela sociedade civil. Tais instituições eram administradas por um presidente, geralmente o diretor do hospital, e contava com a participação simbólica dos doentes.

Dentre os problemas enfrentados na Colônia estavam a falta de abastecimento de água, motor de energia danificado, ausência de sistema de esgoto, manutenção precária, pavilhões deteriorados, alimentação inadequada e insuficiente, além da falta de remédios e enfermarias. Na imagem abaixo (figura 23) observa-se um grupo de internos aguardando a distribuição da refeição, que naquele dia não chegou. Na descrição da imagem, Souza-Araújo (1948, p. 135) menciona: “mata-se dois bois para eles, e o desse dia não havia chegado. A administração mandou buscar às pressas, o pirarucu”.

Figura 23 - Grupo de internos em frente ao refeitório geral, aguardando o almoço.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948.

Diante da precariedade do cenário, a partir de 12 de março de 1966, a Colônia passou a ser administrada pelas Irmãs Franciscanas de Maria, que, a pedido da Secretaria de Saúde do Amazonas, iniciaram um trabalho de implantação de melhorias no lugar. A administração ficou sob a responsabilidade da Irmã Trindade Maria Dominguez Fernandes e o grupo de religiosas

formado por Madre Maria Del Divino Pastor, Irmã Maria Rosilene, Irmã Eliza, Irmã Maria Fernanda Pio, Irmã Flaviana, Irmã Sofia e Irmã Natal.

Com a cooperação de recursos financeiros provenientes da Holanda, a Colônia foi ampliada e passou a oferecer melhores condições aos internos. Os pavilhões, assim como as enfermarias, foram recuperados e novos leitos e ventiladores foram instalados. Criou-se, ainda, um conjunto hospitalar, com novos equipamentos, centro cirúrgico e um setor de Fisioterapia voltado para atender os casos considerados mais graves. Ainda com as verbas da Holanda, foi construído o conjunto residencial Guilherme Alexandre, o qual contava com 99 casas destinadas aos casais, além de um Centro de Saúde inaugurado no dia 2 de setembro de 1967.

Para Ribeiro (2011), a estrutura da Colônia se baseava na necessidade de controle dos internos. Existia uma praça central de onde era possível visualizar as demais construções, nela estabeleceu-se uma base da guarda que mantinha a vigilância e o controle da Colônia. Na praça também ocorriam algumas celebrações como o hasteamento da bandeira e a missa campal (figura 24).

Figura 24 - Imagem da Praça central da Colônia Antônio Aleixo



Fonte: Arquivo do MORHAN.

Nas proximidades da praça, além de dois centros sociais onde aconteciam os festejos, havia uma delegacia responsável pela manutenção de um posto policial flutuante localizado na entrada do lago do Aleixo, um pavilhão hospitalar para atender os casos mais graves, um

laboratório e o serviço de farmácia anexados ao hospital. Os doentes em condições de trabalho atuavam nessas instalações, principalmente executando procedimentos com maior probabilidade de contaminação.

Os internos também eram separados por faixa etária, sexo e estágio da doença. As moradias ficavam dentro dos pavilhões, os quais eram divididos entre homens e mulheres. O pavilhão dos homens solteiros era dividido por ordem alfabética, já o pavilhão destinado às mulheres recebeu os nomes Uirapuru I, Uirapuru II e Rio Mar. Apesar das denominações oficiais, os moradores chamavam esses pavilhões de “pavilhões dos homens”, “pavilhões dos meninos”, “pavilhões das moças” e “pavilhões das meninas”. Além dos pavilhões coletivos, existiam ainda cerca de 125 casas construídas em alvenaria no modelo geminado, nas quais residiam os casados.

Nas demais ruas, como Bela Vista, Carioca, Monteiro Maia, Menandro Tapajós e rua Nova, havia residências de madeira construídas pelos próprios doentes, que para isso contavam com o auxílio dos recursos da Casa Beneficente, cuja sede funcionava em um prédio juntamente com a Prefeitura, a Delegacia e o cinema. Na configuração espacial da Colônia, outra edificação abrigava o Clube de Mães e a sede dos escoteiros.

Cabe ressaltar que, além do grupo de religiosas, o corpo administrativo era formado também pela figura do prefeito, eleito entre os próprios doentes. Ao prefeito cabia a responsabilidade de zelar pelo funcionamento e conservação das instalações, manter a ordem entre os moradores, distribuir alimentos e roupas, realizar o pagamento dos trabalhadores, que eram os próprios internos, apresentar mensalmente à diretoria os serviços realizados, informar as ocorrências daquele período, oferecer gratuitamente outros serviços aos moradores, tais como: manutenção de roupas, sapataria, assistência funerária e manutenção do cemitério.

Já à Caixa Beneficente (figura 25) competia, além de repassar as doações e os recursos obtidos por meio da venda da produção dos moradores, a responsabilidade pela comercialização externa da produção da farinha, pescaria, granja e cultivo da horta realizada pelos moradores, cobrando uma taxa pela concessão da comercialização dos produtos. Ela também realizava empréstimos financeiros aos moradores considerados de “boa conduta” interessados em iniciar um negócio. Existia ainda um pequeno comércio sob a administração da Caixa beneficente, que oferecia vários artigos e produtos com preços 10% acima do valor de custo. Os produtos

comercializados eram, na maioria, os enlatados, mas havia alguns medicamentos que os moradores costumavam denominar como “fortificantes”, de acordo com Ribeiro (2011).

Figura 25 - Comércio da Caixa Beneficente da Colônia Antônio Aleixo em 1946.



Fonte: Souza-Araújo, 1948 apud Ribeiro, 2011

Como parte das melhorias executadas pela administração das irmãs franciscanas, foi instalada a escola Violeta Matos Areosa, cujo nome escolhido homenageava a esposa do governador do Estado da época, o sr. Danilo de Matos Areosa. A escola recebia auxílio da então primeira dama do Estado, que doava brinquedos e bicicletas para as atividades de lazer. E, através de parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)¹⁰, a escola passou a oferecer cursos profissionalizantes, além do ensino regular. Os estudantes que se destacavam eram contratados para trabalhar como professores.

Existia ainda outra instituição de ensino formal, situada nas proximidades do lago do Aleixo, chamada “escola do lago”. Esta possuía uma estrutura muito simples, feita em madeira, e atendia os internos expulsos pelo não cumprimento das regras estabelecidas na Colônia, bem como alguns moradores daquela área. A escola mantinha-se com os recursos das doações recebidas pela Caixa Beneficente.

¹⁰ O Mobral foi instituído pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, contudo sua implantação ocorreu no Governo Médici. O objetivo era conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida.

Até a metade da década de 1970, os doentes diagnosticados com a “lepra” eram trazidos para Manaus, passando em seguida no Dispensário Alfredo da Matta a fim de que fossem registrados, para então serem encaminhados à Colônia Antônio Aleixo. Esses doentes, por vezes, eram trazidos pelos próprios familiares, os quais eram movidos pela crença de que realizavam a melhor escolha. Nessa mesma década, o êxito da medicalização com as sulfonas, que vinham sendo utilizadas desde 1940, possibilitou o tratamento ambulatorial, prescindindo a necessidade de manter os doentes isolados.

A ineficiência do isolamento, inclusive, foi apontada no VII Congresso Internacional de Lepra, realizado no Japão em 1958, que recomendou o abandono de tal prática como medida profilática da lepra. O resultado dos debates indicava a ampliação de medidas educativas e de caráter não estigmatizante, assim como a redefinição do papel dos leprosários, cujos espaços poderiam se transformar em centros de pesquisa ou instituições de referência cirúrgica para reabilitação dos doentes. Desse modo, em maio de 1962, o decreto 968 estabeleceu o fim do isolamento no Brasil e sugeriu o tratamento medicamentoso nos dispensários, o que ocorreu de forma lenta e gradual.

No caso do Amazonas, o processo se concretizou somente dezesseis anos depois, nos anos finais da década de 1970, época em que ocorreu a mudança da terminologia lepra para hanseníase. Essa mudança, que está no bojo das iniciativas de diminuição do estigma sobre os doentes, foi formalizada através do decreto nº 165/1976 do Ministério da Saúde, que determinou a substituição do termo lepra por hanseníase nos documentos oficiais da instituição. A mudança da terminologia em todo território brasileiro, contudo, só foi possível quase vinte anos mais tarde, por meio da lei federal nº 9010, que proibiu definitivamente o termo lepra e seus derivados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros¹¹.

Um dos maiores incentivadores dessa mudança foi o médico Abraão Rotberg, que promoveu intensas campanhas sensibilizadoras a fim de alcançar esse objetivo. Além de estimular a mudança da terminologia, tentou modificar o imaginário social construído em torno da palavra lepra, que não poderia mais se vincular à hanseníase, uma doença de tratamento fácil desde que detectada no início de sua manifestação. Para Rotberg, o desafio maior consistia na realização de uma campanha abrangente de esclarecimento à população e, por conseguinte,

¹¹ Lei Federal nº. 9.010 de 29 de março de 1995. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9010.htm

acabar com o leprostigma, conceito elaborado por ele para se referir ao preconceito e estigmas relacionados à doença:

Mas enquanto não desaparecer a lepra, não desaparece o leprostigma. Enquanto houver leprostigma não se faz tratamento eficiente, nem para o doente, nem prevenção. (...) o leprostigma é o grande inimigo, não é? Então é preciso acabar com o leprostigma. Quanto tempo vai levar isso? Eu nunca determinei quanto tempo, eu nunca imaginei... Nunca supus que pudesse dar prazos para isso, mas tem que fazer. (...) Simplesmente reconhecer o seguinte: A idéia de um nome novo é libertar do leprostigma. Se a gente conseguir isso, resolve a situação, porque todo doente vai se tratar de hanseníase, não tem medo de leprostigma. Agora, enquanto ele for considerado um antigo doente de lepra, ele não vai se tratar e continua do mesmo jeito a situação. Esse é o ponto de vista (...) que eu tenho. A idéia é essa, mas a concretização é muito difícil, mas a dificuldade não impede que se tente, não é? (Depoimento de Abraão Rotberg em maio de 2002, fita nº 3, lado B apud Laurinda Maciel, 2007, p. 286)¹²

De acordo com Maciel (2007), Rotberg argumentava que o leprostigma associava a lepra a uma doença suja e imoral, relacionada aos escritos bíblicos do antigo testamento. A mudança do termo significaria outra concepção, seria, portanto:

uma tentativa de construir uma outra doença, a hanseníase, com características muito diferenciadas da lepra. A hanseníase se apresenta como uma doença que possui tratamento ambulatorial, medicamento apropriado e de fácil administração, além de, obviamente, não ser necessária a internação do paciente em instituições de isolamento” (MACIEL, 2007, p. 287).

Em Manaus, a desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo aconteceu entre os anos de 1978 e 1979. Segundo Juliana Alves (2011), após o fim do isolamento como medida profilática no país, muitos desses espaços foram transformados em instituições de tratamento psicológico, centros de pesquisas científicas, hospitais gerais ou foram desapropriados e integrados a áreas residenciais. Dentre as 33 colônias existentes no país, somente a Colônia Antônio Aleixo teria se transformado em bairro. Aos poucos o lugar foi sendo ocupado pelos próprios doentes que permaneceram na área e por seus familiares que lá fixaram moradia. Logo, observar a maneira como ocorreu a instalação dos moradores da Colônia ajuda a compreender o forte senso de comunidade presente no bairro.

¹² Depoimento de Abraão Rotberg. Projeto História e Memória da hanseníase no Brasil através de seus depoentes (1950-2000), maio de 2002, fita nº 3, lado B in Laurinda Maciel, 2007, p. 286

Alves (2011) ainda salienta que a forma como o bairro da colônia se originou, isolado à margem do centro urbano e dotado de equipamentos específicos, o diferenciam dos demais bairros da cidade. Um desses equipamentos é o cemitério Santo Alberto, que é de uso exclusivo dos moradores. Desse modo, a pesquisadora observa que o processo de ocupação do solo da Colônia possibilita compreendê-lo “não mais o caracterizando como um bairro, mas aproximando a escala de análise para uma cidade, a cidade dos esquecidos, ou em linhas mais gerais, uma cidade dentro de outra cidade, ou quem sabe bairro dos esquecidos” (ALVES, 2011, p. 49).

A partir da transformação do leprosário em bairro, os moradores da Colônia inseriram outras formas de se relacionar com o lugar, tendo em vista que as proibições e normas estabelecidas na época do isolamento compulsório não eram mais válidas. No entanto, apesar das mudanças, as marcas desse período ainda estão presentes na Colônia, seja na configuração paisagística, com as antigas instalações, ou no corpo e memória daqueles que foram atingidos pela hanseníase.

2.1 A DESATIVAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

De acordo com Tavares (2011)¹³ e Ribeiro (2011), as primeiras discussões oficiais a respeito da desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo foram iniciadas em maio de 1978, ou seja, 21 anos após a recomendação Internacional de extinção de práticas de isolamento compulsório de pacientes com a hanseníase. Segundo as pesquisadoras, foi nesse momento que a Secretaria de Saúde do Estado (SESAU) começou a colocar em prática a Portaria de nº. 165/76 do Ministério da Saúde e baixou as seguintes normas: 1) Todos os doentes em condições terão alta; 2) Os inválidos poderão ficar no Asilo; 3) A Colônia diminuirá em curto prazo e, em longo prazo, deverá desaparecer; 4) Os doentes que gozam de aposentadoria contribuirão com um percentual, conforme seus vencimentos, e esse dinheiro será empregado para a reabilitação dos egressos; 5) Os doentes que foram internados e reabilitados sairão do hospital, voltando para seus domicílios e, se não for possível, ficarão na Colônia.

¹³ A Assistente social Tomázia Tavares participou da Comissão de desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo e escreveu o livro *Antônio Aleixo: de leprosário a bairro de Manaus*.

Com estas determinações, em agosto de 1978, no Palácio Rio Negro, numa reunião que contou com a presença do governador Henocho da Silva Reis e do secretário de Saúde, Carlos Augusto Telles de Borborema, além de representantes de várias instituições, a Secretaria de Saúde do Estado (SESAU) apresentou um plano de desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo. A proposta do plano incluía: a criação de um asilo para atender os doentes com graves mutilações; a criação de um Posto de Saúde para o atendimento médico-odontológico dos moradores da Colônia e da comunidade do Lago do Aleixo; doação das casas já habitadas aos casados; distribuição de terrenos às pessoas que desejassem permanecer na Colônia em forma de Repúblicas e a Transformação da caixa beneficente em uma cooperativa, segundo Tavares (2011).

Após o debate e aprovação do projeto de desativação, o governador do Estado, em 18 de dezembro de 1978, através do Decreto nº.4.464, determinou que fossem tomadas todas as medidas necessárias para a sua execução. A partir deste decreto, o secretário de Saúde aprovou duas portarias: a Portaria nº 468/78, que tornava extinto o Hospital-Colônia e criava o Asilo e Centro de Saúde, e a Portaria nº 469/78, por meio da qual nomeava uma Comissão para desenvolver os trabalhos de desativação. Tratava-se, pois, da Comissão de Trabalho integrado, a qual era liderada pelo sociólogo Samuel Spener e as assistentes sociais Ana Paulina de Aguiar Soares e Tomázia Tavares de Matos.

A comissão deveria atuar em conjunto com os seguintes Órgãos do Governo: Secretaria de Saúde – Coordenação (SESAU), Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS), Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), Secretaria de Estado de Interior e Justiça (SEIJUS), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O prazo estabelecido para a implantação do plano foi de doze meses.

Conforme Tomázia Tavares (2011), o processo de desativação ocorreu em dois momentos: a fase de preparação e a fase de execução. A fase de preparação ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 1978, enquanto a fase de execução se deu em 1979. Na fase de preparação ocorreram as primeiras reuniões e entrevistas com os moradores da Colônia e Lago do Aleixo, a fim de realizar um mapeamento da condição clínica e familiar dos internos e informá-los sobre o processo de desativação, uma vez que, a partir da transformação do local em bairro, deixariam de receber o auxílio do governo. As instalações da Colônia também

passaram por uma vistoria e, nessa etapa, ainda foram realizados os planos de urbanização e demarcação das terras que seriam distribuídas aos moradores.

Ribeiro (2011) destaca que, neste primeiro momento, dentre as principais preocupações apresentadas no Relatório da Desativação da Colônia Antônio Aleixo (1979), elaborado pela Comissão de desativação e que se tornaram prioridades no desenvolvimento do trabalho, estavam a situação dos solteiros, a reforma dos pavilhões, a Caixa Beneficente, a demarcação de terras, a legitimação dos documentos de propriedade e a situação dos internos gravemente sequelados.

Em relação aos solteiros, a preocupação consistia no fato de residirem nos pavilhões da Colônia e dependerem exclusivamente do refeitório principal para realizarem as suas refeições. Com a desativação, eles teriam de providenciar sozinhos a sua alimentação, o que representava um problema, pois, diferente das pessoas casadas, os solteiros não recebiam cesta básica e nem possuíam utensílios domésticos.

Para contornar a situação, sugeriu-se que os solteiros deveriam procurar seus familiares, com os quais passariam a morar, ou levar os seus parentes para residir com eles na Colônia, visto que os moradores teriam direito à uma residência. Outra sugestão levantada pelos próprios internos consistia na organização dos solteiros em grupos de três ou quatro pessoas para morarem juntos numa mesma residência. Tais sugestões foram acatadas e colocadas em prática, assim, enquanto o serviço social organizava os grupos, os outros “solteiros” buscavam por suas famílias, tendo esse processo se estendido por um longo período de tempo, pois descobriu-se que a maioria dos moradores havia sido rejeitada por seus familiares.

A respeito da reforma dos pavilhões para receber os grupos das pessoas solteiras, houve certa dificuldade devido à falta de recursos financeiros, o que postergou o andamento das obras. Como resolução para a reforma dos pavilhões, foi proposto utilizar os recursos da Caixa Beneficente, ocasionando protestos por parte da imprensa e dos próprios moradores. O conflito foi resolvido quando a Secretaria de Estado de Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS) assumiu a responsabilidade da reforma. No entanto, por causa dos recursos limitados, os pavilhões foram apenas parcialmente reformados.

No que se refere a situação da Caixa Beneficente, o conflito residia em dar continuidade ou não às atividades e o que fazer com os bens acumulados. Como afirma Ribeiro (2011), optou-se pela manutenção da Caixa Beneficente, a qual seria administrada por uma nova diretoria.

Já a demarcação das terras ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), que, num primeiro momento, realizou o levantamento topográfico de toda a área pertencente à Colônia e depois iniciou o projeto de urbanização. Com a conclusão dessa etapa, partiu-se para a demarcação dos terrenos.

Para a legitimação dos documentos de propriedade, Ribeiro (2011) menciona a realização de um estudo feito pela Secretaria do Interior e Justiça, que logo foi suspenso com a justificativa da espera de um projeto da SEPROR. Porém, algumas propostas foram apresentadas e, dentre elas, optou-se pela alternativa de repassar uma carta-documento dando ao proprietário o direito de uso da terra. No caso de morte, o patrimônio retornaria ao poder do Estado.

Em relação aos pacientes severamente sequelados, a área hospitalar foi reformada e transformada no Asilo Dr. Geraldo da Rocha para os receber. No entanto, houve certa resistência por parte de alguns internos que enxergavam o local como espaço de privação da liberdade, pois não podiam exercer suas atividades de forma autônoma, isto é, fazer suas próprias refeições, ter seus próprios utensílios domésticos ou usar roupa própria. Na concepção dos internos, o lugar seguia um sistema muito rígido e estava sendo mantido apenas para extinguir os doentes de forma rápida.

A partir dessas situações conflituosas, a Comissão responsável pelo processo de desativação decidiu mudar o nome da instituição e retirar a palavra “Asilo” com a intenção de evitar a propagação de uma imagem negativa sobre o lugar. A instituição passou a ser chamada de Centro Assistencial Geraldo da Rocha, homenageando assim o médico Geraldo da Rocha, que atuou nas ações voltadas para a profilaxia da hanseníase. Ribeiro (2011) e Tavares (2011) afirmam, ainda, que a fase de preparação da desativação da Colônia foi concluída em dezembro de 1978.

Logo no primeiro dia de janeiro de 1979, foi realizado um almoço no refeitório da Colônia para comemorar a desativação do leprosário. A partir desse momento, o processo de desativação tornava-se irreversível, dando impulso a etapa de execução do projeto de constituição do bairro.

As atividades da segunda fase incluíam: A preparação de internação definitiva dos pacientes no Centro Assistencial Geraldo da Rocha; preparação de alta às pessoas que desejassem sair da Colônia; atendimento e orientação aos pacientes no Posto de saúde; contato

com hospitais para a internação de pacientes com outras doenças; reforma dos pavilhões e sua transformação em casas; doação das casas existentes aos casados; levantamento topográfico; distribuição de alguns lotes de terras já demarcados; articulação com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) para a reforma da escola; contato com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) para a construção de uma delegacia; articulação com a Prefeitura para provimento da legalização das terras distribuídas; e, finalmente, preparação para eleição da nova diretoria da Caixa Beneficente, conforme aponta Tavares (2011).

Com a desativação do Hospital- Colônia, todo material hospitalar do Centro cirúrgico e Centro de fisioterapia foram repassados respectivamente ao Hospital Adriano Jorge e ao Dispensário Alfredo da Matta, que passaram a realizar o atendimento ambulatorial dos atingidos pela hanseníase. As Irmãs Franciscanas de Maria e os demais especialistas da Colônia foram transferidos para atuar no Dispensário. A partir dessas mudanças, o cuidado com a hanseníase no Amazonas adquiriu novos rumos.

O Dispensário Alfredo da Matta teve suas atividades ampliadas, passando a atuar no controle e tratamento da hanseníase e de outras patologias. Em 1982, o Dispensário assumiu a coordenação do Programa de Dermatologia Sanitária do Amazonas e passou a ser chamado de Centro de Dermatologia Tropical e Venereologia “Alfredo da Matta”, concentrando os dados epidemiológicos dos casos de hanseníase e expandindo as ações de controle da doença no Estado do Amazonas.

Considerando as contribuições e o trabalho desenvolvido no âmbito da Dermatologia Sanitária, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria n.º 509, de 20 de outubro de 1986, credenciou o Centro de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta como Centro de Referência Macrorregional em Hanseníase. Dois anos depois, o Centro de Referência se tornou o Instituto de Dermatologia Tropical e Venereologia “Alfredo da Matta”, através da Lei estadual n.º. 1.881 de 21 de dezembro de 1988.

Mais tarde, em dezembro de 1998, a Lei Estadual n.º. 2.528 alterou a natureza jurídica do Instituto, que passou à condição de Fundação. Nos dias atuais, a Fundação Alfredo da Matta é reconhecida como um dos centros de referência em dermatologia e doenças venéreas, desenvolvendo também atividades nos setores de ensino, pesquisa e extensão, segundo Alves (2011) e Tavares (2011).

Todo esse processo de desativação do Hospital-Colônia Antônio Aleixo e posterior transformação em bairro, de acordo com Ribeiro (2011), foi marcado por constantes conflitos internos e externos, pois parte da população da cidade, da elite médica, autoridades locais e moradores da Colônia temiam os acontecimentos futuros, por isso se manifestaram contra a desativação. A população se preocupava com uma contaminação geral e os médicos com o aumento do número de doentes hansenianos nos hospitais, ao passo que as autoridades se preocupavam com a imagem da cidade e os moradores da Colônia com o fim da assistência do governo, bem como com a adaptação à realidade fora dos muros invisíveis da Colônia, como é possível verificar no trecho extraído do Relatório de Desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo (1978, p.51):

Na execução do processo verificou-se que por estarem habituados a submissão da Administração da Colônia, o nível de auto-determinação, de iniciativa própria e de decisão era muito baixo e, em consequência disso, passaram a transferir para a Comissão a dependência que tinham da antiga Administração. A dependência econômica implicou inclusive na inexperiência para o auto-sustento, principalmente quanto à aquisição de utensílios domésticos e de alimentação. O sentimentalismo criado pelos tabus culturais em relação à doença faz com que utilizem essa situação para exigirem que sejam satisfeitos todos os seus anseios, pedidos e ambições, argumentando sempre que não tiveram culpa de adoecer e, portanto, o Governo tem a obrigação de sustentá-los (RELATÓRIO DE DESATIVAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA ANTONIO ALEIXO, 1978, p.51, apud RIBEIRO, 2011)

As preocupações dos moradores da Colônia eram totalmente compreensíveis, tendo em vista o sistema de segregação à qual foram submetidos por décadas. Isolados e vivendo sob um regime de constante vigilância, sem contato com seus familiares, e alguns gravemente sequelados, retornar à “liberdade” e a sociedade que os segregou seria desafiador, considerando o cenário de estigma da doença instalado na cidade.

Como destaca Tavares (2011), o preconceito em relação à hanseníase era tão forte ao ponto de funcionários de Hospitais da cidade se mostrarem resistentes para atender casos emergenciais ou de internação, por isso foi necessário a direção do ambulatório Alfredo da Matta articular uma enfermaria no Hospital Adriano Jorge e conseguir um dermatologista para acompanhar o paciente enquanto estivesse internado.

Somava-se ao preconceito, e decorria também dele, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a falta de assistência por parte do governo, que havia encerrado as formas de auxílio (alimentação, roupas, sapatos), sendo esses fatores responsáveis por levar muitas

peessoas sequeladas a recorreram à mendicância como alternativa de sobrevivência. Assim, a presença dos atingidos pela hanseníase no centro urbano tornou-se um problema a ser resolvido.

Em seu pronunciamento à Assembleia Legislativa do Amazonas, publicado na matéria do Jornal do Comércio no dia 24 de março de 1976, com o título *Ex- hansenianos podem ser uma nova força produtiva*, a deputada arenista Eunice Mafalda Michiles chega a se referir aos ex-internos, que circulavam no centro da cidade, como ‘peso morto’ e solicita às autoridades a possibilidade de desenvolver um projeto que resolva a situação:

(...) O doente de lepra é ainda um pária da sociedade, um repudiado desde os primeiros sinais da doença, nem a própria família acredita em sua cura, negando-se muitas vezes a recebê-lo de volta.

A situação do Amazonas não é diferente do resto dos 38 mil hansenianos do Brasil em que, mesmo curado do ponto de vista médico, o ex-doente é um mutilado de corpo e alma, cujos sofrimentos morais superam muitas vezes o sofrimento físico.

Usamos com frequência frases de afeto e palavras convencionais quando nos referimos aos hansenianos - chamamos facilmente de “irmãos”, mas eu pergunto, quem de nós teria coragem de ter em casa como doméstica uma moça ex- hanseniana reconhecidamente curada, mas que não tivesse dedos? ou em nosso escritório um ex doente que não tivesse orelhas?

Creio que, até a ciência médica descubra uma vacina ou um tratamento mais eficaz, que evite severas sequelas da lepra, temos que optar por soluções reais capazes de se ajustar a situação atual, criando condições em que o ex hanseniano possa viver sem sofrer as humilhações de suas deformidades, deixando de ser um peso morto para se transformar em elemento útil dentro de nossa sociedade.¹⁴

Seguindo o seu pronunciamento, a referida deputada apresenta duas propostas: a primeira consistia na criação de uma colônia em Paricatuba que funcionaria como cooperativa, desenvolvendo a agropecuária e uma pequena indústria com condições de habitação e transporte. A segunda proposta seria a criação de um estabelecimento na cidade para aqueles que não se sentissem motivados para as atividades rurais. Tal estabelecimento deveria dispor de marcenaria, oficina mecânica e outras atividades capazes de prover a subsistência dos “ex-hansenianos”. De acordo com Michiles, o problema seria solucionado e até mesmo as condições psicológicas do “ex-doente” melhorariam, pois “na atual situação nada é mais aviltante e ofensivo à dignidade humana do que viver da Caridade alheia”.

No dia 06 de janeiro de 1979, o Jornal “A notícia” publicou uma matéria com o seguinte título: “600 leprosos ameaçam descer para mendigar – A Colônia Antônio Aleixo está à venda desde o dia 2 deste mês”. A matéria, veiculada com fotos de pessoas sequeladas, desencadeou

¹⁴ Jornal do Comércio, 4 de março de 1976, p. 4.

uma série de manifestações contrárias a desativação. Algumas figuras políticas aproveitaram a situação para angariar votos prometendo reverter a decisão. Outras exigiam providências do governo alegando que Manaus poderia se transformar na “capital da lepra”.

Os deputados Belo e Frota, por exemplo, estavam entre os que se manifestaram. O primeiro demonstrava preocupação com a possibilidade de Manaus vir a se tornar conhecida como ‘capital da lepra’, enquanto o segundo solicitava providências do governo para “acabar com o triste espetáculo da mendicância exercida às ruas de Manaus por hansenianos, sobretudo porque, Manaus hoje em dia é um centro turístico recebendo visitas inclusive de estrangeiros” (TALHARI, 1981, p. 183 apud TAVARES, 2011, p. 70).

Como se pode observar no trecho acima, a preocupação dos representantes políticos compreendia interesses individuais e estava mais voltada para a visibilidade da ocupação dos sequelados pela hanseníase nos espaços públicos e aumento da mendicância do que, de fato, para a condição social a qual os atingidos pela hanseníase foram submetidos por causa da segregação e isolamento compulsório.

Apesar da resistência ao processo de desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo e a sua transformação em bairro, deu-se continuidade ao plano. A partir da distribuição dos terrenos aos moradores e a transformação dos pavilhões em residências, a população da Colônia aumentou, visto que além dos atingidos pela hanseníase, os familiares também passaram a residir no local e nos arredores. A Colônia recebia pessoas da capital, do interior e de outros estados, atraídas pela possibilidade de adquirir um terreno para construir suas casas. Desse modo, segundo Maciel (2021), as chamadas “invasões” se tornaram frequentes, ampliando os limites do bairro.

Sobre a distribuição dos terrenos, a assistente social Tomázia Tavares (figura 25), membro da comissão de desativação, relata que a prioridade era atender os moradores da Colônia e depois os residentes do Lago do Aleixo e adjacências. No entanto, as invasões tornaram-se incontroláveis, apesar dos esforços para executar todas as propostas do projeto de desativação. Por conseguinte, a Comissão se sentiu desamparada diante da falta de posicionamento e apoio das secretarias do Estado, levando-a então a solicitar a revogação da portaria de nº. 469/78-GSESAU que a instituiu. Abaixo, segue parte do relato de Tomázia Tavares registrado na pesquisa de Salatiel Gomes (2021, p. 147):

Quando começou a invadir mesmo, chamaram a prefeitura e a mesma não assumiu, chamaram a segurança, não havia. Sabe de uma coisa, vou assinar meu pedido, me retirando do grupo-tarefa. Foi quando eles decidiram passar a administração para um ex-paciente, que era como se fosse um gerenciador da Colônia. Eles mesmos começaram a distribuir os terrenos, e eu fiquei apenas na questão do centro, da maternidade e também foi o tempo que foi construído um pavilhão clínico. (Depoimento da Assistente Social Tomázia Tavares, membro da Comissão de desativação da Colônia)

Figura 26 - Na imagem encontram-se a assistente social Tomázia Tavares ao centro, à esquerda o secretário de saúde, Francisco de Paula. À direita o subsecretário Tancredo Soares.



Fonte: TAVARES, 2011

Em julho de 1979, a Portaria nº. 195/79 – GSESAU foi assinada, encerrando assim as atividades da Comissão. Para dar continuidade ao processo de distribuição dos terrenos, a Secretaria de Saúde nomeou, até a prefeitura assumir os trabalhos, o Sr. Raimundo Batista como administrador do lugar. E, na gestão do prefeito Jorge Teixeira, a Colônia Antônio Aleixo foi declarada aberta e de livre circulação. Assim, o bairro foi crescendo e se estruturando em torno de comunidades que atualmente totalizam dezessete, sendo elas: Nova Esperança, Onze de maio, Fé I, II e III, Praça, Buriti I e II, Planalto, Francisca Mendes I e II, Morro, Manoel Matias, Sumaúma, Amine Lindoso, Nossa Senhora da Conceição e Consolação. As comunidades não são reconhecidas pela prefeitura de Manaus e são chamadas de bairro pelos moradores.

A comunidade Onze de maio, por sua vez, apresenta uma história um tanto curiosa. Segundo os relatos dos entrevistados, esta comunidade surgiu como parte das invasões

realizadas pelos doentes hansenianos expulsos da Colônia. O nome “Onze de maio” se refere à data de início da invasão. Por ocorrência da invasão, as irmãs franciscanas teriam convocado o exército para conter os revoltosos, mas, chegando ao local, constatou-se que o grupo era composto por pessoas com graves mutilações, sendo desnecessária a ação do exército, como se constata na declaração de seu Josué Tavares, antigo morador do bairro:

Ali, onde é o Onze de maio foi invadido, aquelas pessoas que moravam lá fora, que foram expulsos, eles invadiram ali. Era só mato ali no Onze. Por isso que tem Onze de maio. Foi o dia que eles invadiram lá. Era só hanseniano. Então, nesse dia que eles invadiram lá, as irmãs convocaram até o exército. Quando o exército chegou pra enfrentar, eles pensavam que eram pessoas boas. Mas quando eles chegaram eram pessoas com terçados na liga, e enxada na liga, porque não tinham dedos, né (...). Eram todos mutilados (Trecho da entrevista concedida por seu Josué Tavares para esta pesquisa).

Para Ribeiro (2011), a desativação do Hospital-Colônia Antônio Aleixo não ocorreu apenas em virtude da necessidade de integrar os moradores à sociedade. As Colônias eram mantidas pelos governos e esse "gasto" precisava ser encerrado, uma vez que as estatísticas apontavam o aumento de casos de hanseníase, demonstrando a ineficiência da prática do isolamento. Desse modo, “a medida governamental de desativação da Colônia trouxe para o governo duas soluções: ao mesmo tempo que ‘libertava os cativos’, porque havia uma pressão de grupos da sociedade, livrava-se também de uma responsabilidade econômica e social” (RIBEIRO, 2011, p. 120).

A partir do processo de ocupação, a Colônia Antônio Aleixo se consolidou enquanto bairro de Manaus. Nos dias atuais, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI/AM, a Colônia tem 923, 92 hectares e uma população estimada em 20.784 moradores.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

Com a abertura da Colônia para livre circulação, a população cresceu e o bairro adquiriu uma nova configuração territorial e paisagística. Os antigos pavilhões deram lugar à delegacia, a Unidades de Saúde, mercados e outros equipamentos que resultaram das relações estabelecidas após a desativação do Hospital Colônia. Mas antes de tratar sobre essas

transformações, ressalta-se que a Colônia Antônio Aleixo se difere dos demais bairros da cidade de Manaus, pois a sua instituição está estritamente relacionada às políticas de profilaxia da hanseníase que impuseram o isolamento obrigatório das pessoas atingidas pela doença em lugares distantes.

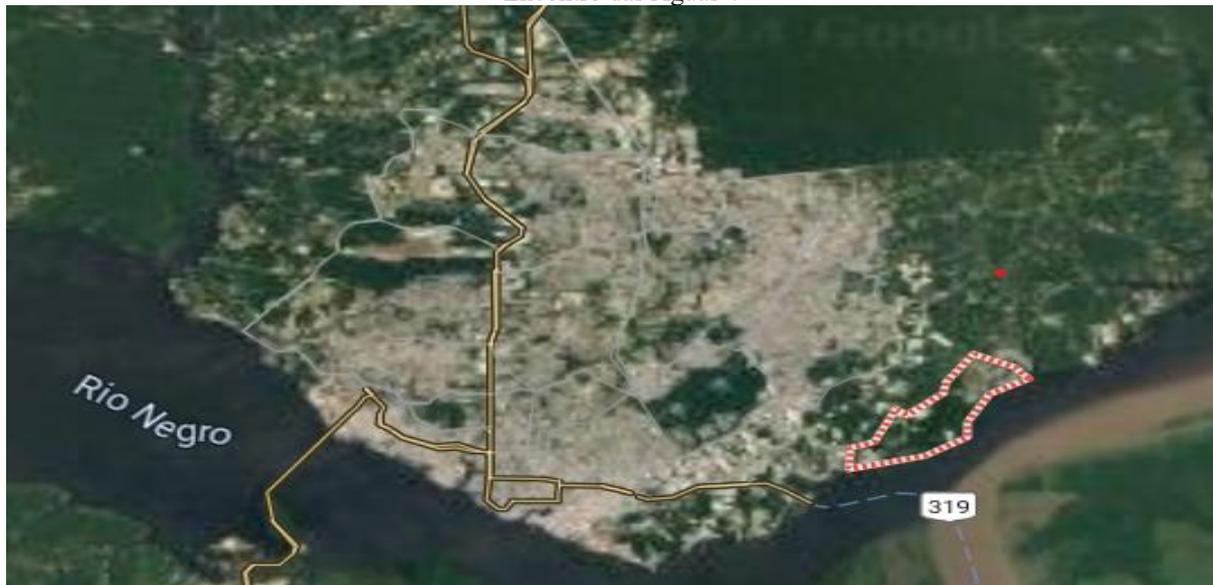
Para manter os doentes afastados e evitar a contaminação, as autoridades dotaram o Hospital Colônia Antônio Aleixo de uma infraestrutura semelhante a um pequeno município, com prefeitura, delegacia, cinema e praça, visando tornar o lugar autossuficiente, dispensando assim a necessidade de uso das instalações e serviços de Manaus.

O resultado culminou na constituição de um bairro “diferente e deslocado do tecido urbano de Manaus”, como observa Alves (2011, p. 48), e com forte senso de comunidade. Cabe mencionar também, ainda segundo Alves (2011), que a transformação da Colônia em bairro ocorreu em 1978, porém, a oficialização de todos os bairros de Manaus aconteceu apenas em 1995.

O bairro Colônia Antônio Aleixo (figura 26) está situado na zona leste da cidade de Manaus. O lugar é banhado ao Norte e Leste pelo Lago do Aleixo e ao Sul pelo rio Amazonas, de onde é possível visualizar o “Encontro das Águas”¹⁵, formado pelo encontro dos rios Negro e Solimões, cujas águas, devido a características naturais diferentes, não se misturam. O “Encontro das Águas” é um atrativo turístico consolidado na cidade.

¹⁵ No entorno do Encontro das Águas, estão registrados três sítios arqueológicos: Lages, Ponta das Lajes que também é um geossítio, e Daisaku Ikeda, onde foram encontrados artefatos como urnas funerárias e vasos cerâmicos. O “Encontro das Águas” foi oficialmente tombado em outubro do ano de 2010, como patrimônio histórico e paisagístico, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/AM). No bairro da Colônia Antônio Aleixo, especificamente na rua Monteiro Maia, arqueólogos da Universidade federal do Amazonas (UFAM) também encontraram urnas funerárias que foram levadas para o Laboratório da universidade e depois ao Museu Amazônico.

Figura 27 – Localização da Colônia Antônio Aleixo. Na imagem, pode-se visualizar ainda, o Lago do Aleixo e o “Encontro das Águas”.



Fonte: google maps, 2023

O acesso à Colônia Antônio Aleixo pode ser realizado de duas maneiras: por via terrestre, através da Avenida Cosme Ferreira, que liga o bairro ao centro da cidade; ou por via fluvial, por meio de embarcações que fazem o trajeto pelo rio Amazonas. O percurso por via terrestre da área central da cidade até o bairro é longo e requer ao visitante um pouco de paciência. Duas linhas de ônibus levam até a Colônia Antônio Aleixo: 604 e 095.

Durante o trajeto de aproximadamente 20 km, a paisagem se modifica. Os edifícios de grande porte, o aglomerado de residências, os estabelecimentos comerciais e depois as fábricas do Distrito Industrial aos poucos dão lugar à uma paisagem marcadamente natural. Na Estrada do Aleixo, avistam-se poucas casas e, entre uma fábrica e outra, a floresta resiste. A distância nos leva a refletir que a escolha do lugar para isolar os doentes hansenianos foi, de fato, estratégica.

Após um longo caminho percorrido, chega-se ao bairro. Logo no início, na avenida Getúlio Vargas, encontram-se a Escola Estadual Manuel Antônio de Souza, e o SPA Hospital e Maternidade Chapot Prévost, cujo espaço na época do isolamento compulsório era utilizado pela Caixa Beneficente para o cultivo de macaxeira, mandioca, batata e outros alimentos. A Caixa Beneficente vendia os produtos fora da Colônia e investia os recursos na compra de motores de barcos de pesca e outros equipamentos. Mais tarde, este mesmo espaço passou a

abrigar a Maternidade Isabel Nogueira que, por reivindicação dos moradores, teve a sua infraestrutura ampliada, tornando-se, em 1992, o Hospital e Maternidade Chapot Prevost¹⁶.

A partir de uma revitalização realizada em 2009, pelo Governo do Amazonas, a Unidade passou a funcionar como SPA, hospital e maternidade, ampliando os serviços oferecidos aos moradores do bairro e seu entorno. Atualmente a Unidade de Saúde conta com um centro obstétrico, três salas cirúrgicas e uma equipe médica formada por obstetras, anestesista e neonatologista. Opera ainda com 20 leitos na Clínica Geral, 8 leitos de isolamento, 12 leitos na Obstetrícia Cirúrgica, 33 leitos na Obstetrícia Clínica e 7 leitos na Pediatria Clínica.¹⁷

O Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha é outra unidade de saúde de relevância histórica e assistencial do bairro. A Unidade de Saúde foi inaugurada em 1942 sob a denominação de Leprosário do Aleixo. Com a desativação do Hospital-Colônia em 1978, criou-se, por meio do Decreto-Lei nº 4.464 de 18 de dezembro de 1978, o Asilo Geraldo da Rocha. Após o término da política de isolamento compulsório, a unidade recebeu outra tipologia, passando de Asilo Geraldo da Rocha para Hospital Geral vinculado à rede estadual de saúde.

Nos dias atuais, o Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha serve de retaguarda para as grandes unidades de saúde de urgência e emergência do Estado e oferece serviços de cuidados em clínica geral, saúde mental, cirurgia vascular, anesthesiologista, curativos, pequenos procedimentos cirúrgicos, dentre outros. A sua estrutura física ainda comporta parte das instalações da época do isolamento compulsório (figura 28).

¹⁶ Carta de Serviços da Maternidade Chapot Prevost da Secretaria de Saúde do Amazonas, 2021.

¹⁷ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Figura 28 - Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

O SPA Hospital e Maternidade Chapot Prévost e o Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha fazem parte do conjunto de serviços de saúde oferecido pela rede estadual, que, na atualidade, compreende ainda a Policlínica Antônio Aleixo e o Centro de Reabilitação Colônia Antônio Aleixo, o qual foi construído no terreno onde funcionava o refeitório do extinto hospital Colônia Aleixo (figuras). As unidades administradas pelo município são a UBS Nova Esperança, UBS do Lago do Aleixo e UBS Guilherme Alexandre. O bairro também possui um posto do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Apesar da existência de uma infraestrutura de saúde considerável, os equipamentos das unidades hospitalares e ambulatoriais são insuficientes para atender as necessidades dos moradores, especialmente no que se refere à realização de cirurgias mais complexas, como as reparadoras, no caso dos sequelados pela hanseníase. Esta é uma das reivindicações do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)¹⁸, que atua em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela Hanseníase e seus familiares. A sede do MORHAN – Amazonas está situada na área de formação inicial do bairro Colônia Antônio Aleixo, onde ficavam os antigos pavilhões de isolamento.

¹⁸ O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) foi criado em 1981, na cidade de Bauru pelo senhor Francisco Augusto Bacurau Vieira Nunes, atingido pela hanseníase com cinco anos de idade.

Desde a sua instalação em outubro de 1983, o referido Movimento conta com a atuação de voluntários. Na sede do MORHAN, são realizadas atividades educacionais e reuniões que buscam promover o debate político. É um espaço de luta social, aberto aos moradores e àqueles que procuram combater o preconceito contra a hanseníase. Seguindo as diretrizes da liderança nacional do Movimento, a instituição tem como parte de seus objetivos:

- Colaborar para a eliminação da hanseníase;
- Ajudar a curar, reabilitar e reintegrar socialmente pessoas que contraíram hanseníase;
- Impedir que portadores de hanseníase sofram restrições em seu convívio social (emprego, família, igreja, escola etc.);
- Contribuir para que portadores de hanseníase conquistem o pleno exercício da cidadania;
- Lutar para que os antigos hospitais-colônias sejam transformados em equipamentos de interesse coletivo (hospitais gerais, hospitais especializados, centros culturais e de lazer etc.);
- Garantir moradia, sustento e atendimento às pessoas atingidas pela hanseníase na época do isolamento compulsório que, estando nos antigos hospitais-colônias, lá desejaram ficar. (RIBEIRO, 2011, p. 163)

Dentre as lutas travadas pelo MORHAN – AM estão a ampliação e melhoria do atendimento da rede de saúde aos atingidos pela hanseníase na capital e interior do Estado, promoção das cirurgias reparadoras e o combate ao preconceito por meio de palestras e atividades educacionais. Destaca-se, também, a luta pela preservação do Lago do Aleixo, que se encontra ameaçado pelos dejetos das fábricas do entorno. O Lago do Aleixo é utilizado pelos moradores como fonte de alimentação e prática de lazer.

O MORHAN atuou, ainda, em defesa do tombamento do Encontro das Águas em 2010 e posicionou-se contra a execução do projeto do Terminal Portuário das Lajes, um empreendimento de interesse privado que visa servir de cais de carga e descarga de contêineres do Pólo Industrial de Manaus (PIM). O projeto está orçado em R\$ 200 milhões. Na figura abaixo, visualiza-se a imagem do Pavilhão “I” (figura 29) que atualmente abriga a sede do MORHAN – AM, no caso, projetado na imagem da figura 30:

Figura 29 - Imagem do Pavilhão de Isolamento “I” em. Nos dias atuais abriga a sede do MORHAN- AM



Fonte: Acervo pessoal do senhor Pedro Borges, morador da Colônia Antônio Aleixo e atual Coordenador do MORHAN -AM.

Figura 30 - Sede atual do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase no Amazonas.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023.

Além da sede do MORHAN e do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, na área de formação inicial do bairro estão situados o Lar Azamor Gonçalves Pinheiro, o 28º Distrito Integrado de Polícia, o posto do SAMU, a Policlínica Antônio Aleixo, o Centro Especializado

em Reabilitação e a Praça da Colônia, sendo este último um espaço onde ocorrem diversos eventos sociais e no qual estão reunidos restaurantes, lanchonetes, bares, barracas de brechó, lojas de roupas, assistências técnicas, mercados, academias, Unidades de Saúde, escolas, instituições comunitárias e igrejas, sendo bastante movimentado, parecendo, portanto, marcar a centralidade do bairro. O comércio neste perímetro é intenso.

A respeito do sistema educacional, o bairro possui duas escolas estaduais, sete municipais, seis de iniciativa privada e duas ONGs, totalizando dezesseis instituições. As escolas estaduais são: Manuel Antônio de Souza (1º ao 9º ano e EJA), Gilberto Mestrinho (6º ao 9º ano e Ensino Médio). As escolas municipais compreendem: Nossa Senhora das Graças (5º ao 9º ano e EJA), São Luiz (1º ao 5º ano), Violeta de Matos Areosa (6º ao 9º ano e EJA), Padre João Dvris (1º ao 5º ano), Lili Benchimol (Educação Infantil e 1º ao 3º ano), Tancredo Neves (CMEI) e Maria Emília Pereira (CMEI). Quanto as escolas privadas, são elas: Escola Baystar, Instituto Transformando Vidas (ITV), Centro Educacional Meyre de Freitas, Escola Espaço para Crescer, Centro Educacional Arte de Aprender e Centro Educacional Conquista Interativa. Como Organização Não Governamental, há o Educandário Jesus Gonçalves e o Espaço Cidadão de Arte e Educação (ECAE).

O Espaço Cidadão de Arte e Educação (ECAE) foi constituído em 2003 por causa do alto índice de analfabetismo, violência infanto-juvenil e abandono escolar. O ECAE é vinculado ao Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo (CSELA). A sede fica nas dependências da Igreja Católica Nossa Senhora das Graças, em frente a praça central, e suas atividades incluem a oferta de cursos de capacitação profissional, oficinas de literatura, música, desenho e teatro. O espaço conta com várias salas, refeitório, biblioteca e uma ampla área externa.

Já o Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo (CSELA), ao qual o ECAE está vinculado, foi instituído em 24 de abril de 1972 pelos moradores que viviam ao redor do Lago do Aleixo, tendo adquirido uma estrutura física e administrativa melhor a partir da colaboração da Igreja Católica. A instituição possui estatuto próprio e a Diretoria é composta por membros eleitos pela comunidade. O CSELA tem suas atividades organizadas em quatro dimensões: Pedagógica, Geração de Renda, Saúde e Habitação.

Outra instituição comunitária é o Clube de Mães Irmã Ruthe Moura (figura 31). Fundado na década de 1970, seu objetivo era oferecer entretenimento e recreação às mulheres que se dedicavam aos afazeres domésticos. O Clube servia, portanto, como espaço de interação, em

que as mulheres se reuniam para realizar atividades de crochê, confraternizações, aniversários, chás da tarde e organizar passeios e banhos. Na gestão das senhoras Maria Delvani da Encarnação Serrão (1975) e Neusa Lima (2002), moradoras antigas do bairro, o Clube passou a ofertar cursos de qualificação profissional, destinados às mulheres e jovens, e atuar na reivindicação de melhorias para o bairro.

Figura 31 - Sede do Clube de Mães Irmã Ruthe Moura



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

O Clube das Mães, contudo, enfrentou dificuldades de funcionamento nos últimos sete anos, mas em 2024 pretende retomar as atividades em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM. A sede do Clube de Mães fica situada nas instalações do antigo Centro de fisioterapia. Nesse local também funcionam um mercado de estivas em geral e a loteria da caixa econômica (figura 32).

Figura 32 - Instalações do antigo Centro de fisioterapia que atualmente abriga a sede do Clube de Mães Ruthe Moura, um mercado e a loteria da caixa econômica.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Outra instituição social do bairro, sendo uma das principais, é a Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo (AMACCAA). Suas atividades iniciaram em 15 de julho de 1984 e uma das conquistas mais importantes foi a ampliação do abastecimento de água com a perfuração de novos poços artesianos e reforma dos reservatórios existentes. A diretoria executiva é eleita pelos moradores para mandatos de quatro anos. Atualmente a AMACCAA é presidida pelo senhor Ismael Cavalcante Bueno e as reuniões acontecem na sede do MORHAN.

Longe de se limitar às organizações citadas, a Colônia Antônio Aleixo conta com ao menos dez centros comunitários e associações que desenvolvem projetos sociais. Tais instituições atuam com afincamento em prol de melhorias para o bairro.

Quanto aos equipamentos religiosos, Gomes (2021) identificou 85 igrejas de várias denominações, as quais formam um mosaico religioso diversificado e plural descrito no quadro abaixo (figura 33), elaborado pelo pesquisador:

Figura 33 - Quadro de Instituições religiosas da Colônia Antônio Aleixo

Denominações	Quantidade	Denominações	Quantidade
Assembleia de Deus IEADAM	13	Assembléia de Deus Unção Missionária	1
Igreja Católica	8	Igreja Presbiteriana	1
Igreja Pentecostal Unida do Brasil	6	Igreja Monte Horebe	1
Assembleia de Deus de Madureira	5	Igreja Pentecostal Deus Todo Poderoso	1
Centro Espírita	5	Igreja Santuário do Deus Vivo	1
Igreja Batista Nacional	4	Igreja Pentecostal da Reconciliação	1
Igreja Deus é Amor	4	Igreja Pentecostal Nova Aliança	1
Adventista do 7º Dia	3	Ministério Internacional da Fé	1
Igreja Quadrangular	3	Igreja Batista Bíblica	1
Missão Batista Nacional Nova Jerusalém	2	Igreja Pentecostal Celeiro de Bênção	1
Testemunhas de Jeová	2	Congregação Cristã do Brasil	1
IDPB	2	Igreja Visão Soberana de Deus	1
Assembléia de Deus Tradicional	2	Ministério Apostólico Raiz de Davi	1
IPUB	2	Igreja Manancial de Vida	1
Igreja Pentecostal A resposta de Deus	1	Catedral dos Milagres Apostólicos	1
Igreja do nome de Jesus	1	IEAMAN	1
Congregação Nova Esperança	1	Igreja Vasos de Deus	1
Igreja Batista regular	1	Igreja Pedra Angular	1
Igreja Mundial	1	Igreja Pentecostal do Arrebatamento	1

Fonte: GOMES, 2021, p. 209.

Na imagem abaixo (figura 34) visualiza-se o mosaico religioso identificado e elaborado por Gomes (2021). O pesquisador explica que apesar de existirem templos religiosos de matriz africana no bairro, estes não são facilmente identificadas, ao passo que os educandários Espíritas, as igrejas católicas e evangélicas, por realizarem ações educacionais e sociais, recebem um forte apoio dos moradores.

Figura 35 - Sede do 28º. Departamento Integrado de Polícia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023

Figura 36 - Na imagem, visualiza-se o Grupo de escoteiros e ao fundo o Pavilhão das moças onde atualmente funciona o 28º. DIP.



Fonte: Acervo pessoal do Senhor Pedro Borges

Seguindo pela avenida Getúlio Vargas, é possível encontrar algumas casas no modelo geminado (figura 37 e 38), as quais foram doadas aos casados logo após a extinção do Hospital-Colônia. Esse ponto da avenida é conhecido como o lugar onde residem os “remanescentes”, isto é, moradores antigos que vivenciaram o isolamento e que, portanto, são guardiões da memória do bairro. Estas casas foram reconfiguradas pelas reformas feitas pelos próprios moradores, assim como o Conjunto Guilherme Alexandre, que ainda permanece, mas com outros contornos.

Figura 37 - Casas no estilo “geminado” na Colônia Antônio Aleixo em 1945.



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

Figura 38 - Registro de casas no estilo “geminado” na Colônia Antônio Aleixo em 2023. À direita observar a casa na cor verde que apresenta características muito semelhantes da época do isolamento



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

As transformações que ocorreram na Colônia Antônio Aleixo remetem à compreensão de Milton Santos (1998) sobre paisagem. Para o geógrafo, a paisagem não é dada para todo o sempre, sendo antes um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma escrita sobre a outra. A paisagem, defende o autor, “é um palimpsesto, um mosaico que pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações” (SANTOS, 1998, p. 24). A paisagem abarca ainda “pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. A paisagem é, pois, “história congelada, mas participa da história viva” (SANTOS, 2006, p.69).

A paisagem, aliás, mudou significativamente após o encerramento da política segregacionista, adquiriu novos conteúdos e formas. Apesar dessas mudanças, é possível notar marcas da época do isolamento, verdadeiras rugosidades¹⁹, como menciona Alves (2011, p.35),

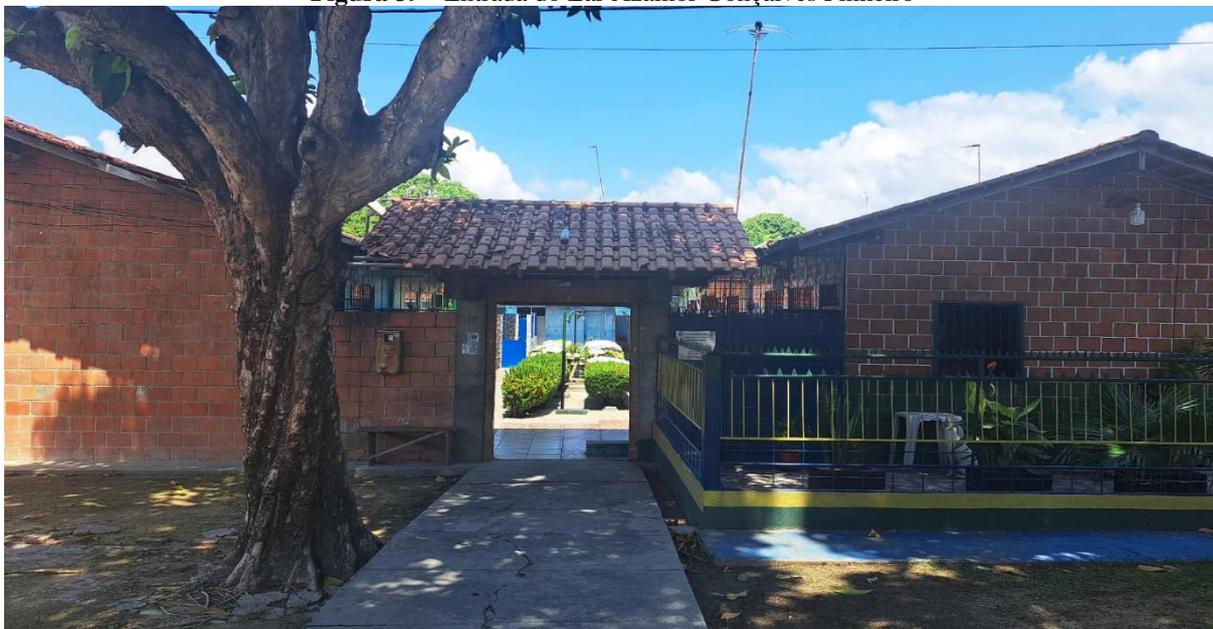
¹⁹ Conforme Milton Santos, as rugosidades compreendem o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012, p. 140).

a exemplo das instalações dos antigos pavilhões de isolamento, que permanecem, embora refuncionalizados, como moradias e outros equipamentos.

Em 2003, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas (SUHAB), resolveu incorporar os antigos pavilhões de isolamento na política de habitação do estado. Os antigos pavilhões foram completamente destruídos e sobre os escombros foram construídos novos pavilhões denominados de “Lares”, inaugurados em 2010.

De acordo com Alves (2011), cada pavilhão contém 08 apartamentos de 46m² de área construída, dotados de sala, cozinha, quarto, banheiro e área de serviço. As obras foram orçadas em R\$ 3,4 milhões, sendo que R\$ 1,2 milhões dos recursos eram provenientes do Governo do Estado, sendo o restante financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O complexo é formado por 12 pavilhões com 08 moradias cada, dentre os quais alguns receberam nomes em homenagem a moradores do bairro, como o Lar Azamor Gonçalves Pinheiro (figura 39), Lar Raimundo Eufrásio das Chagas, Lar Wilson Naziazeno Benigno França e o Lar Geremias Matias.

Figura 39 - Entrada do Lar Azamor Gonçalves Pinheiro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Ao percorrer a Colônia, entre subidas e descidas, que caracterizam as ruas do bairro, percebe-se um fluxo intenso de motocicletas e se tem a impressão de estar numa pequena cidade

do interior do Amazonas, com característica e dinâmica próprias. As comunidades, apesar de definidas pelo processo de ocupação irregular e reconhecidas pelos moradores, formam um mosaico territorial que se conecta, seja pela história que compartilham, pelos equipamentos urbanos que utilizam ou pelas reivindicações por melhores condições de vida.

Em novembro de 2010, as características singulares da Colônia Antônio Aleixo levaram os moradores e lideranças locais a reivindicarem a municipalização do bairro. Na época, o então deputado Eron Bezerra levou para votação na Assembleia Legislativa do Estado (ALEAM) o projeto de lei nº 136/2010 que previa a criação de 28 novos municípios no Estado do Amazonas. No decorrer da votação, as lideranças da Colônia Antônio Aleixo solicitaram a inclusão do bairro na lista dos novos municípios. No entanto, o ex-deputado alegou que a solicitação não se adequava ao projeto.

Um ano depois, a Comissão de Assuntos Municipais (Comam), da Assembleia Legislativa do Estado, se reuniu no dia 14 de setembro de 2011 e recebeu a visita de representantes da comissão pró-emancipação da Comunidade de Bom Jesus, do município de Autazes e do bairro Colônia Antônio Aleixo de Manaus. As lideranças da Colônia Antônio Aleixo, segundo Alves (2011), argumentavam que o bairro já possuía estrutura de município e, por causa do crescimento urbano de Manaus, a Colônia e os bairros adjacentes tinham sido relegados ao esquecimento.

A proposta ganhou força em 2011, ano em que foi implementada a moeda social do bairro, denominada “liberdade”. O projeto, idealizado pela Associação de moradores junto ao Instituto Conquista, intencionava fortalecer o comércio local através de empréstimos e subsídios para pequenos empreendedores que não tinham acesso aos bancos tradicionais. Além disso, o morador que usava a moeda social nos comércios locais recebia descontos. O nome da moeda e as imagens de sua composição gráfica foram escolhidos pelos moradores por meio de votação. As imagens eleitas como representativas do bairro foram: o Encontro das Águas, Lago do Aleixo, o Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha (antigo leprosário) e a Caixa D’água do bairro, como se pode visualizar na figura 40. A moeda entrou em desuso, mas existe a intenção de retomar o projeto e utilizar a moeda nas feiras que acontecem no bairro.

Figura 40 - Moeda Social do bairro Colônia Antônio Aleixo implementada em 2011 pela associação de moradores e Instituto Conquista



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2015.

Apesar das tentativas de municipalização, a Colônia permaneceu como bairro de Manaus, contudo não se trata de um bairro comum, pois o seu surgimento está relacionado a uma patologia, especificamente a hanseníase, cujas marcas estão dispersas em cada parte do bairro, nas instalações refuncionalizadas, no nome das ruas, das escolas, nas moradias, no Cemitério Santo Alberto e na memória das pessoas que vivenciaram a política segregacionista.

Selligmann-Silva (2002), no texto *Literatura e Trauma*, explica que as catástrofes históricas compreendem eventos traumáticos vivenciados pela humanidade, como as guerras, as ditaduras e os genocídios. A narrativa testemunhal seria uma forma de representar os acontecimentos sem esvaziar o sujeito histórico. Por essa perspectiva, pode-se compreender a Colônia Antônio Aleixo como símbolo da catástrofe da política segregacionista que perseguiu os doentes, desintegrou famílias e rompeu laços de afeto, causando dor e sofrimento, mesmo não sendo esse o propósito de sua instituição.

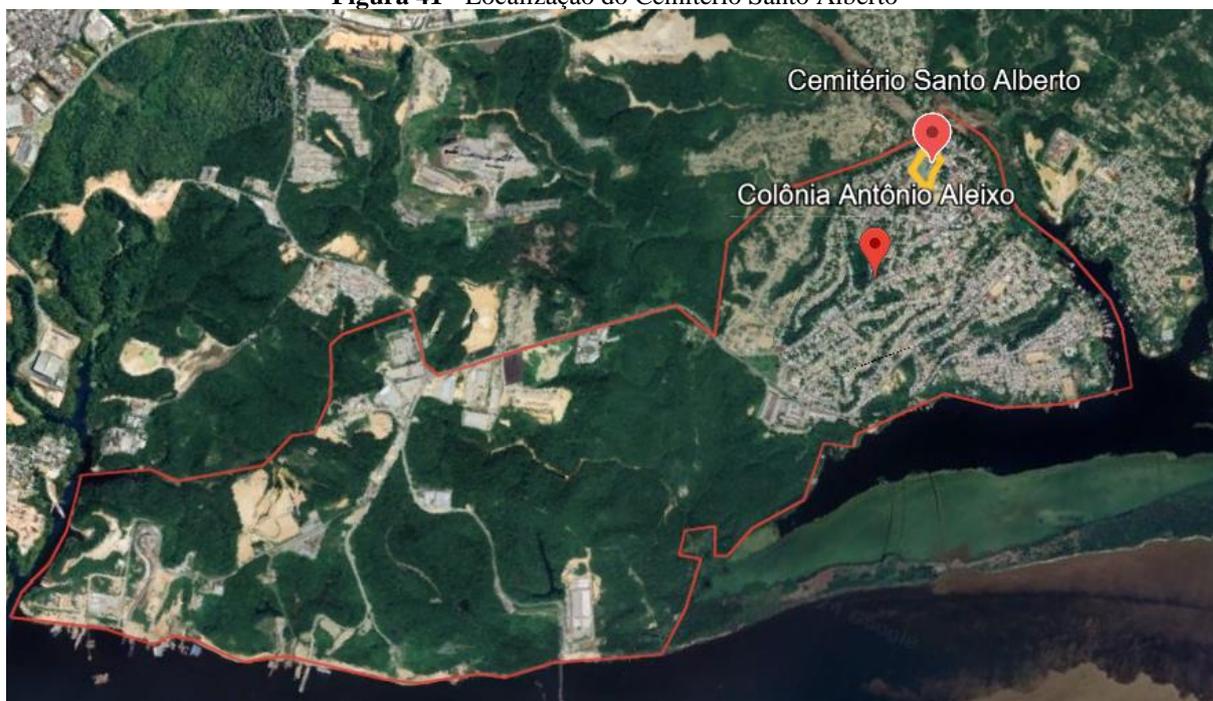
Por outro lado, a Colônia também é lugar de recomeços, uma vez que, isolados, os doentes hansenianos não tiveram outra alternativa a não ser reconstruir suas vidas e encontrar formas de sobreviver à catástrofe. O cemitério Santo Alberto, por sua vez, nos permite acessar a história esquecida, ou que se quer esquecer, por ser dolorosa e incômoda.

CAPÍTULO 3: O CEMITÉRIO SANTO ALBERTO: O LUGAR QUE ROMPEU O SILÊNCIO?

O cemitério Santo Alberto (figura 41) está situado no bairro Colônia Antônio Aleixo, especificamente na rua Monteiro Maia. Sua provável origem corresponde ao ano de 1918, como menciona Durango Duarte (2009) em seu livro *Manaus, entre o passado e o presente*, isto é, o cemitério antecede a constituição do bairro.

Conforme exposto no decorrer do capítulo anterior, a informação de Duarte (2009) converge com os relatos da atual equipe administrativa do cemitério e de funcionários antigos, que destacaram a existência de um livro dos inumados referente ao período de 1918 a 1968. De acordo com estes relatos, tratava-se de um “livro grande, muito antigo, de folhas amareladas e de capa preta”, o qual mencionava a lepra (hanseníase) como principal causa da morte dos sepultados. O livro foi extraviado em 2005 e não se sabe ao certo a sua localização.

Figura 41 - Localização do Cemitério Santo Alberto



Fonte: Google Earth, 2024. Modificado pela autora.

Diante das escassas informações sobre o cemitério Santo Alberto, ressalta-se novamente que as considerações de Duarte (2009) e os relatos dos entrevistados neste estudo, encontram respaldo no contexto histórico em que o referido espaço cemiterial começou a operar. Em 1918,

Manaus já havia experimentado um largo crescimento populacional e profundas reformas urbanas pautadas nos preceitos modernos de higiene e salubridade.

Apesar dessas mudanças, as epidemias castigavam Manaus constantemente, o que impulsionava a construção emergencial de novos espaços cemiteriais. Segundo Martins (2021), no caso das vítimas fatais de doenças contagiosas, era comum especificar lugares mais distantes da área central para sepultá-los, a fim de evitar uma contaminação generalizada, a exemplo do cemitério do Morro do Seminário, que posteriormente recebeu o nome de São Raymundo.

Levando em consideração esses acontecimentos históricos, é possível supor que, de fato, o cemitério Santo Alberto tenha surgido, no ano mencionado, porque a lepra, naquele momento, compreendia uma doença muito temida, em virtude dos estigmas e sequelas físicas causadas ao doente. Ou seja, sepultar os mortos vitimados pela lepra num lugar distanciado do centro urbano, como o cemitério Santo Alberto, atendia a estratégia de manter sob controle as chances de contaminação.

Verifica-se, portanto, que o surgimento do cemitério Santo Alberto assim como o bairro Colônia Antônio Aleixo estão relacionados a políticas higienistas voltadas para a profilaxia da lepra, a qual resultou na instituição de lugares de segregação, mesmo não sendo este o seu objetivo maior.

Da época de surgimento do cemitério Santo Alberto nada permaneceu a não ser o próprio terreno acidentado, que mais tarde, na década de 1942, passou a ser utilizado pelos internos do extinto Hospital Colônia Antônio Aleixo para o sepultamento de seus mortos. Sobre a década de 1940, não foram encontradas informações, documentos, arquivos ou até mesmo sepulturas que pudessem indicar um caminho interpretativo a respeito dos rituais fúnebres praticados nessa época. As descrições a seguir correspondem ao período de 1960 até a atualidade e baseiam-se nos relatos das entrevistas realizadas com moradores da Colônia Antônio Aleixo e funcionários do cemitério.

De acordo com os relatos dos entrevistados, na década de 1960, o cemitério Santo Alberto era chamado apenas de “cemitério da colônia” e apresentava estrutura muito simples. Suas delimitações territoriais não eram demarcadas. As sepulturas enumeradas aleatoriamente ficavam dispostas em fileiras e sobre a maioria delas fincava-se uma cruz. Não havia qualquer tipo de cobrança monetária para concessão das sepulturas. Quando um interno morria, escolhia-se um lugar vago para o seu sepultamento, e no local escolhido enterrava-se o corpo.

Até a desativação do leprosário em 1979, a administração do cemitério ficava sob a responsabilidade do prefeito da Colônia, que esporadicamente solicitava a equipe de limpeza, formada pelos próprios internos, a realização da manutenção do lugar (capinagem e limpeza do terreno). Complementado a infraestrutura do cemitério, havia somente um prédio administrativo de madeira, uma capela e um necrotério que também era utilizado como espaço para velório. O necrotério ficava situado num terreno à parte do espaço cemiterial, o qual foi ocupado por um morador da Colônia, de nome Jurandir, mais conhecido como “seu Zito”.

O senhor Jurandir morava na cidade de Parintins quando se descobriu acometido pela hanseníase. Diante do diagnóstico, a sua família mostrou-se muito temerosa, por isso seu Jurandir resolveu isolar-se no município de Barreirinha. Ao ser trazido para o hospital Colônia Antônio Aleixo, na década de 1960, seu Jurandir nunca mais voltou a ter contato com seus familiares.

Na Colônia Antônio Aleixo, seu Jurandir estabeleceu novos laços de amizade e afeto. Casou-se e formou a sua família, mas algum tempo depois ocorreu o divórcio matrimonial. Após o término do casamento, seu “Zito”, como ficou conhecido na Colônia, resolveu construir a sua residência nas dependências do antigo necrotério. Segundo o relato de uma de suas filhas, seu Jurandir era uma pessoa muito generosa, e se sentia feliz em ajudar o próximo, mas os traumas da doença acrescentaram-lhe certa rigidez. A figura 42 apresenta o local onde funcionava o antigo necrotério.

Figura 42 -Imagem do local que abrigava o antigo necrotério.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024.

No que se refere aos rituais fúnebres ocorridos na Colônia, a morte dos internos era anunciada. No caso do falecimento de homens, o sino da Igreja de Nossa Senhora da Graças (figura 43) tocava nove badaladas; quando se tratava da morte das mulheres, ressoavam oito badaladas. Se, porventura, ocorresse o falecimento de uma pessoa afamada entre os moradores, anunciava-se a sua morte na rádio da Colônia. Os velórios aconteciam em vários espaços: na igreja, nas residências, nos pavilhões, no centro social e no necrotério, como informado anteriormente. Os cortejos também eram comuns:

Havia cortejo, havia velório? Havia tudo sim. Quando era casado, era na residência. Se morasse no pavilhão, era no pavilhão. As vezes era velado dentro da igreja, as vezes era velado no centro social. Quando era uma pessoa importante, muito conhecida, uma autoridade...Por exemplo, quando faleceu o prefeito, a voz da Colônia foi ligada, tinha uma voz chamada “voz da Colônia” e aí anunciou: hoje com tristeza nós notificamos o falecimento do nosso prefeito Lauro Maximiliano de Andrade. (...) Então era assim. Esse cortejo existia. As pessoas acompanhavam tipo uma procissão, porque o acesso para o cemitério era caminho, não era rua como hoje existe, era caminho, cheio de mato de um lado e do outro. E, assim a gente chegava ao cemitério pra fazer o sepultamento da pessoa. (Relato do senhor Pedro Borges, morador da Colônia Antônio Aleixo e Coordenador do Morhan).

Figura 43 - Igreja Nossa Senhora das Graças.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024

Em relação aos sepultamentos, a maioria acontecia com o uso de caixões retangulares, feitos com uma tabua de madeira nas laterais e o fundo fechado com no máximo duas tábuas. Alguns, no entanto, não chegavam a ter a base fechada por completo. Antes do sepultamento, fechava-se a tampa do caixão com pregos. Tais caixões eram confeccionados majoritariamente pelos próprios moradores da Colônia, dentre os quais havia um senhor conhecido como seu Avelino. Por outro lado, as pessoas com maior condição financeira compravam o caixão fora da Colônia Antônio Aleixo ou então forravam o caixão do ente querido com um pano de cor branca e de textura fina chamado “morim”.

No caso das pessoas adeptas ao catolicismo ou de forte prestígio social, a cerimônia de sepultamento ocorria com a presença da figura do padre. Este realizava orações e rezas (Ave Maria e Pai nosso) e, por fim, aspergia água benta sobre o caixão do falecido para abençoá-lo antes de descer à sepultura. O cortejo também contava com um número maior de moradores. Quando se tratava das pessoas pouco conhecidas, ou que não pertenciam à Igreja católica, a cerimônia não contava com a presença do padre.

De acordo com os relatos orais, muitos enterros também aconteciam com os corpos envoltos em redes ou lençóis, pois os familiares não tinham condições financeiras de providenciar um caixão. Como se pode notar, as distinções nas práticas de sepultamento eram marcadas por questões religiosas, de prestígio social e fator financeiro.

Na década de 1970, os rituais fúnebres permaneceram os mesmos, no entanto, os limites do cemitério foram demarcados com mourões de madeira, os quais se deterioraram no decorrer do tempo e por isso foram removidos. Diante da ausência de demarcação do espaço cemiterial e com o fim do isolamento compulsório, em consonância com a abertura da Colônia para livre circulação, o cemitério da Colônia teve seu perímetro reduzido, pois parte das laterais da necrópole foram ocupadas pelos novos moradores que se instalaram no bairro. Abaixo, a figura 44 mostra um mapa comparativo entre os limites originais do cemitério (contorno em amarelo) e os contornos após o processo de ocupação (delimitação na cor vermelha).

Figura 44 - Mapa comparativo entre o perímetro original do cemitério Santo Alberto e a atual configuração do terreno.



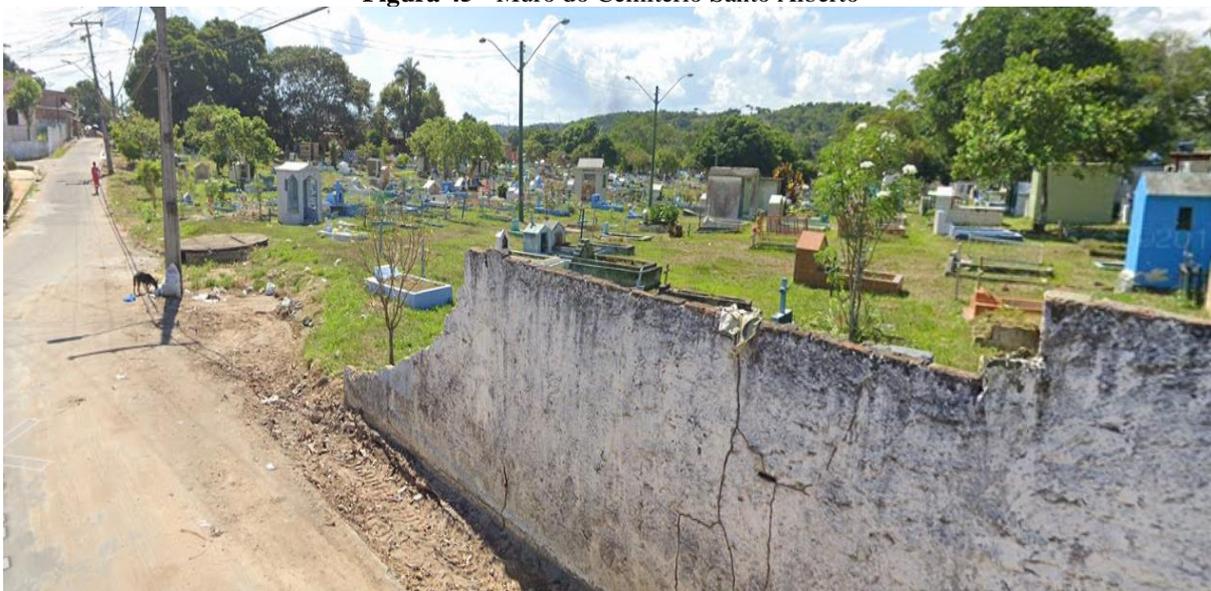
Fonte: Google Earth, 2024. Modificado pela autora.

De acordo com as entrevistas realizadas, a delimitação do cemitério sempre fez parte das preocupações dos moradores do bairro, visto que, por causa da inexistência de um muro, o espaço cemiterial passou a ser utilizado como passagem para a circulação de pessoas, ocasionando danos em algumas sepulturas e furtos de objetos fúnebres. Ademais, as enxurradas causadas pelas chuvas, deslocavam as sepulturas do lugar original.

Em meados de 1980, o cemitério passou a ser administrado pela prefeitura de Manaus e por meio da Lei Municipal 1.842, de 8 de julho de 1986, recebeu a denominação “Santo Alberto” em referência a Alberto Magno, um religioso, membro da ordem dos pregadores, que se dedicou aos estudos da teologia e filosofia, tendo sido um dos responsáveis pela introdução do pensamento aristotélico na Universidade de Paris. Alberto Magno foi canonizado pela Igreja Católica em dezembro de 1931²⁰.

Apesar da mudança na administração, a problemática da demarcação do cemitério ainda não havia sido resolvida, o que ocorreu somente na gestão do ex-prefeito Alfredo Nascimento (1997 – 2000), quando foi construído um muro de alvenaria, de estatura muito baixa, na entrada e na lateral direita do cemitério, porém esse muro também não resistiu aos efeitos do tempo. A lateral direita desmoronou (figura 45):

Figura 45 - Muro do Cemitério Santo Alberto



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://abre.ai/i2rw> acesso em fevereiro de 2024.

²⁰ In: Sousa-Lara, Duarte. **A especificação moral dos actos humanos segundo São Tomás de Aquino. Tese (doutorado)**. Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade da Santa Cruz. Roma, 2008.

Mais tarde, na gestão do então prefeito Serafim Corrêa (2005-2009), na tentativa de reconstruir a lateral do cemitério, foi levantada uma contenção de pneus que não permaneceu por muito tempo e logo foi retirada (figura 46).

Figura 46 - Contenção de pneus na lateral direita do Cemitério Santo Alberto



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://abre.ai/i2r0> acesso em fevereiro de 2024

Em 2007, a prefeitura implementou algumas melhorias, dentre as quais incluíram o levantamento de contenções de pneus dentro do espaço cemiterial para amenizar os efeitos das enxurradas e uma reorganização das sepulturas, das fileiras e das quadras, visto que a numeração não correspondia aos registros dos livros.

De acordo com relatos do administrador do cemitério, o senhor Marcos, a organização das sepulturas seguia o padrão “frente e costa”, ou seja, algumas sepulturas ficavam distribuídas de frente para a entrada do cemitério, enquanto outras tinham o seu jazigo virado em direção ao fundo do terreno. Na figura 47, visualiza-se uma situação semelhante a descrição de seu Marcos. No registro, verificam-se duas sepulturas implantadas em direção oposta:

Figura 47 - Sepulturas organizadas em direções opostas.



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora, 2024.

A proximidade entre o espaço ocupado por moradores da Colônia com o cemitério permaneceu por um longo tempo e revelava um cenário um tanto curioso, uma vez que a cidade dos vivos mesclava-se à cidade dos mortos, como se pode observar na figura 48:

Figura 48 - Registro do Cemitério Santo Alberto em 2020. Na figura, observa-se a proximidade das residências dos moradores com o espaço cemiterial.



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://abre.ai/i1JF>. acesso em fevereiro de 2024.

A estreita aproximação do espaço ocupado por moradores da Colônia com o cemitério ocorreu até 2022, ano em que foi realizada uma reforma completa da necrópole, a qual incluiu a construção do muro e a reforma do prédio administrativo, com a instalação de ar condicionado, computadores, espaço para recepção e evento fúnebre, bem como sala do administrador, cozinha e dois banheiros. Atualmente o cemitério Santo Alberto (figuras 49 e 50) está organizado em cinco quadras, numa área de aproximadamente 2,403 hectares, sobre a qual estão distribuídas em torno de três mil sepulturas, com mais de treze mil inumados.

Figura 49 - Entrada do Cemitério Santo Alberto



Fonte: Registro da pesquisadora em 2024.

Figura 50 - Atual prédio administrativo do cemitério Santo Alberto



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024.

A respeito da ordenação das sepulturas, não existe um padrão de disposição relacionado ao período de sepultamento, ou seja, as sepulturas mais antigas se misturam com as recentes. A sepultura mais antiga encontrada na pesquisa de campo corresponde ao jazigo do senhor Raimundo R. Batista, falecido em 16 de outubro de 1962 (figuras 51 e 52). Há, no entanto, uma área específica para o sepultamento de crianças, a qual foi criada como alternativa para o melhor aproveitamento do terreno (figura 53).

Figura 51 - Sepultura mais antiga do cemitério Santo Alberto



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023

Figura 52 - Lápide da sepultura mais antiga do cemitério Santo Alberto



Fonte: acervo da pesquisadora, 2023

Figura 53 - Area reservada para o sepultamento de crianças



Fonte: acervo da pesquisadora, 2023

Ressalta-se que este cemitério se diferencia das demais necrópoles da cidade de Manaus, pois, embora seja de uso público, prioriza-se o atendimento aos moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, sob a alegação de que por muito tempo a Colônia permaneceu isolada do perímetro urbano da cidade, devido às políticas saneadoras e estigmas, restando-lhes apenas este espaço cemiterial para o sepultamento dos seus mortos. Abre-se uma exceção para o sepultamento de pessoas que residiram na Colônia, mas que por motivos particulares passaram a morar em outro bairro.

Diante dessas constatações, verifica-se, portanto, a existência de um forte vínculo de pertencimento e afetividade dos moradores em relação a este espaço cemiterial, pois é neste lugar que estão enterrados amigos e familiares com os quais os moradores compartilharam a sua história e o seu cotidiano. O cemitério Santo Alberto, portanto, evoca as memórias dessas vivências, possibilitando uma compreensão da história do bairro a partir da perspectiva de seus moradores.

3.1 A DOR QUE SE ESTENDE: A REPRESENTATIVIDADE DO CEMITÉRIO SANTO ALBERTO PARA OS MORADORES DA COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

(O cemitério Santo Alberto) É um local especial, é a nossa última cidade! É o local pra onde nós vamos! (trecho do Relato de dona Neusa, 2023).

As mudanças ocorridas no final do século XIX modificaram a forma da sociedade ocidental lidar com a morte e com os mortos. A proximidade dos mortos com os vivos, que até aquele momento era cultuada, passou a ser percebida como incômoda e hostil, devido aos processos de urbanização e ideais modernos de salubridade. Desse modo, os sepultamentos, que aconteciam no interior ou nos arredores das igrejas, passaram a ocorrer em lugares específicos, afastados do perímetro urbano.

Os cemitérios passaram a reproduzir o mundo dos vivos, com espaços cada vez mais delimitados e definidos, estabelecendo-se, assim, como uma outra cidade, sobre a qual a sociedade passou a projetar seus ideais e aspirações. É a partir desse momento que, segundo Foucault, cada pessoa teve direito à própria caixinha para sua pequena decomposição pessoal. O túmulo passa a assumir a função de proteger os corpos das intempéries e resguardar a memória do falecido.

Enquanto lugares socialmente construídos, os cemitérios congregam diversas memórias coletivas, cuja materialidade nos permite realizar leituras sobre os grupos sociais. Os cemitérios podem, então, ser compreendidos como lugares de memória, conforme propõe Pierre Nora (1993). Esses lugares correspondem àqueles que guardam restos de outros tempos, uma história que já foi vivida e, contudo, permanece viva promovendo o ritual. Numa análise mais ampla, pode-se conceber ainda o cemitério como bem cultural que articula memória e identidade na materialidade e no intangível.

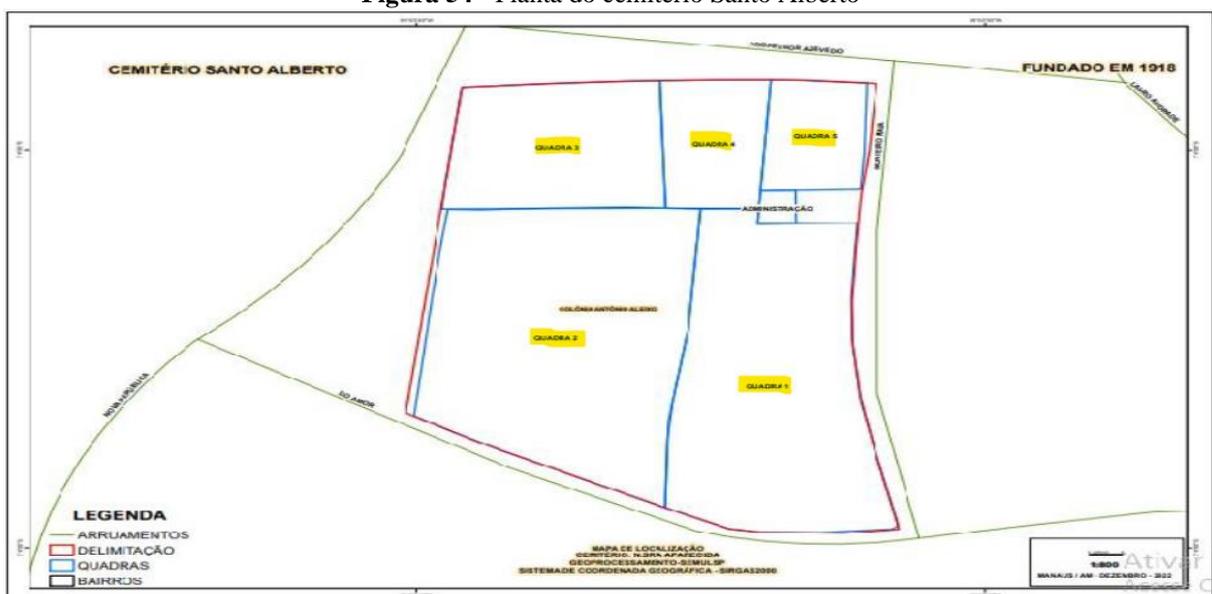
No esforço de buscar compreender como os moradores do bairro colônia Antônio Aleixo se relacionam com o cemitério Santo Alberto e apreender as práticas culturais materializadas nesse lugar, nos propomos a realizar uma leitura desse espaço cimiterial a partir de sua paisagem. Assim como Nogueira (2013), compreendemos que as paisagens cimiteriais expressam “valores, tradições, tensões, conflitos e modos de enraizamento que se caracterizam por constituírem um conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas”.

As paisagens, enquanto resultado da produção humana, carregam aspectos de diferentes tempos históricos. É uma escrita que se sobrepõe à outra, como sugere Milton Santos, formando assim múltiplas camadas a serem desvendadas. Seguindo esta linha de pensamento, Cosgrove (1998, p. 228) assinala que “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”, desse modo podem ser compreendidas como um texto a ser lido e interpretado. Para realizar a leitura do cemitério Santo Alberto, estabelecemos quatro categorias que são: a organização das sepulturas, as formas arquitetônicas, os materiais utilizados e os ornamentos funerários.

3.1.1 A organização das sepulturas

Como se pode observar nas figuras 54 e 55, o cemitério Santo Alberto está organizado em cinco quadras, sobre as quais estão dispostas, aproximadamente, três mil sepulturas. As quadras são separadas por um corredor central, que leva ao Cruzeiro das Almas, um monumento presente em muitos cemitérios brasileiros, o qual é utilizado como ponto de referência aos visitantes devido a sua alta estatura, como também configura-se como um local de homenagem aos mortos por meio do acendimento de velas e oferendas. No caso do cemitério Santo Alberto, o acendimento de velas ocorre principalmente no dia dos finados. O cruzeiro do cemitério Santo Alberto pode ser visualizado em quase todo perímetro cemiterial.

Figura 54 - Planta do cemitério Santo Alberto



Fonte: SEMULSP. In: CARVALHO, 2023

Figura 55 - Vista Aérea do cemitério Santo Alberto



Fonte: SEMULSP. In: CARVALHO, 2023

Conforme mencionado no início deste capítulo, não há um ordenamento referente ao período histórico de cada sepultura, assim como não existe oficialmente distinções espaciais específicas. No entanto, é possível observar presencialmente algumas *territorialidades*²¹, a exemplo da nova área que está sendo organizada para receber os jazigos verticais e o espaço reservado exclusivamente para o enterro de crianças, os quais foram organizados com o intuito de otimizar o uso do terreno. Nessa área, há sepulturas em formato de pequenos berços (figura 56 e 57), de igual maneira se destacam os desenhos, símbolos e objetos que remetem a imagem de anjos, estrelas e o céu (figuras 58, 59 e 60).

²¹ Segundo, Roberto Lobato Correa (1998, p. 251-252), o conceito de territorialidade se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, os diferentes grupos sociais e as empresas. Ou seja, por essa perspectiva, a territorialidade está associada as diferentes formas de usar e organizar o território, compreende, portanto, as relações sociais cotidianas permeadas por aspectos culturais, políticos e econômicos.

Figura 56 - Sepultura em formato de berço feita com madeira



Fonte: Registro da pesquisadora, 2022.

Figura 57 - Sepultura em forma de berço feita em ferro



Fonte: Registro da pesquisadora, 2024.

Figura 58 - Sepultura Infantil ornada com elementos que remetem o céu. Observar a pequena estrela adicionada na parte superior da cruz, as asas e a auréola de anjo.



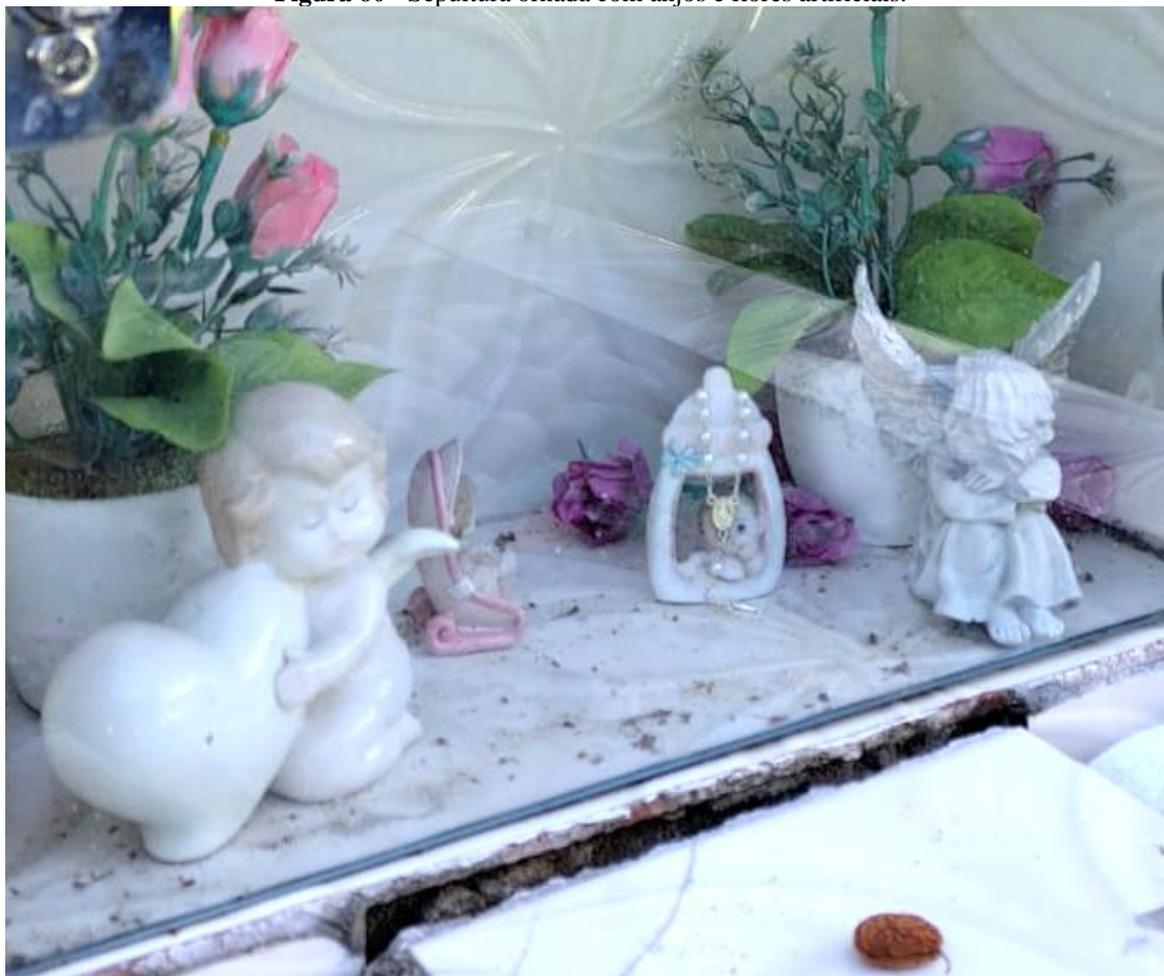
Fonte: Acervo da autora, 2024.

Figura 59 - Sepultura infantil com a frase “o céu existe”



Fonte: Acervo da autora, 2024

Figura 60 - Sepultura ornada com anjos e flores artificiais.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024.

De acordo com Martins (2021), a presença dos anjinhos como representação da morte infantil está associada a simbologias que evocam a mística cristã acerca de um estado de pureza e inocência que garantem a salvação. Essa certeza, segundo a pesquisadora, é reforçada por diversos escritos bíblicos, dentre os quais se destaca o versículo referenciado no evangelho de Mateus, em que Jesus, ao repreender os seus discípulos, declara: "Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam; pois o Reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas" (Mateus 19:14).

No que se refere a distribuição das demais sepulturas, verificou-se que aquelas situadas próximas a entrada do cemitério encontram-se melhor conservadas, assim como é perceptível que estas áreas apresentam um visual mais ordenado e limpo. Contrastando, pois, com as extremidades, onde algumas sepulturas estão distribuídas muito próximas ao muro. Estas áreas apresentam um gramado muito alto, o que torna difícil a locomoção.

Aliás, um dado um tanto curioso a respeito da proximidade dos jazigos dos muros do cemitério compreende o fato de alguns causarem a impressão de adentrar nas residências dos moradores, ultrapassando os limites do cemitério (figura 61). Esta estreita proximidade sugere uma continuidade territorial, levando a supor que, certamente, houve modificações na configuração no terreno da necrópole.

Figura 61 - Sepultura ultrapassando os limites do cemitério



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024

Notou-se, também, que alguns jazigos familiares são delimitados por muros, cercas e grades. Essas territorialidades remetem à ideia de proteção e posse, mas também sugerem uma

forma de distinção, ou seja, de marcar a individualidade de cada família. Em seu estudo sobre o cemitério mineiro Nosso Senhor do Bonfim, Roedel (2014) explica que as cercas e muros presentes nos cemitérios podem ser entendidos como elementos discursivos, os quais representam o desejo individual ou familiar de manter-se separado dos demais, uma vez que delimitam materialmente o espaço e estabelecem barreiras físicas entre os túmulos e o seu entorno.

Essas barreiras também refletem a preocupação dos vivos em demarcar a propriedade privada. Os jazigos de uso perpétuo, assim como as casas, carros e outros bens, podem ser encarados como uma propriedade familiar e, por isso também, requerem a demarcação. As grades reforçam a ideia de exclusividade, criando espaços delimitados que buscam preservar a memória de determinado grupo familiar. Abaixo, as figuras 62, 63 e 64 apresentam dois jazigos do cemitério Santo Alberto, demarcados por muros e grades. Na figura 63, o muro construído parece funcionar como demarcação e também como forma de contenção, visto que a sepultura se situa na parte inclinada do cemitério.

Figura 62 - Conjunto de jazigos pertencente à família “Silva”



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Figura 63 - Jazigo familiar murado



Fonte: Acero da autora, 2024

Figura 64 - Jazigos demarcados com muro gradeado



Fonte: Acero da autora, 2024

Outra forma de diferenciação das sepulturas familiares compreende a inscrição do sobrenome e a construção de jazigos mais suntuosos, como se pode visualizar na figura 65, que apresenta o jazigo da família “Oliveira”; e na figura 66, que apresenta o jazigo da família “Barreto”, uma das mais tradicionais da Colônia e de forte prestígio social.

Figura 65 - Jazigo da Família “Oliveira”.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Figura 66 - Jazigo da Família “Barreto”. O jazigo apresenta uma arquitetura mais suntuosa, destacando-se entre as demais principalmente por causa da sua estatura. Observa-se o uso do granito e do vidro como forma de personalização do jazigo.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Ressalta-se que o costume de inscrever o sobrenome nas sepulturas se estabeleceu desde os primeiros anos do século XX, quando os jazigos familiares eram constantes nos cemitérios. As famílias mais ricas buscavam marcar a sua presença, adicionando ao jazigo um sobrenome genérico, representativo do grupo familiar, como também as suas sepulturas apresentavam formas arquitetônicas suntuosas e elaboradas.

O túmulo familiar tem como principal objetivo manter os membros da família unidos, mesmo após a morte, por isso a materialidade desses jazigos carrega características simbólicas,

as quais buscam perpetuar a memória do grupo familiar. Nesse caso, não interessa a pessoa isolada do seu grupo familiar, mas o sujeito social em referência a um antepassado comum, segundo Roedel (2014).

Cabe destacar que, embora não seja uma singularidade do cemitério Santo Alberto, a maioria das sepulturas são de uso perpétuo e pertencem a grupos familiares, o que pode indicar a própria formação do bairro, que se estruturou em torno de comunidades, formadas num primeiro momento a partir da chegada dos familiares dos ex-internos do Hospital Colônia Antônio Aleixo que se instalaram no lugar.

Em relação às sepulturas individuais, observa-se que algumas delas também são cercadas com grades de ferro (figura 67). Assim como verificou-se a tendência de utilizar fotografias e objetos representativos da personalidade do jazente. Essa forma de lembrar os mortos, pautada na individualização, repercute a intenção de perpetuar a memória da pessoa, dando ênfase às suas características e atributos mais significativos.

Figura 67 - Sepultura individual cercada com grade



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Segundo Meneses e Gomes (2011), esse tipo de rememoração dos mortos se acentuou a partir da década de 1960, quando foi instaurada uma outra concepção de morte, a qual privilegia a autonomia e as escolhas individuais e pode ser chamada de morte “neomoderna”, “moderna” ou “contemporânea”. Neste tipo de concepção de morte, prevalecem as “despedidas personalizadas”, as quais expressam os desejos individuais e enfatizam as singularidades do jazente, de modo a marcar a sua personalidade. A figura 68, a seguir, apresenta a imagem de uma sepultura individual, em que se observa a ênfase dada à personalidade do jazente com adição de suas iniciais e a imagem de um tigre.

Figura 68 - Jazigo individual no cemitério Santo Alberto.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

3.1.2 As formas arquitetônicas e os materiais utilizados

A respeito das formas arquitetônicas das sepulturas do cemitério Santo Alberto, prevalecem aquelas que remetem às moradias dos vivos, mas se diferenciando nos formatos e materiais utilizados, sendo recorrentes os triângulos (figura 69), as casas com base e cobertura simples e espaço de homenagem aos mortos, em que geralmente são colocadas flores e velas, bem como a reprodução de moradias com estruturas maiores e de aparência um pouco mais suntuosa. No que se refere aos materiais, são frequentes a utilização do ferro, da madeira e alvenaria, assim como o vidro e uma intensa variedade de lajotas.

Figura 69 - Sepultura com o topo em forma de triângulo



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Dentre as três formas mais recorrentes identificadas, as sepulturas em formato de casa com base e cobertura simples são, de fato, as mais numerosas e, como mencionado anteriormente, são os materiais usados para sua confecção que as diferenciam. A figura 70 mostra uma mesma proposta arquitetônica em três obras, mas cada qual confeccionada com diferentes tipos de materiais, nesses casos estão presentes o uso do ferro, da alvenaria e da lajota como ornamento.

Figura 70 - Sepulturas em forma de pequenas casas. Esse tipo de arquitetura é o mais recorrente no cemitério Santo Alberto.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

As lajotas aparecem em diversos tipos, tamanhos e cores, compreendendo desde azulejos lisos, sem nenhuma decoração, como ainda aqueles que imitam o granito e o mármore. Aliás, o mármore está mais presente nas lápides do que propriamente na arquitetura das sepulturas. O vidro (figura 71) e o uso de portas de alumínio são encontrados nas sepulturas mais recentes.

Figura 71 - Sepultura com porta de vidro



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024.

Toda essa pluralidade de formas arquitetônicas e materiais encontrada no cemitério Santo Alberto, manifesta o desejo pela individualização, mas também indica o avanço temporal, a exemplo do vidro que se trata de um material usado na construção civil contemporânea, o qual também pode ser visto como uma forma de distinção social devido ao seu custo mais elevado em relação a outros materiais. Os gradis também aparecem em diversos modelos, tanto como elementos de demarcação das sepulturas, quanto em forma de ornamento funerário,

formando um mosaico de cores e formas, sendo os modelos mais recorrente aqueles que remetem a flores, ramos e formas de coração (figura 72).

Figura 72 - Sepultura em gradil com formas que remete à ramos e coração.



Fonte: acervo da autora, 2024

No cemitério ainda são encontradas sepulturas simples, feitas com tábuas de madeira e em formato retangular, as quais remetem às formas de sepultamento que ocorriam na década de 1960 (figura 73). Há, ainda, sepulturas demarcadas apenas com uma cruz, este símbolo, aliás, está presente em quase todo espaço cemiterial (figura 74).

Figura 73 - Sepultura em forma retangular feita com tabuas de madeira nas laterais



Fonte: acervo da autora, 2024.

Figura 74 - Sepultura demarcada com cruz



Fonte: acervo da autora, 2024.

3.1.3 Os ornamentos funerários

A cruz, as flores, as fotografias e os jardins são os ornamentos funerários mais frequentes no cemitério Santo Alberto. A cruz aparece em diversas formas: fincada no solo, sobreposta nas sepulturas, estampada e pintada nos jazigos (figuras 75, 76 e 77); e é formada, geralmente, pelos materiais: ferro, madeira, vidro ou lajotas. Tal símbolo evidencia a forte influência da fé cristã nos rituais fúnebres no decorrer do tempo, pois a cruz é usada desde a

Idade Média para marcar a presença dos mortos, especialmente daqueles que não conseguiram um espaço no solo sagrado²². Seu significado religioso remete à morte e ressurreição de Cristo.

Figura 75 - Cruz em ferro



Fonte: acervo da autora, 2024.

²² CYMBALISTA, R. **Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

Figura 76 - Cruz feita com lajotas.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Figura 77 - Cruz em vidro emoldurada no jazigo.



Fonte: acervo da autora, 2024.

A reprodução dos símbolos sacros no espaço cemiterial remonta ao final do século XIX, período em que ocorreu o processo de secularização e afastamento dos mortos dos recintos das igrejas, uma vez que os túmulos passam a abrigar os corpos dos falecidos. No Brasil, a cruz fincada na terra também é usada para marcar a morte dos indigentes e pode representar as distinções sociais, visto que aparece com maior frequência nas sepulturas mais simples, em oposição a monumentalidade de outros jazigos. Tratando-se do cemitério Santo Alberto, a cruz vai aparecer em referência a influência da fé cristã e como forma de demarcação das sepulturas mais simples.

As flores, por sua vez, são frequentemente usadas para homenagear os mortos como forma de apreço fraternal e representam simbolicamente a imortalidade e fragilidade da vida. No cemitério, as flores aparecem na sua forma natural e também artificial, confeccionadas em material plástico e EVA (material conhecido popularmente como “emborrachado”). As flores ainda fazem parte do conjunto paisagístico do cemitério. Assim como as flores (figuras 78), a reprodução de pequenos jardins e canteiros sobrepostos nas sepulturas aparecem na forma natural e sintética (figuras 79).

Figura 78 - Sepultura ornada com flores artificiais



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Figura 79 - sepulturas ornadas com canteiros ajardinados



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024.

As fotografias em conjunto com o epitáfio, por outro lado, buscam apresentar um perfil do falecido, representando atributos que devem ser lembrados pelos vivos. Desse modo, esses artefatos tem como premissa a representação do ente querido. No cemitério Santo Alberto, as fotografias aparecem em porta-retratos e nas lápides juntamente com o epitáfio (figura 80 e 81). Essas fotografias, em sua maioria, apresentam imagens do jazente ainda em vida, com aspecto de serenidade. O plano de fundo de uma parte significativa das fotografias remete ao céu.

Figura 80 - Sepulturas com fotografias em porta-retrato como forma de lembrar o jazente.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024

Figura 81 - Lápides, epitáfios e fotografias. Observar o plano de fundo com imagens que remetem ao céu.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2024

Nos epitáfios é recorrente o uso de frases que apresentam atributos dos jazente, evidenciam sentimentos de saudade, a ligação familiar e a crença religiosa numa próxima existência. Nas lápides também são recorrentes a reprodução de imagens sacras, a exemplo das figuras abaixo que apresentam a cena da última Santa Ceia e Maria lamentando a morte de Cristo.

Figura 82 - Reprodução da última Ceia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Figura 83 - Reprodução da cena em que Maria lamenta a morte de Cristo



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Os símbolos sacros são muito recorrentes no cemitério Santo Alberto, o que sugere uma ligação da representação da morte com a espiritualidade e com a fé cristã. Cabe destacar que o bairro sofreu forte influência do catolicismo quando as Irmãs franciscanas passaram a administrar o extinto leprosário Colônia Antônio Aleixo. Com a instalação do bairro, outras instituições religiosas se estabeleceram no local, contudo, conforme identificou Gomes (2021), na Colônia Antônio Aleixo, prevalecem as igrejas católicas e evangélicas. Ou seja, a presença dos símbolos sacros, provavelmente, está relacionada com a predominância dessas crenças religiosas.

3.2 AS NARRATIVAS DO LUTO

O isolamento dos doentes hansenianos nas colônias brasileiras pode ser compreendido como uma catástrofe histórica, visto que promoveu a perseguição e a segregação social dos doentes, rompeu laços familiares e ocasionou uma série de traumas às pessoas que o vivenciaram. Essa perspectiva é corroborada pelos relatos dos moradores da Colônia Antônio Aleixo que foram afetados pelas políticas de segregação e isolamento compulsório. Tais relatos, coletados no próprio bairro, serão apresentados na presente seção.

Antes, entretanto, é preciso contextualizar como eram as condições dos doentes. Estes, ao serem levados para o hospital-colônia, tinham o seu cotidiano totalmente interrompido e perdiam as suas referências com o mundo exterior, pois as colônias apresentavam uma estrutura de fechamento que intencionava mantê-los longe da população considerada sadia, por isso a distância do perímetro urbano era uma das principais características desses locais, assim como a imposição de regras comportamentais e proibições acerca da entrada e saída de pessoas.

Para muitos, como salienta Nunes (2011, p. 264 apud Gomes, 2021 p. 48), “ir, pois, para um leprosário era o mesmo que ir para o cemitério; aliás, já havia gente que o chamava de Cemitério dos Vivos”. Juliana Alves (2011, p.87), por sua vez, considera que “a sociedade criou uma imagem desses espaços e a difundiu. A imagem de um verdadeiro cemitério de almas pecaminosas, restando a elas apenas a espera pela morte”.

Para compreender a formação dessa conjuntura, é importante destacar o dia 13 de janeiro de 1949, data em que a lei nº 610 estabeleceu uma série de artigos mais incisivos voltados para a profilaxia da lepra. Com o estabelecimento dessas normas, o isolamento obrigatório nas Colônias tornou-se uma realidade irrefutável. Havia, assim, uma grande resistência dos familiares para entregar os seus doentes, de modo que a Inspetoria colocou em prática o Código de postura que os obrigava a entregar os enfermos, caso contrário eram aplicadas multas e punições no caso de omissão, segundo Ribeiro (2011).

Logo, pôs-se em prática uma caçada aos enfermos que passaram a ser denunciados às autoridades por vizinhos, familiares ou cartas anônimas. Quando encontrados, para evitar o alastramento da lepra, por vezes, os doentes tinham seus objetos pessoais recolhidos e incendiados junto com a sua residência.

Ainda de acordo com Ribeiro (2011), essa forma repentina e traumática de separação do seio familiar e a retirada abrupta do local de moradia para o isolamento, representava uma morte social, pois a partir daquele momento a pessoa não sabia se retomaria a sua vida comum ou voltaria a encontrar seus parentes e amigos. É por essa perspectiva da morte social causada pelo isolamento compulsório que compreendemos as narrativas que iremos expor, pois os moradores entrevistados tiveram suas vidas completamente afetadas pelas políticas de segregação.

Neste trabalho, entendemos as referidas Colônias a partir da perspectiva de Erving Goffman (1961) acerca das “instituições totais”, as quais são caracterizadas por uma estrutura

de fechamento imposta por barreiras em relação ao mundo exterior. Goffman (1961) classifica as instituições totais em cinco categorias, dentre elas, estão aquelas destinadas ao cuidado de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e daquelas que representam uma ameaça à comunidade mesmo sem intenção, a exemplo dos sanatórios, leprosários etc. É esta segunda categoria que nos interessa.

A seguir daremos início a exposição das narrativas dos entrevistados no presente estudo, os quais compreendem um grupo formado por moradores que vivenciaram o isolamento compulsório e filhos de pessoas atingidas pela hanseníase. Alguns entrevistados permitiram a divulgação de seu nome completo e imagem, enquanto outros preferiram a identificação apenas pelas suas iniciais.

3.2.1 A descoberta da doença e a mortificação do eu

Nascido em Tefé, seu João vivia uma vida comum. Ele trabalhava como piloto de barco de pequeno porte, o que o levava a viajar pelo interior. Aos dezoito anos, no entanto, sua vida mudou, pois foi diagnosticado com hanseníase e isolado no Hospital Colônia Antônio Aleixo. Ao receber a notícia, seu João ficou desesperado a ponto de atentar contra a própria vida:

Eu peguei essa doença. Mas essa doença, minha doença, não era aquela exagerada, assim de inchar a orelha. Eu não sabia se eu era doente. Quando foi um dia, eu fui extrair meu dente com um dentista. Aí ele colocou um algodão assim na minha mão e quando terminou ele disse: “seu João queria falar com o senhor. Não vá se estressar, não. É uma coisa que hoje em dia já tem cura, mas procure um médico, uma pessoa pra lhe curar, porque o seu sangue tá queimado. O senhor tá com a doença da pele”. Quando eu recebi essa notícia, vixe Maria! Eu queria me matar, porque, assim, me separar dos meus amigos, né?! Da minha família. Eu subi numa caixa d’água bem alta pra me jogar de lá. Mas aí apareceu um pessoal chorando lá embaixo, que gostava de mim. Aí eu desci e graças a deus eu tô aqui. Porque o preconceito na época era muito grande, né?! Deus o livre! Hoje não. Hoje o pessoal não sabe nem quem é doente no meio dos sadios. Aí depois, o meu padrinho falou: “João, nós vamos te mandar pra Manaus”. Eu tinha um irmão aqui em Manaus. Uns políticos pagaram minha passagem e eu vim embora pra cá. Meu irmão de criação foi me pegar no roadway²³, me levou pra casa dele, me tratou bem, aí depois me internou. Passei por exames médicos, aí teve aquela conformação de dizer assim: “não! Tu vai passar só seis meses. Seis meses tu fica curado e vai embora”. Seis meses esse e eu tô mais de 60 anos na Colônia. (trecho da entrevista com o senhor João, 2023)

²³ Roadway se refere ao porto da cidade de Manaus.

De fato, receber a notícia do diagnóstico da doença compreendia um dos momentos mais delicados no processo de isolamento, uma vez que ser acometido pela hanseníase significava o afastamento completo dos familiares e do mundo exterior. Um dado interessante nas entrevistas é a menção da data exata de internação. Essa informação tão precisa talvez tenha permanecido por simbolizar um momento de mudança de vida, pois, ao entrar na Colônia, o interno deixava para trás o seu cotidiano e emergia numa realidade oposta, permeada por regras e restrições. No entanto, no mundo externo, também existiam os desafios do preconceito e estigma da doença, por isso, após o fim do isolamento, muitos ex-internos preferiram permanecer nas Colônias.

Retomando os relatos de seu João, ele menciona que foi internado no Hospital Colônia Antônio Aleixo no dia 25 de dezembro de 1960. Nessa época, seu João descreve que a Colônia era administrada pelo governo federal, tendo sido, segundo o seu relato, um período muito difícil, pois não havia uma boa alimentação. Contudo, com a chegada das Freiras o cenário mudou:

Naqueles tempos era meio cruel pra gente, porque não tinha boa alimentação, mas depois que entrou as Freiras, as coisas melhoraram pra gente, né?! Eu, como sempre fui esperto, fui atrás de uma profissão pra mim. Eu era filho de pedreiro e comecei a ser pedreiro. A gente teve assim um pouco de sofrimento, mas depois que as freiras entraram era um sofrimento assim, mas era um sofrimento sadio. Elas cuidavam muito bem da gente. Aí eu me casei e já faz cinquenta e nove anos de casado. (Relato de seu João, 2023)

As expressões “sadio” e “não sadio” são muito utilizadas em quase todas as entrevistas realizadas, seja para se referir a pessoas ou a locais dentro da Colônia. A respeito da administração das Irmãs de Maria, nos relatos dos entrevistados, como veremos mais adiante, existe certa divergência. Para alguns a presença das irmãs representou mudanças positivas, principalmente em relação a melhoria da infraestrutura dos pavilhões, enfermarias e alimentação. Por outro lado, verifica-se certo descontentamento em razão das regras impostas, dentre elas a proibição de consumo de bebidas alcoólicas. No caso de infração das regras, há relatos de punições severas, como a prisão e a expulsão da Colônia. Abaixo, seguiremos com o depoimento de dona Maria de Nazaré, conhecida também como Nenzinha.

Meu nome é Maria de Nazaré Carvalho Costa, mais conhecida como Nenzinha. Pra mim chegar aqui na Colônia aconteceu muita coisa. A hanseníase, que naquele tempo era lepra, apareceu em mim eu tinha uns dez anos. Naquele tempo as meninas eram inocentes, né?! Eu andava no sol e aparecia aquela mancha, assim no meu rosto, mancha branca e a mamãe olhava pra mim e chorava. E eu dizia assim: “Mas mamãe por que a senhora chora?”. Também ela não me falava. Então, naquela época, tinha um padre em Humaitá, o padre Luís. Aí ele foi e disse: “ela tá leprosa”. Me deram remédio, mas não era aquele remédio. Mas eu melhorei. Depois veio de novo e fui separada da família assim, fizeram uma casa assim (ela aponta demonstrando se tratar de um lugar afastado da residência principal), aí ficou tipo eu, meu irmão e minha irmã. Nós três. Todos leproso. E pra lá nós fomos. Aí veio um primo que se internou aqui. O nome dele era Raimundo Luso Frazão. Ele veio, se internou e escreveu uma carta, porque naquele tempo era os tempos das cartas. Aí ele escreveu e disse assim pra nós: **“aqui que é o nosso lugar!”**. E contou toda a situação. Como meu pai era seringalista, tinha muita coisa assim, muito preconceito. Meu pai começou a quebrar, por causa do preconceito. Então o que nós fizemos? Falamos assim: “papai e mamãe, nós vamos embora pra Colônia Antônio Aleixo. Nós vamos embora porque o Raimundo disse que lá que é o lugar de leproso”. (grifo nosso - Depoimento de dona Maria de Nazaré Carvalho Costa, 2023)

Em seu estudo sobre a Colônia Antônio Aleixo, Gomes (2021) observa que a maioria das narrativas dos estudos sobre a hanseníase demonstra o surgimento de um grande drama individual e familiar após o diagnóstico da doença, pois as famílias frequentemente mudavam para outra cidade, a fim de recomeçar suas vidas. Quando escolhiam permanecer no mesmo local, essas famílias se isolavam do grupo social a qual pertenciam, evitando assim frequentar lugares de convívio compartilhado.

Gomes (2021) acrescenta, ainda, que no momento em que a notícia se tornava conhecida entre os vizinhos, a família, assim como o doente, também sofria rejeição, por isso era comum que os parentes fossem demitidos de seus empregos e as crianças fossem expulsas das escolas. Como parte da negação da doença e na expectativa de se tratar de algo momentâneo, a família escondia o enfermo o máximo de tempo possível.

O mesmo aconteceu com dona Maria de Nazaré, pois ao se espalhar a notícia de sua doença, o seu pai teve os negócios afetados, levando dona Nenzinha e seus irmãos a optarem pelo isolamento na Colônia Antônio Aleixo. Observa-se, portanto, a instauração de um sentimento de culpa, ocasionado pelo cenário de estigma que cercava o doente acometido de lepra.

Outro elemento significativo presente no relato de dona Maria de Nazaré compreende o conteúdo da carta enviada pelo seu primo Raimundo, em que ele destaca a Colônia como o lugar ideal para o doente hanseniano. Esta afirmação remete às reflexões de Ribeiro (2011) sobre os discursos disseminados no país em torno da lepra. A pesquisadora sustenta que a

ciência e o poder público induziram a sociedade a acreditar no isolamento compulsório como forma mais adequada e humanizada de proteger os doentes e o restante da população. Ribeiro (2011) compreende que a segregação dos doentes não aconteceu em virtude do limitado conhecimento científico da época:

Ela foi moldada a partir de combates, controvérsias, consensos científicos e políticos, durante momentos históricos específicos, em que se travava uma batalha entre médicos leprólogos da época, em que estava em jogo o modelo profilático a ser adotado. A política de segregação só foi possível porque foi amparada por teorias científicas que legitimavam o controle estatal. Em meio a tantas mudanças na época, passou-se a uma valorização do novo, do moderno (...) tudo em nome do progresso. (RIBEIRO, 2011, p. 77)

Não obstante, Curi (2010) observa que o medo da lepra foi um recurso muito usado pelos agentes sanitários, de forma intencional ou não, durante todo o período da política segregacionista. No entendimento de Curi (2010, p. 318) “este sentimento foi facilmente despertado, uma vez que constituiu um componente sempre presente no imaginário da lepra na história ocidental”. A medida isolacionista foi tão amplamente difundida e aceita pela sociedade brasileira que, por vezes, levava o próprio doente a optar pela internação nos asilos e colônias, como na situação de dona Maria, a qual revela, em sua narrativa, que mais dez pessoas se juntaram a ela na vinda de Humaitá para o isolamento em Manaus:

O Plínio Ramos nessa época era o governador. Ele era muito amigo do meu pai. E aí o papai pediu e ele prontamente disse pro meu pai, o apelido do meu pai era bichinho: “Bichinho, olha! Você junte todos os leprosos que tiver na redondeza - porque tinha muito - Se fosse só os seus filhos, a lancha da saúde ia pegar eles, mas como são muitos, aqueles que quiserem ir, porque não era obrigado, você tire um batelão desses que tá no seu Porto, aquele maior que tiver. Apronte bem ele aí e pegue todos que querem ir, que a lancha da saúde vem buscar”. O papai foi de casa em casa e veio dez pessoas. Eu tinha quinze anos completos... e tinha nesse meio uma criança que tinha a cabeça grande. Nesse dia, todos se arrumaram. A lancha da saúde veio buscar a gente no Porto. Aí nós viemos a reboque pela lancha da saúde. Nós chegamos aqui dia 18 de janeiro, 8 horas da manhã, em 1958. Nesse dia foi muita tristeza, de se separar, de sair da sociedade pro meio duma prisão, porque aqui era uma prisão. Era uma prisão, né?! Todo mundo aqui se conhecia, porque tinha pouca gente. Aí nós fomos pra casa de família, porque tinha acabado o pavilhão das moças. Mas, assim, foi muito sofrimento. Assim, a minha mãe ficou até desmaiada! O papai veio com nós. O papai só saiu daqui quando tava tudo organizado pra nós. Até repórter teve aí no porto pra filmar a gente, porque foi uma coisa inédita. Dez leprosos, tudo ao mesmo tempo. Então aí fomos espalhados! Minha irmã ainda ficou comigo numa casa de família e o meu irmão foi pro pavilhão. Aí começou a nossa caminhada na Colônia Antônio Aleixo. (Relato de dona Maria de Nazaré Carvalho Costa, 2023)

Figura 84 - Lancha da Saúde na Colônia Antônio Aleixo em 1970



Fonte: Ribeiro, 2011.

Segundo Goffman (1961), ao adentrar numa instituição total, o internado tem iniciada a sua *carreira moral*, a qual compreende toda a trajetória do indivíduo dentro do estabelecimento. A partir de então, ocorre o que o autor denominou de *mortificação do eu*, ou seja, um processo de separação e rompimento com o mundo externo.

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 1961, p. 24)

Goffman (1961) explica que aparentemente as instituições totais não promovem uma substituição completa da cultura. No entanto, se a estadia do internado for muito longa, pode ocorrer uma perda de alguma referência cultural que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida cotidiana no mundo externo. O processo de *mortificação do eu* acontece de maneira relativamente padronizada nas instituições totais.

A primeira forma de mutilação do eu é a imposição de barreiras com o mundo externo. Inicialmente proíbe-se as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, produzindo uma ruptura profunda com o papel social que o indivíduo costumava desempenhar, pois a ruptura com o passado precisa ser efetivada rapidamente.

Pode-se observar as mudanças radicais que dona Maria enfrentou após ser admitida no Hospital Colônia Antônio Aleixo. Ela relata que, ao chegar na Colônia, passou a trabalhar incansavelmente, sendo explorada nas “casas de família”, executando atividades domésticas e de roçado:

Foi muito sofrimento aqui! Porque a gente sair dum canto, onde era o bem-bom, pra vir pra um canto onde era uma prisão! E muito sofrimento, porque aqui, ainda nesse tempo, dois primos meu morreram de fome aqui. Teve um tempo que era bom, bom demais, mas teve um tempo que não tinha nada pra se comer. Os que estavam na casa de família ainda comiam alguma coisa, mas e os que estavam no refeitório que era aí onde é o centro de reabilitação? Não tinha nada! [essa parte do relato, dona Maria narra com muita indignação]. Eu fui bem recebida na casa de família, mas depois foi sofrimento, porque eu passei a ser escrava das pessoas. É porque na casa de família, onde eu fiquei, eles eram acamados. Então era eu que fazia tudo, varria a casa, limpava o quintal e cuidava da minha irmã que também era acamada. Aí o prefeito, que era o Lauro Andrade, via meu sofrimento nessas casas. Até pra roça eu fui! Lá na minha casa, eu nunca fui em roça, porque a gente era mais ou menos assim, né?! Aí o seu Lauro me deu um trabalho no São Pedro, que era ali no Geraldo da Rocha. Lá eu cuidava de trinta velhinhos. Mas aí, lá melhorou, porque eu cuidava dos velhinhos e cuidava da minha irmã. Eu tinha o meu sossego, o meu repouso, como hanseniana, né?! Eu passei por cinco casas e todas o prefeito me tirava da casa, devido ao trabalho que me castigava. Eu tinha que encerrar a casa, tudo, tudo. Era trabalho mesmo! Foi muito sofrimento. (Relato de dona Maria de Nazaré Carvalho Costa, 2023)

Como se pode observar, dona Maria de Nazaré compara o Hospital Colônia Antônio Aleixo à uma prisão. Talvez tal comparação ocorra porque as colônias tinham uma estrutura física e regimental organizada para exercer o controle sobre os internos. As regras impostas intencionavam manter os doentes distantes do convívio do restante da sociedade. Esses lugares, como sugere Alves (2011, p. 99), assemelhavam-se a “verdadeiras cidades isoladas do mundo ou espaço à parte da sociedade”. E cada detalhe da vida do internado era constantemente regulado e vigiado.

Em seu relato, o senhor Pedro Borges ²⁴, atual coordenador do MORHAN, apresenta detalhes sobre o cotidiano na Colônia Antônio Aleixo, menciona as rotinas, as regras impostas e o sistema de controle e circulação de pessoas.

Tinham normas que tinha que se padronizar. Não podia sair da Colônia para canto nenhum, especialmente em direção a cidade. Não poderia ultrapassar a zona sadia, onde fica o Nova Esperança. Pra subir na direção da distribuição de água, onde tem a caixa de água, também não poderíamos subir! Era totalmente vetado para não contaminar a água que era consumida pelas irmãs e pelas pessoas que moravam na zona sadia, que eram funcionários que trabalhavam na cozinha, na distribuição de água. A alimentação era o Estado que comprava e mandava e era armazenada no almoxarifado, e aí depois ia ser distribuída. Existiam os rancheiros que eram homens doentes, também hansenianos, que usavam um carrinho de mão, mas era grande. Tudo o que a pessoa consumia e que precisasse vinha dali. Claro que não dava para o mês todo, então tinha que economizar. Aí eles saíam distribuindo nas casas, onde os casais moravam. Os solteiros faziam alimentação no refeitório. (Relato de seu Pedro Borges, morador da Colônia e coordenador do MORHAN, 2023)

Goffman (1961) explica que, numa instituição total, as atividades são rigorosamente determinadas em horários sequenciais, de modo que uma atividade leva a outra. Essa sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e pelo grupo dirigente.

Na sua descrição, seu Pedro menciona que havia horários específicos para cada refeição, os quais eram anunciados pela campã. Às cinco horas, o primeiro sinal anunciava o café da manhã dos acamados. Às seis horas, a campã anunciava a liberação do café da manhã dos solteiros no refeitório dos pavilhões. Após o café, as pessoas realizavam as suas atividades cotidianas, como a pesca e outros trabalhos, contudo não podiam sair do perímetro da Colônia sem a autorização das Freiras.

No Lago do Aleixo existia um flutuante guarnecido que monitorava a entrada e saída das pessoas. Já por via terrestre, a guarita ficava situada na entrada da Colônia, onde atualmente funciona o SPA Hospital e Maternidade Chapot Prévost. Pedro Borges comenta que chegou a ser preso por infringir essa regra. Mas descreve que a prisão não era tão rígida, pois não existiam

²⁴ O senhor Pedro Borges é natural do “Lago do Cururu”, situado no município de Manacapuru. Ele descreve que chegou na Colônia aos oito anos de idade, juntamente com seu pai, seus dois tios, sua mãe, seu avô e quatro irmãos. Dentre esses membros da família, quatro foram diagnosticados com a hanseníase. Ele menciona, ainda, que ficou desesperado, pois como era criança não entendia a separação repentina de sua mãe, que faleceu oito anos depois. Seu pai também faleceu três meses após a chegada ao leprosário e seu irmão foi morar no interior de Manacapuru. Seu Pedro ficou sozinho e foi morar com uma família na Colônia, a qual havia sido designada para recebê-lo. Ele relata que havia proibição quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, mas certo dia resolveu experimentar. Ao ser descoberto, foi expulso da casa onde morava, restando-lhe como alternativa residir no pavilhão dos homens solteiros. Atualmente seu Pedro atua como coordenador do MORHAN- AM.

maus tratos ou restrição de alimentos. Contudo, no caso de pequenos furtos, como roubo de galinha e frutas, a pessoa tinha o cabelo raspado e assim era facilmente identificada como infratora, por isso Pedro conta que “quando aparecia um com a cabeça raspada e varrendo a praça, já sabia que o cara tinha feito alguma coisa errada”.

Acerca das regras impostas, seu Barreto²⁵, morador antigo do bairro, menciona que, na Colônia, as restrições sempre existiram e os internos eram condicionados a obedecê-las em virtude das punições aplicadas. Ele descreve que inúmeras pessoas foram expulsas da Colônia pelas Irmãs franciscanas por desobediência, ao ponto de formarem uma vila chamada “Garguela”, nas proximidades do Igarapé da Lenha. Nos casos mais graves e recorrentes, as pessoas eram enviadas para as Colônias de Porto Velho, São Paulo ou Rio Branco²⁶. O próprio senhor Barretinho, como também é conhecido, foi punido:

Regras sempre teve! Nós fomos condicionados a obedecer. Ah, minha querida! Foi tanta gente expulsa pra cá, pra onde a gente chama de Igarapé da Lenha! Formou uma vila chamada “Vila Garguela”, de tanta gente que as freiras expulsaram! Tinha cadeia. Eu cheguei a ser preso, porque era proibida a entrada de bebida alcoólica, mas tinha muita gente que gostava da bebida. E eu inventei, pra ganhar um dinheirinho, vender a bebida. Aí me denunciaram e eu passei quinze dias preso. (Relato do senhor Barreto, 2024).

Outro relato compreende a narrativa da senhora M.R²⁷, que foi enganada por seus primos e levada à Colônia com apenas doze anos de idade. Ao chegar no leprosário, ela sofreu punições por transgredir algumas regras:

Quando cheguei, eu fui pro beija-flor [pavilhão feminino]. Fiquei também na maternidade pra ajudar as pessoas a fazer curativos nos outros e cuidando de uma

²⁵ Natural de Coari, o senhor Raimundo Barreto Matos recebeu o diagnóstico de hanseníase aos sete anos de idade. Permaneceu em isolamento domiciliar durante um ano ou mais, até ser levado ao hospital Colônia Antônio Aleixo. Ele relata que no início foi muito difícil separar-se de sua mãe, mas no decorrer do tempo acostumou-se com o cotidiano da Colônia e estabeleceu novos laços afetivos.

²⁶ Na entrevista realizada com seu Pedro Borges, ele relembra o nome de vários amigos que foram deportados para outras Colônias e nunca mais voltaram.

²⁷ A senhora M.R foi levada à Colônia Antônio Aleixo aos doze anos de idade. Ela comenta que foi engada por seus primos com os quais morava no bairro Morro da Liberdade. Ao suspeitarem que dona M.R estava acometida com a hanseníase, seus primos disseram que a levariam na farmácia para tomar um medicamento. No entanto, já haviam combinado a sua internação. Eles a levaram para a antiga Casa Amarela, onde foi constatado o diagnóstico da hanseníase. Dona M.R descreve que a ambulância já estava do lado de fora aguardando para encaminhá-la ao Hospital Colônia Antônio Aleixo. Com lágrimas e com revolta, ela relata que sofreu muito, pois era apenas uma criança. Dona M.R empreendeu algumas tentativas de fuga. Mas em todas elas teve de retornar à Colônia. Ela chegou a ser expulsa, porém voltou a morar na Colônia após o fim do isolamento. Dona M.R trabalhou durante aproximadamente trinta anos no cemitério Santo Alberto.

velhinha. De lá, como eu era muito danada, a Irmã soube e me botou no beija-flor das moças. Eu fiquei com raiva e saía pulando e lá me botaram na casa do seu Pitú. [...] Gente danada mandavam tudo pra lá. [...] Era Maria Madalena lá, que chamavam. [...] Era só mulher que ficava lá [...]. Era igual internato, a gente só saía de lá pra igreja e estudar. Se aprontasse, aí nem ia pra igreja, ficava de castigo. **Eu ficava de castigo, pra não ir pra igreja dia de domingo.** Aí ela botava eu pra aprender a costurar, fazer tapete, fazia nossas roupas [...]. No pavilhão das moças, a gente não podia ficar altas horas da noite. Quando dava seis, sete horas, era tudo fechado, ficava tudo trancado. (Grifo nosso - Relato da senhora M.R., 2024).

A atitude proposital de insubordinação de dona M.R remete ao que Goffman (1961) explica como estratégias de adaptação ao ambiente da instituição total, dentre as quais ele menciona a tática da intransigência. O internado desafia intencionalmente as regras da instituição, negando-se, de forma evidente, a colaborar com a equipe dirigente. Sua intransigência pode ser suprimida por meio de punições. A tática da intransigência é geralmente temporária e costuma ocorrer na fase inicial de adaptação, depois o internado busca outras formas de adaptação. No caso de dona M.R, a atitude “intransigente” resultou em sua expulsão da Colônia, mas ela não reclama, uma vez que, após algumas tentativas de fuga, na época, sentiu alívio. Tempos depois, após o fim do isolamento compulsório, resolveu voltar e fixar residência nas adjacências do Lago do Aleixo.

Fazia parte do conjunto de regras a questão da sexualidade. Acreditava-se que a hanseníase era transmitida hereditariamente, por isso homens e mulheres não podiam se relacionar sexualmente para não gerarem filhos doentes. As pessoas que já eram casadas antes de chegar a Colônia podiam morar juntas, enquanto os homens e mulheres solteiras deveriam manter-se afastados em pavilhões específicos para ambos os sexos. Seu Pedro menciona que, no tempo da administração das Irmãs franciscanas, havia guardas na Praça Central e se, por acaso, algum homem tentasse se aproximar do pavilhão das mulheres ou tocar numa interna os guardas utilizavam o apito para impedir a aproximação.

Diante da impossibilidade de impedir os relacionamentos afetivos, os namoros passaram a ser constantemente vigiados e resumiam-se a conversas, visto que não se podia tocar ou acariciar o(a) parceiro (a). Os momentos de encontro ocorriam em dias e horários pré-estabelecidos. Com a chegada das irmãs, os casamentos aconteciam somente com a autorização delas (figura 84). Seu Barreto relata que havia certa distinção das irmãs em relação aos internos, pois os preteridos pelas religiosas podiam casar. No caso dele, foi necessário pedir alta hospitalar para que pudesse se casar fora do perímetro da Colônia.

Os casamentos também aconteciam como forma de punição no caso de desobediência às regras. A senhora M.R vivenciou algo semelhante:

Eu tava só conversando assim com uma pessoa, porque não podia se abraçar. Aí uma mulher passou, viu e foi direto com a Irmã e disse que eu tava do lado de fora com homem. Aí a irmã mandou chamar eu e ele. [...] Aí a Freira mandou eu ir embora. [...] Eles queriam que eu casasse com um senhor velho, mas eu disse que não queria, não queria! Bati o pé e disse que não queria. Eu tinha uns treze anos. Eles queriam que eu casasse com ele, mas eu queria namorar com outro. Aí ela disse: “já que você não quer me obedecer, então você vai ficar lá no seu Pitú de castigo”. (Relato da senhora M.R, 2024).

Figura 85 - Celebração de casamento coletivo na Colônia Antônio Aleixo



Fonte: Acervo do MORHAN-AM

Apesar do sistema de regras estabelecido no Hospital Colônia Antônio Aleixo, no decorrer das entrevistas são frequentes os relatos de expulsões, fugas e atitudes de insubordinação. Essas situações expressam as relações de poder presentes no ambiente da Colônia, pois como sustenta Machado (2022, p. 18), numa perspectiva Foucaultiana, “onde há poder, há resistência”, acrescentando também que o poder “não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa. (...) nessa disputa ou se ganha ou se perde”.

A partir do relato dos entrevistados é possível identificar também um *sistema de privilégios*, característico das instituições totais, como explica Goffman (1961). Esse sistema faz parte dos mecanismos de reforma do interno, pois ao mesmo tempo em que ele é submetido

a um processo de mortificação, o sistema de privilégios norteia a sua nova configuração, isto é, a sua nova identidade. O sistema inclui um conjunto de proibições, assim como um pequeno número de prêmios e privilégios, os quais podem ser obtidos em troca de obediência à equipe dirigente. Um conjunto de castigos também é definido como consequência de desobediência.

Nos relatos, verifica-se que as Irmãs tinham um grupo predileto, cujos integrantes podiam casar e exercer atividades de confiança relacionadas ao andamento da rotina da Colônia, como, por exemplo, ocupar o cargo de diretor ou trabalhar como guarda. Esse grupo era formado pelas pessoas que obedeciam às regras, ao passo que outros indivíduos eram preteridos, considerados “transgressores” e, por isso, sofriam punições.

Como se pode notar nos relatos dos entrevistados, a infraestrutura do Hospital Colônia Antônio Aleixo era organizada para manter os internos afastados do restante da população. As regras, a estrutura física e as rotinas estabelecidas constituíam uma realidade a parte do mundo exterior. O entrevistado Pedro resume o regimento interno como “uma coisa absurda. Um regimento interno muito enclausurado. As pessoas eram muito reprimidas na sua liberdade”.

Apesar das regras impostas e a separação traumática da família de origem, dona Maria de Nazaré descreve que, dentre todos os sofrimentos, o maior deles foi a maternidade negada:

O sofrimento maior mesmo era quando a gente tinha um filho que tomavam e iam embora. E como acontecia! Não era só comigo, não! Era com todas! Eu tive oito filhos e todos foram tomados! A gente tava aqui na sala de parto e aqui já tavam preparando o filho. E o jipe já tava na frente, esperando pra levar a criança. E, muitas vezes, a gente nem sabia pra onde ia. Eu encontrei todos eles depois. Uma eu procurei vinte e dois anos, até que um dia o nosso primeiro filho, esse que tá enterrado no cemitério Santo Alberto, ele achou. Porque quando a gente sabia onde tava a pessoa, aquela pessoa se mudava. Até o próprio parente não deixava os filhos entrar em contato com a gente, porque era proibido. Quando vinha as vezes visitar, eles ficavam longe assim e chamava a gente de tia. Eu me sentia, como as outras também, a gente pensava que era para sempre. Mas depois a gente foi atrás e já foi trazendo os filhos e os filhos já foram conscientizando e descobrindo que a gente era os pais. Depois eles mesmos vinham. Eu retomei o contato com todos. [...] tem dois que nós criamos aqui da Colônia mesmo, porque os pais não quiseram e nós adotamos (Relato de dona Maria de Nazaré Carvalho Costa, 2023).

A narrativa de dona Maria de Nazaré sobre a retirada de seus filhos se assemelha a de muitas mães que tiveram a maternidade negada, pois, naquela época, acreditava-se que a medida era necessária para evitar a proliferação da hanseníase. Desse modo, assim que as

mulheres davam à luz aos seus filhos, caso não houvesse nenhum familiar disposto a assumir a responsabilidade pela criança, estas eram enviadas aos dispensários até atingirem a maioridade.

Em Manaus, a primeira dessas instituições, que abrigavam os filhos dos acometidos pela hanseníase, foi a creche Alice Salles, inaugurada em 1922 no bairro Cachoeirinha. Em 1936, a instituição foi alocada em outro edifício, localizado na rua Duque de Caxias e passou a ser chamada de “Abrigo Menino Jesus”.

Não obstante, diante da necessidade de oferecer um ambiente mais adequado às crianças, no dia 17 de fevereiro de 1942 foi fundado o Educandário Gustavo Capanema (figura 86, 87 e 88), o qual funcionou até 1979, ano em que as políticas de isolamento foram encerradas no Brasil. De acordo com Laurinda Maciel (2021), além de funcionarem como escolas, os preventórios também deveriam garantir o monitoramento das crianças por meio de exames regulares.

Figura 86 - Fachada principal do educandário Gustavo Capanema



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

Figura 87 - Grupo de internos praticando exercício físico ao ar livre no Educandário Gustavo Capanema



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

Figura 88 - Grupo de internos no Educandário Gustavo Capanema



Fonte: SOUZA-ARAÚJO, 1948

Um dos internos do Educandário Gustavo Capanema foi o senhor Josué Tavares. Oriundo de Belém do Pará, ele tinha três anos de idade quando a sua mãe foi diagnosticada com a hanseníase. Ele foi levado para o Educandário Gustavo Capanema, enquanto sua mãe foi para o Leprosário Belisário Penna, em Paricatuba. Tavares ficou pouco tempo no Educandário, pois um senhor, penalizado com a sua situação, resolveu levá-lo para a Colônia Antônio Aleixo onde foi adotado por um casal (figura 89).

Figura 89 - Registro fotográfico de seu Josué Tavares com seus pais adotivos na Colônia Antônio Aleixo. A fotografia está exposta na parede da sala de estar da casa de seu Josué Tavares junto com outras fotografias que rememoram momentos com seus familiares.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2023

Na Colônia, permaneceu até os seus treze anos de idade e, embora tenha crescido num ambiente cercado de regras, declara ter vivido uma infância aparentemente comum, pois frequentava a escola, participava das missas e festejos e, também, brincava com seus amigos. Após receber alta, seu Josué voltou a morar com sua mãe biológica em Paricatuba. Cinco anos mais tarde, retornou à Colônia, quando o lugar já havia se transformado em bairro. Ele menciona que o lado positivo dessa mudança foi o encerramento das regras e restrições de circulação, por outro lado, o fim do auxílio governamental prejudicou as pessoas.

Com olhos marejados de lágrimas, ele comenta que não sofreu muito com a separação de sua mãe biológica (figura 90), pois tinha apenas três anos de idade e não guarda muitas lembranças sobre ela na infância. Apesar de ter voltado a contatá-la mais tarde, considera que seus pais verdadeiros são os adotivos, pois deles recebeu educação e afeto. Mas entende que a mãe biológica não tem culpa da separação. A respeito de seu pai biológico, seu Josué não tem muitas informações.

Figura 90 - Registro fotográfico da mãe adotiva de seu Josué, dona Maria do Carmo (à direita) e de sua mãe biológica (à esquerda)



Fonte: acervo da pesquisadora, 2023.

De forma um pouco diferente, o senhor Marcos Antônio também foi separado de seus pais quando era criança, no entanto, não foi levado ao educandário, pois sua tia, por quem tem muito apreço, assumiu a responsabilidade pela sua criação. Apesar de não ter contraído a hanseníase, relata que naquela época era obrigado a se apresentar periodicamente na Fundação Alfredo da Matta para a realização de exames.

Seu Marcos comenta que até a sua adolescência não entendia muito bem do que se tratava a hanseníase, considerando complicado encarar a imagem de algumas pessoas com sequelas mais graves. Ele narra que foi morar com sua tia numa comunidade chamada Jatuarana e somente mais tarde retornou à Colônia, onde formou a sua família. Emocionado, ele também menciona não guardar mágoas ou ressentimentos de seus pais, pois entende que eles não tiveram culpa alguma, mas descreve a importância de sua fé para superar esse acontecimento.

Mais tarde, Marcos Antônio retomou o contato com seus pais biológicos. A respeito de seus irmãos, conseguiu reencontrá-los somente na fase adulta, tendo, inclusive, encontrado um deles só após cinquenta e dois anos de busca incessante. Atualmente seu Marcos Antônio é servidor público e administra o Cemitério Santo Alberto, onde estão sepultados seus pais adotivos e sua mãe biológica.

Já Kátia Regina, também entrevistada, nasceu em 1971 na extinta Maternidade Isabel Nogueira, que ficava situada onde atualmente funciona a policlínica Antônio Aleixo. Filha de um casal acometido pela hanseníase, ela foi separada de seus pais ainda na maternidade. No seu relato, ela descreve o sistema de adoção implantado pelas irmãs franciscanas, o qual foi organizado em virtude das histórias disseminadas sobre maus tratos e mortes de crianças no Educandário. O sistema criado pelas Irmãs consistia na busca de casais em Manaus interessados na doação de crianças (figura 91). Após a escolha, a criança era enviada diretamente ao casal escolhido assim que nascia.

Quando nascia, como não se sabia a cura, a gente não podia nem ser amamentados! Então, mal tinha o direito de saber se era homem ou mulher, fora isso, mais nada! Nem tocavam na gente e aí já saía para aquela família que estava determinada. E ela conta [referência a sua mãe] que alguém disse: “olha ela vai pra família ‘x’”. Então me levaram para essa família e lá me deram o nome que eu carrego hoje. Eu não carrego o nome da minha mãe [lamenta dona Kátia]. Então, quando houve esse movimento, eu fui adotada por essa família, que é Jandira e Antônio que são meus pais, que eu carrego hoje como pais.

Em dado momento, mais ou menos de quatro para cinco anos, essa minha mãe adotiva faleceu. E aí meu pai adotivo acabou contraindo matrimônio com outra mulher que tornou-se minha madrasta. Aí lá pelas tantas, as pessoas sabiam que eu apanhava muito, porque eu não era filha dela. Eu apanhava muito, eu não tinha os cuidados que eu deveria ter. Então a minha vizinha materna acabou me pegando pra me proteger. (Relato de Kátia Regina, 2024).

Figura 91 - Filhos de mães acometidas pela hanseníase entregues para adoção.



Fonte: Acervo do MORHAN - AMAZONAS

Em seu relato, Kátia Regina rememora diversos episódios traumáticos, incluindo a descoberta de sua origem como filha de pais hansenianos. Por causa do estigma, ela descreve que por muito tempo renegou a sua história, evitando compartilhá-la com as pessoas do seu convívio. Até os quarenta anos de idade, não entendia os motivos que ocasionaram as suas vivências traumáticas.

Foi por meio das atividades do MORHAN e da leitura do dossiê sobre os filhos separados de pais acometidos com a hanseníase que conseguiu compreender a sua própria história, a qual foi convidada para narrar, juntamente com a sua mãe biológica e outras pessoas que sofreram com a separação familiar obrigatória, em uma cerimônia no salão nobre do Palácio do Planalto. Este evento foi realizado após o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 24 de novembro de 2023, ter sancionado o projeto de lei nº 3.023 de 2022, que estabelece pensão vitalícia aos filhos de pessoas com hanseníase que foram isolados compulsoriamente pelo Estado brasileiro até 1986.

Diante de tantos sofrimentos, os moradores do Hospital Colônia também buscavam formas de sobreviver e lidar com esses acontecimentos traumáticos. No Hospital Colônia Antônio Aleixo, a equipe dirigente, formada pelas Irmãs franciscanas e pelo prefeito, organizavam diversas atividades laborais, recreativas e de lazer voltadas para a socialização dos

internos e ocupação do tempo. Embora a promoção dessas atividades também buscasse manter a disciplina e fixar o interno dentro da Colônia, esses momentos de sociabilidade serviam como fontes de alívio perante os traumas vivenciados.

3.2.2 Sobrevivendo à catástrofe

Nas narrativas dos entrevistados, os relatos dos sofrimentos e traumas se cruzam com a descrição das tentativas de trazer um pouco do mundo exterior para o cotidiano da Colônia. Os festejos religiosos, as missas, os eventos de datas comemorativas, os torneios de futebol, com intercâmbio entre os times da Colônia e de Paricatuba, e o cinema estão sempre presentes nos relatos dos moradores entrevistados. Essas memórias evocam sentimentos e impressões ambíguas que relacionam simultaneamente o espaço da Colônia como lugar de dor e abandono, mas também de aparente acolhimento e recomeço perante o cenário de estigmas e preconceitos da época.

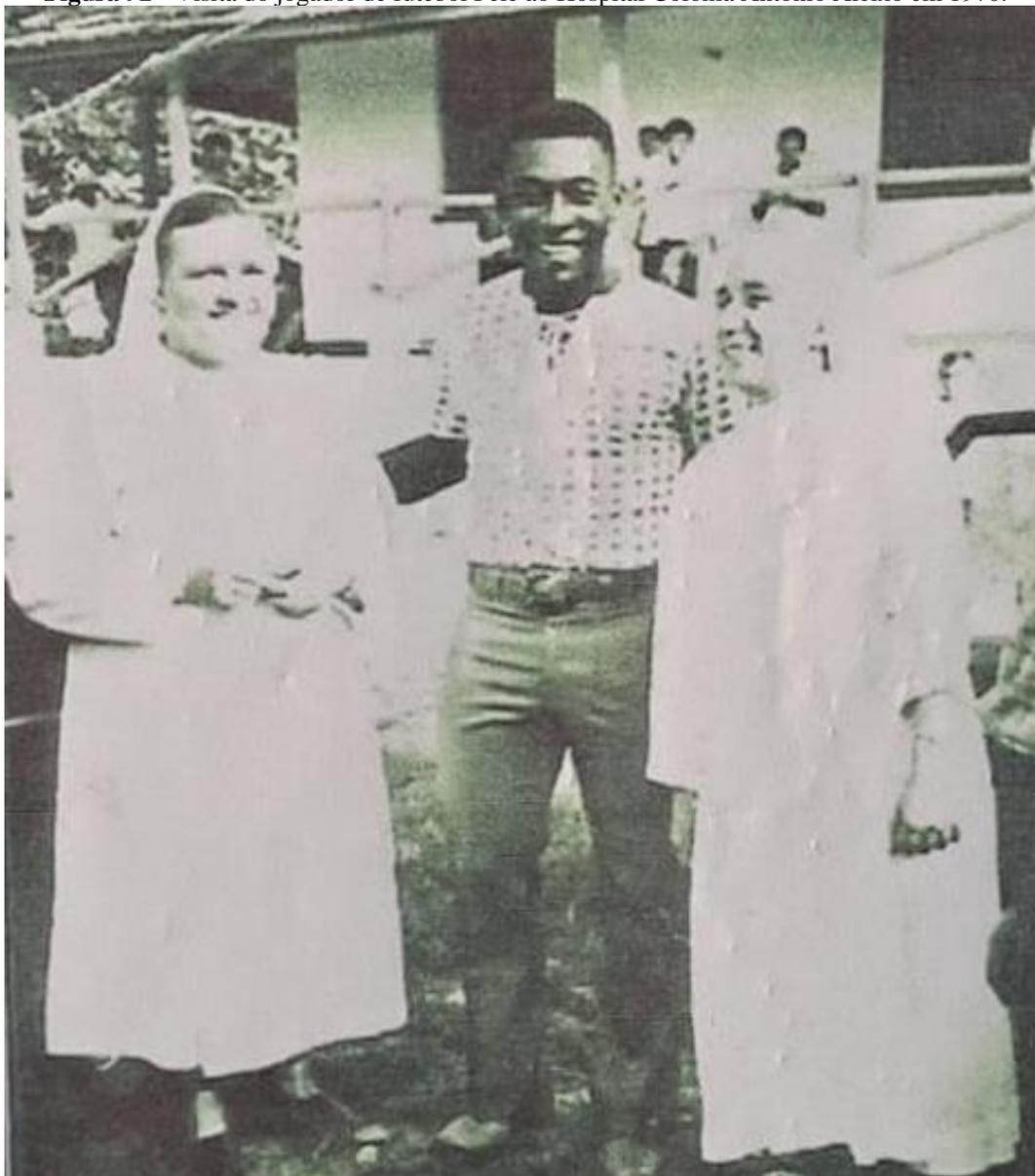
Eu vim no motor de linha pra chegar no Alfredo da Matta. Aí foi constatado que eu tava com hanseníase e fizeram meu traslado de lá, né?! Junto com meu irmão pra vir pra cá. Foi muito, muito triste! Muito triste mesmo, porque a gente vai se separar né?!, da minha mãe e dos meus irmãos. Muito ruim, né?! Chegando aqui eu chorei muito, né?! Eu já tinha dezesseis anos e já tinha um entendimento na vida, mas eu aceitei mais porque eu tinha uma certeza que eu ia me curar. Não sei por que, mas eu tinha, né?! Bem, eu vou pra lá e lá eles dão remédio, né?! Então eu vou ficar boa [...]. Depois que ambientei aqui na Colônia, eu era normal como outra jovenzinha de hoje em dia, né?! Não tinha diferença nenhuma, não! E aqui acontecia tudo! Tinha festa, tinha brincadeira, tinha cinema, uma, duas vezes por mês, mas tinha! (Relato da senhora Delvanir, 2023).

Tinha cinema, tinha danças, festa junina, tinha a pastoral na época de natal. Às vezes vinham os times de lá [Paricatuba]. Lá tinha dois times conhecidos: Rio Negro e Nacional. Aqui tinha o Independência, Favela e Onze líder eram o três. Depois que o pessoal vieram de lá [internos do Paricatuba que foram transferidos para o Hospital Colônia] criou-se o Holanda Clube. Quando ia o time da favela, emprestava jogador de um, jogador de outro, pra não perderem lá! Porque se perdessem o negócio era feio [risadas]. (Relato de seu Pedro Borges, morador da Colônia e coordenador do MORHAN, 2023)

As figuras 92 e 93 registram dois momentos marcantes que demonstram as atividades recreativas praticadas na Colônia: a visita do jogador Pelé em um dos torneios de futebol e a

visita do Padre Zezinho. Estes eventos constituíam momentos de descontração e interação social.

Figura 92 - Visita do jogador de futebol Pelé ao Hospital Colônia Antônio Aleixo em 1970.



Fonte: Acervo do MORHAN – AM

Figura 93 - Visita do Padre Zezinho ao extinto Hospital Colônia Antônio Aleixo.



Acervo do MORHAN – AM

Outra forma de distração, compreendia as atividades realizadas no Clube de Mães. Esta instituição foi criada pelas Irmãs franciscanas para fornecer às mulheres momentos de sociabilidade. Dona Neusa e Delvanir descrevem essas atividades:

Elas [as irmãs franciscanas] fundaram o clube de mães para as senhoras terem ocupações. [...] Tinha cursos de bordado e de crochê, de cerâmica, de bolos, salgados. Era animado que só, no clube! Mês de maio tinha festejo, fevereiro tinha festejo! Tinha time de futebol. A maior diversão era o time de futebol. Tinha boi! Tinha pessoas que sabiam trabalhar com isso e ensaiavam. Tinha a escolha das misses dos times. (Relato da senhora Neusa, 2023).

Aqui eu conheci uma vida assim mais desenvolvida [ela compara com a vida que levava no interior do Estado]. Aprendi corte e costura, bordados, fiz muitos cursinhos, assim, artesanal. Eu não perdia um! Eu ia mesmo pra lá [clube de mães]. Eu não sabia, mas era um termo de eu ir extravasar minha curiosidade. Fazia bem pra mim. (Relato da senhora Delvanir, 2023).

Soma-se a essas atividades os bailes, que constituíam momentos de maior aproximação física entre os internos, de modo que tais momentos eram utilizados pelos internos para paquerar e trocar olhares com a pessoa por quem mantinham interesse. Assim, as festas de São João, do boi bumbá, o carnaval e os eventos de música traziam alegria para o ambiente rígido da Colônia.

A respeito das atividades de trabalho, algumas pessoas dedicavam-se a plantações de frutas e legumes, criação de porco e galinha e também a atividades de pesca. A comercialização desses alimentos na cidade ocorria por intermédio de um interno autorizado pelas irmãs. A caixa beneficente também fazia essa intermediação.

Uma parte significativa dos internos trabalhava realizando curativos e atividades de enfermagem. Algumas mulheres trabalhavam com costuras, confecção de roupas e tapetes. Mas nem sempre havia recompensa financeira para esses tipos de serviço. Na Colônia também havia serraria, olaria e alfaiataria. Em sua narrativa, seu Barreto recorda o tempo que trabalhou como alfaiate:

Quando cheguei aqui tinha um diretor que me colocou junto com outro menino pra cuidar dos cavalos que ele usava. Esse foi meu primeiro trabalho. Mas no decorrer do tempo, tinha um senhor que montou uma alfaiataria pra costurar pros doentes. E eu fui trabalhar com ele. Aprendi a profissão de alfaiate. Cheguei até fazer paletó, mas hoje eu não sei nem mais para onde vai. (Relato de seu Barreto, 2024).

As atividades laborais conferiam ao interno a sensação de autonomia, utilidade e integração social, elementos estes que lhes foram retirados por causa da segregação. As atividades recreativas, por sua vez, proporcionavam a distração para esquecer momentaneamente a dor da separação familiar e das experiências traumáticas.

Dentre as maneiras de lidar com esses acontecimentos, havia também tentativas de burlar o regime de disciplinamento. Não são raros os relatos de tentativas de fuga de internas do pavilhão feminino para encontrarem seus pretendentes. Pela perspectiva de Michael de Certeau (1998), essas atitudes podem ser entendidas como *tática*, isto é, movimentos que se aproveitam de brechas. Esse movimento ocorre dentro do “campo de visão do inimigo” e do espaço controlado por ele.

Na Colônia, os internos não tiveram outra alternativa a não ser encontrar formas de recomeçar as suas vidas e construir novos laços de afeto. A história de vida, os sofrimentos e o

cotidiano compartilhado, conferiam aos internos um sentimento de pertencer ao lugar, tendo em vista a realidade excludente fora dos muros invisíveis da Colônia.

Nas narrativas, portanto, estão presentes episódios de dor e sofrimento, mas também de sociabilidade, de laços de amizade e confraternização. A separação do mundo externo e o cenário de preconceitos faziam com que os internos percebessem a exclusão como algo referente ao mundo externo, enquanto a Colônia, em contrapartida, seria um lugar de amparo. Esses sentimentos contraditórios de certo modo influenciaram a escolha de permanecerem na Colônia, mesmo após o fim do isolamento, pois, após um longo tempo de reclusão e habituados àquela realidade, a nova determinação representava um cenário de incertezas. De acordo com Goffman (1961, p. 66-67), a liberação do ambiente de uma instituição total gera sentimentos dúbios:

A angústia do internado quanto à liberação parece apresentar-se, muitas vezes, sob a forma de uma pergunta que apresenta a si mesmo e aos outros: “Será que posso me sair bem lá fora?” Esta pergunta abrange toda vida civil como algo a respeito da qual tem concepções e preocupações. O que, para os de fora, é um fundo não-percebido para figuras percebidas, para o internado é uma figura de fundo maior (GOFFMAN, 1961, p. 66-67)

Para alguns entrevistados não houve “preparação” no processo de desativação. Ao falarem de “preparação”, eles se referem ao fato da sociedade não ter sido suficientemente sensibilizada para receber as pessoas atingidas pela hanseníase, gerando situações de preconceito e dificuldade de inserção no cotidiano social.

Aconteceu a desativação sem preparo nenhum! Os jornais publicaram que Manaus tava sendo invadida pelos leprosos...Manaus vai ser chamada capital dos leprosos... Não vai vir mais turistas pra Manaus. O preconceito mesmo da doença era terrível. As pessoas foram para as ruas pedir esmola. A sociedade não foi preparada para receber essas pessoas. Eles tinham muito medo deles invadirem a cidade pedindo esmolas, expondo suas chagas. O povo tinha medo. Se um doente fosse em direção, viesse uma pessoa de lá pra cá, a pessoa se benzia e atravessava para o outro lado da rua. (Trecho da entrevista realizada com seu Raimundo Barreto Matos, 2023).

Além do preconceito causado pelo estigma, o auxílio governamental foi encerrado, o que gerou certa resistência quanto à desativação. Assim, mediante as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, muitas pessoas sequeladas acabaram nas ruas do centro da cidade mendigando.

A partir do dia 31 de dezembro de 1978 não houve mais o som da campã. As pessoas que moravam nos pavilhões esperaram o som da campã para ir tomar o seu café, para almoçar, para jantar, mas não tinha. E não tinha também nenhum benefício. O governo deixou de alimentar o povo. E o que as pessoas fizeram? Foram mendigar na cidade. E aí houve uma grande notícia dizendo “os lazarentos invadem a cidade, os leprosos estão nas ruas da cidade pedindo”. (Relato de seu Pedro Borges, morador da Colônia e coordenador do MORHAN, 2023)

O relato de Lucilene Pontes da Silva a respeito de seu pai, o senhor Benedito Passos da Silva, isolado compulsoriamente aos doze anos de idade na Colônia Antônio Aleixo, testemunha esse acontecimento:

Sobre o meu pai, eu não sabia! Foi um choque muito grande quando eu soube que ele pedia na cidade de Manaus. Eu ficava tentando imaginar, porque ele chegava muito tarde da noite. Depois de um tempo eu fui entender que ele fazia isso no período da seca, porque ele ia pra várzea e não dava pra fazer a plantação. Não funcionava mais a serraria e nem a olaria. Já tinham sido desativadas. Ele ia e voltava a pé do centro pra cá! Quando eu tive entendimento disso, eu chorei muito. Eu ficava pensando: o que o papai não sofreu? Eu me coloquei no lugar do meu pai. No primeiro momento foi um choque, mas o papai fazia isso para nos alimentar. (Trecho da entrevista realizada com Lucilene Pontes da Silva, presidente do Clube de Mães e membro do MORHAN – AM)

A desativação do Hospital Colônia Antônio Aleixo ocorreu sob protestos e contestações. O lugar transformou-se em bairro de Manaus, mas permaneceu com características de comunidade. Nas entrevistas é notório o sentimento de afetividade e de pertencimento ao lugar, pois, apesar de tantos sofrimentos, dificuldades e traumas, a Colônia foi o local onde reconstruíram suas vidas, formaram suas famílias e estabeleceram vínculos de amizade.

As pessoas da época do hospital, eu tenho maior afeição por elas, maior respeito e consideração, porque eu considero uma família mesmo, uma família aberta. [...] Eu tenho uma irmã que quer porque quer me levar daqui! [...]. Eu digo pra ela: “mana, eu vou sair dos meus vizinhos? Os meus vizinhos são uma família aberta pra mim!”. Aqui eu ainda faço um trabalhinho de roupa pra um, concerto roupa pra outro. Ainda me sinto muito útil no meio da comunidade. Pra mim, se eu sair daqui eu vou ficar muito perdida. **Perdida, porque eu acho que eu perco a minha identidade.** [...] Eu não vou achar nenhum canto por aí que seja melhor que o meu! [...]. Eu não me vejo fora daqui, não! De jeito nenhum! Eu só me vejo saindo daqui pra cidade do pé junto, se Deus quiser! [risos]. Nós temos algumas idosas que todo domingo a gente joga dominó depois do meio dia. A gente vai pra igreja e quando a gente chega, às vezes, a gente vai almoçar juntas, às vezes cada uma na sua casa, mas a gente se junta após o almoço e vai jogar dominó. Aí eu digo pras meninas: “tu sabe que eu peço a Deus que a minha morte seja aqui com vocês jogando dominó!” [risos]. (Relato da senhora Neusa, 2023).

Um aspecto interessante no relato de Neusa é a associação do lugar e das relações estabelecidas como afirmação da própria identidade. Segundo Pollak (1992, p. 204), no texto *Memória e Identidade Social*, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com os outros”. No Hospital Colônia Antônio Aleixo, os internos compartilhavam o mesmo espaço, os mesmos traumas e sofrimentos e ainda viviam sob as mesmas regras. Isolados por um longo período de tempo do restante da sociedade, aos poucos as suas referências de sociabilidade e identidade passaram a ser a Colônia, como se pode observar na declaração de seu Pedro Borges:

Eu digo com toda segurança que a Colônia Antônio Aleixo pra mim foi uma espécie de resgate da minha vida social. Por quê? Porque aqui que estudei, foi aqui que aprendi, foi aqui que eu cresci! Foi aqui que eu me tornei a pessoa que hoje sou. Se tem algum conhecimento, se tem alguma história de vida, ela se resume à Colônia Antônio Aleixo! [...] Eu não tenho outra vertente da minha vida que eu possa me lembrar, que eu possa dizer que traz saudade, a não ser a Colônia Antônio Aleixo! (Relato de seu Pedro Borges, morador da Colônia e coordenador do MORHAN, 2023)

Essa relação de pertencimento se estende ao cemitério Santo Alberto, o qual é percebido pelos moradores entrevistados como lugar de recordação, de saudades e também morada final:

Pra mim o cemitério santo Alberto é um lugar de lembranças. A gente sabe que os nossos entes queridos, os restos mortais estão todos lá, né?! É um lugar de lembrança, de saudade. Um lugar de vontade mesmo de visitar, de contemplar aquele espaço, sabendo que vai ser o meu um dia. Eu já tenho oitenta anos, eu não vou mais pra canto nenhum, só pra cidade do pé junto mesmo! [risos]. [...] Mesmo que, Deus me livre, cai essas telhas pra baixo, se for de um acidente de morrer esmigalhado, vai juntar os pedaços e botar lá [referência ao Cemitério Santo Alberto] [risos]. É um local especial, é a nossa última cidade! É o local pra onde nós vamos! (Relato de dona Neusa, 2023)

O cemitério é um lugar de repouso. Fica o sentimento. Fica a saudade. A saudade que a gente sente dos nossos entes queridos. Quando eu vou no cemitério eu choro. [...] O cemitério é importante não só pra mim, mas para todos que tem seus entes queridos lá. (Relato da senhora T.)

Diante das narrativas coletadas, é possível entender a Colônia Antônio Aleixo como um lugar de reconstrução. Embora não tenha sido o ideal, foi o lugar onde os moradores, internos na época, estabeleceram novas relações sociais e afetivas. Nesse espaço marcado por regras,

sofrimentos e traumas, os moradores encontraram formas de sobreviver à segregação social, usando de *táticas*, para lidar com a dor da separação. Esse lugar, portanto, pode ser entendido como símbolo da política segregacionista, a qual resultou em consequências trágicas aos afetados por essa medida, mesmo que de forma não intencional.

O cemitério Santo Alberto, por sua vez, é um lugar de memória que registra acontecimentos de diferentes momentos relacionados a própria história do bairro e da cidade de Manaus. Nele reside duas faces de uma mesma moeda, uma que manifesta o que a própria sociedade criou e outra que busca ocultar.

O cemitério, como extensão da cidade dos vivos, também expressa as práticas culturais realizadas pelos moradores da Colônia Antônio Aleixo, indicando caminhos interpretativos das formas de lidar com a morte e com seus mortos. O cemitério é, ainda, um lugar de afeto, onde os moradores rememoram amigos e familiares com os quais compartilharam sofrimentos e alegrias. O cemitério Santo Alberto representa ao mesmo tempo dois marcos temporais: o início, por se tratar de um espaço anterior à própria constituição do bairro; e o fim, por compreender a morada final dos moradores que escolheram permanecer no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cemitérios enquanto reflexo do mundo dos vivos constituem-se um prolífico meio de estudo. A materialidade desses lugares de memória possibilita leituras sobre os grupos sociais e a forma como se organizam e enxergam o mundo. Desse modo, a pesquisa buscou compreender o cemitério Santo Alberto como bem cultural que registra a memória e a história do bairro colônia Antônio Aleixo. Com o desenvolvimento deste estudo verificou-se que assim como o bairro, o surgimento do cemitério se deu a partir das políticas higienistas voltadas para a profilaxia da hanseníase, ou lepra como era denominado o *mal de Hansen*, nos primeiros anos do século XX.

Nessa época, os cuidados com a lepra adquiriram novas configurações, transportando-se da responsabilidade da Igreja católica para o controle do Estado, o qual entendia esta doença como um problema nacional que precisa ser combatido e resolvido. Como parte das resoluções, foram construídos os Hospitais Colônias para onde os acometidos pela lepra deveriam ser enviados e isolados do restante da população, alegadamente pelo bem da saúde pública e do próprio doente.

No Amazonas, o primeiro local a receber os doentes, foi o Umirisal, situado no atual bairro do São Raimundo, seguido de outras tentativas de espaços de isolamento como o “Paredão” que não chegou a operar e o leprosário Belisário Penna, inaugurado em 1931, as margens do Rio Negro, na atual Vila de Paricatuba.

Com o aumento dos casos de hanseníase, em 1967, os doentes de Paricatuba foram transferidos para o Hospital Colônia Antônio Aleixo, o qual funcionava desde 1942. Neste espaço, no entanto, o cemitério Santo Alberto operava desde 1918, época em que Manaus já havia vivenciado intensas reformas, as quais modificaram o seu traçado urbano e instauraram novos hábitos e comportamentos. Estas reformas pautavam-se nas concepções modernas de higiene e civilidade.

Apesar dessas mudanças, Manaus era constantemente atingida por epidemias, o que levava a construção de novos espaços cemiteriais. No caso dos vitimados por doenças contagiosas, era comum que fossem sepultados em lugares afastados do centro urbano, a fim de controlar as chances de contaminação. Dentro desse contexto, acredita-se que o cemitério

Santo Alberto tenha surgido como alternativa para receber os mortos hansenianos, visto que a distância parecia ser conveniente diante da possibilidade do surgimento de novos casos.

Nas entrevistas realizadas com a equipe administrativa do cemitério, constatou-se que as informações sobre a suposta data de origem do cemitério referenciada por Duarte (2009) convergem com os relatos dos entrevistados, os quais mencionaram a existência de um livro dos inumados de 1918, em que constava a lepra como principal causa da morte dos sepultados nesse espaço cemiterial. O livro foi extraviado em 2005 e até o presente momento não se sabe a sua localização exata.

Enquanto pesquisadora, em busca de tal livro dos inumados, procurei a secretaria Municipal de Limpeza Pública de Manaus (SEMULSP), a qual é responsável pelos cemitérios públicos da cidade. Na referida instituição, fui informada que todos os documentos e arquivos antigos dos cemitérios, encontram-se armazenados num prédio anexo da secretaria, sendo o acesso restrito aos funcionários, devido a fragilidade desses documentos.

A secretaria pretende contratar historiadores e outros profissionais para realizar a análise do arquivo, mas não há previsão do momento em que de fato isso venha a ocorrer. Tratando-se especificamente do livro dos inumados de 1918, do cemitério Santo Alberto, a secretaria não soube informar o que aconteceu com o livro, podendo estar armazenado no referido arquivo junto com outros documentos.

Diante da relevância de tais documentos para a compreensão da própria história da cidade, é salutar um olhar mais atento e cuidadoso por parte do poder público em relação ao tratamento dado ao supracitado arquivo, o qual se apresenta como uma rica fonte de dados para a construção de pesquisas científicas.

A respeito das práticas culturais materializadas no cemitério Santo Alberto, buscou-se realizar uma leitura do cemitério a partir de sua paisagem. Para tanto foram elencadas quatro categorias temáticas as quais incluíram: a organização das sepulturas, as formas arquitetônicas, os materiais utilizados, e os ornamentos funerários.

A partir das observações realizadas na pesquisa de campo, notou-se algumas territorialidades em relação ao uso do espaço cemiterial, como a área reservada para o sepultamento de crianças; as áreas mais próximas da entrada do cemitério, apresentam-se melhor organizadas e nelas as sepulturas encontram-se mais bem conservadas; a territorialidade dos jazigos demarcados por muros e cercas.

Quanto as formas arquitetônicas, as sepulturas refletem majoritariamente, as moradias dos vivos, reproduzindo pequenas casas, o que as diferencia uma das outras, são os materiais utilizados e as formas de rememoração dos falecidos, os quais buscam marcar a individualidade dos jazentes por meio lapides, dos epitáfios, das fotografias e de objetos simbólicos e representativos do ente querido.

A materialidade do cemitério Santo Alberto se apresenta como um rico acervo a ser explorado, o qual aguça os sentidos para outras possibilidades investigativas. Uma das possibilidades compreende um olhar mais aprofundado acerca das representações da morte no espaço reservado ao sepultamento de crianças, assim como, análises mais acentuadas sobre as lapides, os epitáfios e sobre os rituais de rememoração dos mortos. Outras lacunas compreendem os rituais fúnebres de décadas passadas, visto que, nesta pesquisa foi possível o registro a partir da década de 1960.

Com este estudo pretendeu-se voltar o olhar para a Colônia Antônio Aleixo, um bairro que se constituiu à margem da sociedade e que até os dias atuais sofre com o descaso do poder público. Na Colônia Antônio Aleixo muitos doentes gravemente sequelados pela hanseníase ainda aguardam cirurgias reparadoras e, não são raros os relatos de preconceitos sofridos nas instituições de saúde fora do bairro. Este cenário repercute o tratamento dado aos doentes hansenianos no decorrer da história, o qual por um longo tempo baseou-se em estigmas e preconceitos. Aliás, ainda é preciso romper com estes estigmas e preconceitos os quais insistem em permanecer na nossa sociedade. Espera-se que estudo provoque novos questionamentos e instigue outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: EFGV, 2005.

ALVES, Juliana Araújo. **Do hospital ao bairro: desativação do “hospital-colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus - AM**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852.

ARIÈS, Philip. **História da Morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem Pelo Norte do Brasil no Ano de 1859**. vol. 2. Tradução Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997 (4ª ed.)

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora 247 S.A., 2013.

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: pródromos e sequências**. 2. ed. Manaus: EDUA, 1999.

CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)**. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

COSTA, Cybele Morais da. **Socorros Públicos: as bases da saúde pública na província do Amazonas (1852-1880)**. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2008.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915**. Manaus: Valer, 2014.

COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. **Entre ideias e ações: lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)**. 2007. 410f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

CURI, Luciano Marcos. **“Defender os sãos e consolar os lázaros”. Lepra e isolamento no Brasil**. 1935/1976. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

CURI, Luciano Marcos. **Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil**. Tese (Doutorado). UFMG. FAFICH - PPGHIS, 2012

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Edneia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890 – 1920**. 3 ed. Manaus: Editora valer, 2019.

DUARTE, Durango. **Manaus Entre o Passado e o Presente**. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

DUBY, George. **Ano 1000 ano 2000 na pista de nossos medos**. 1ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Manaus, Barés e Tarumas**. Amazônia em Cadernos. Revista do Museu Amazônico, Manaus, v. 2, n.2/3, p. 159-179, 1994.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. In: Revista Terra Plural. Ponta Grossa: v.8, n.1, p.225-249, jan. /jun., 2014.

GARCIA, Etelvina. **Amazonas, Notícias da História**. 2 ed. Manaus: Norma Editora, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril, 1995.

GOFFMAN, Erving. (1961). **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva

GOMES, Salatiel da Rocha. **Memórias de outsiders na figuração da hanseníase: do isolamento compulsório às experiências de escolarização**.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2008.

MACIEL, Laurinda R. **“Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”**: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Trad. Antônio Porro. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e EDUA, 2001.

MARTINS, Carla Mara Matos Aires. **Representações na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha** / Carla Mara Matos Aires Martins. Manaus: [s.n], 2021

MARTINS, Juliana Maria. **Memória e cultura material: cemitério Campo da Saudade, município de Couto de Magalhães (TO)** / Juliana Maria Martins. Dissertação (mestrado) Universidade Santo Amaro – UNISA. São Paulo, 2019.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-199)**. 2005. 439f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)**. 3. Ed. Manaus: Valer, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 5^a ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002

MOTTA, A. 2009. **Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 24 (71):73-93. São Paulo. Brasil.

MORIN, Edgar. **O homem e a Morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

NAGEL, Carla Maria Oliveira. **O Advento cemiterial em Manaus e a reorganização da saúde pública (1854-1930)**. Projeto de pesquisa de Carla Maria Oliveira Nagel do Instituto de pesquisa Leônidas e Maria Deane Fiocruz. 2011.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: PUC/SP, n.10, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, 2006

OLIVEIRA, Renato Alves de. **Antropologia da morte**. In: Revista Perspect. Teol., Belo Horizonte, v. 53, n. 1, p. 203-224, Jan./Abr. 2021

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. (1988) - **Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível**. In: von Simon, O.M. (org.) - Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice.

PINHEIRO, Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2000.

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. **Reflexões e descobertas na paisagem de cemitérios urbanos: um olhar entre muros em cemitérios de João Pessoa-PB**. Revista Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 37 mar/2011 p. 185 – 200.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, vol.10. São Paulo: FGV, 1992.SANTOS

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de **A higiene e a morte: o miasma e a onda do pútrido**. In: Revista Mineira de Enfermagem. Minas Gerais: v. 1, n.1, p.8-12, jul./dez., 1997

RIBEIRO, Maria Nazaré de Souza. **De leprosário a Bairro: Reprodução em Espaços de Segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus/Am)**. 2011. 283 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011

ROEDEL, Luísa de Assis. 2014. **O morto mais se inaugura do que morre: as distinções sociais nas representações da morte no Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim**. Belo Horizonte. Monografia de graduação UFMG. Manuscrito. Belo Horizonte, Brasil.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **Posturas Municipais Amazonas (1838-1967)**. Manaus: EDUA, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa; MEDEIROS, Samuel Lucena de. **Quebrando Urnas: as formas de silenciamento e apagamento da cultura material e memória utilizadas pelos invasores europeus na Manaus colonial (séc. XVII-XIX)** in: Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, mai, 2019, artigo nº 1654 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Literatura e trauma**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 13, n.3 p. 135-153, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2165/39-dossie-silvams.pdf> . Acesso em 27 de julho de 2022.

_____. **Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf> . Acesso em 27 de julho de 2022.

SILVA, Júlio Santos da. **Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920)** / Júlio Santos da Silva. - 2012. 162 f. Dissertação (Mestre em História) — Universidade Federal do Amazonas.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **História e política pública de saúde**/ Organizadores: ... [et al.] – 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. 214 p.: il. – (Série Saúde & Amazônia)

SOUZA ARAÚJO. H.C. **A História da Lepra no Brasil – Período republicano (1889- 1946)**. Vol.2. 1948

SOUZA ARAÚJO. H.C. **A História da Lepra no Brasil – Período republicano (1889- 1946)**. Vol.3. 1956

SOUZA, Camila Diogo de. **A morte lhe cai bem. Reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social**. Revista M. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 263-287, jul./dez. 2018

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. – 2.ed., revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TAVARES, Tomázia. **De leprosário a bairro de Manaus**. Manaus: Edições do autor, 2011.

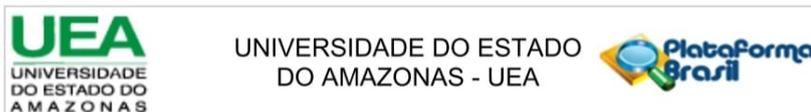
UCHOA, Samuel. **A leprosaria de Paricatuba**. Manaus: Tipografia Palácio Real Manaus, 1926.

VALLE, Geraldo Jorge Tupinambá. **Patrimônio História e Cidades - Olhares interdisciplinares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. v. 1. 182p.

VATTIMO, Gianni. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

XEREZ, Luena Matheus. **Memórias e história da Hanseníase no Amazonas de 1930 a 1978** (Dissertação de Mestrado). UFAM/FIOCRUZ/UFPA, 2013.

ANEXO 1: PARECER CONSUBSTANCIADO - COMITÊ NACIONAL DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Cemitério Santo Alberto: Memória e Cultura no Bairro Colônia Antônio Aleixo

Pesquisador: ALINE SANTOS NOBRE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67678423.1.0000.5016

Instituição Proponente: Escola Superior de Artes e Turismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.115.741

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Cemitério Santo Alberto: Memória e Cultura no Bairro Colônia Antônio Aleixo

Pesquisador Responsável: ALINE SANTOS NOBRE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67678423.1.0000.5016

Submetido em: 11/04/2023

Instituição Proponente: Escola Superior de Artes e Turismo

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Localização atual da Versão do Projeto: Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Resumo

Na modernidade os cemitérios, necrópoles ou campo santo, se configuraram como uma das estratégias adotadas pelo ser humano para encarar o inevitável fim. Esses espaços apoiam-se na perpetuação do indivíduo através da memória, isto porque, o homem recusa-se a ser esquecido e por isso constrói lugares de recordação. Assim, esta pesquisa tem como objetivo maior Compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo. Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.115.741

investigar o(s) processo(s) histórico(s) envolvido(s) na formação do Cemitério Santo Alberto; conhecer o modo como a comunidade do bairro Colônia Antônio Aleixo se relaciona com o espaço deste cemitério e apreender as práticas culturais materializadas no espaço cemiterial. A pesquisa é qualitativa, e caracteriza-se ainda como exploratória, e descritiva. No que se refere aos tipos/meios é bibliográfica, documental e de campo. Na análise serão utilizados como base os estudos de Halbwachs (1990), Pollack (1992) e Pierre Nora (1993), sobre os lugares de Memória, além de Foucault (2000) que aborda sobre os “medos urbanos” e Mumford (1998) com seus estudos acerca do surgimento da cidade.

Introdução

O presente trabalho busca Compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo. Conforme Ribeiro (2011) a Colônia Antônio Aleixo é um bairro de Manaus, situado na zona leste da cidade. Na década de 30, o local serviu de alojamento para nordestinos que vieram trabalhar como “soldados da borracha” nos seringais da Amazônia. Quase uma década depois, foram trazidos doentes acometidos do mal de Hansen, cujas famílias posteriormente também se integraram à comunidade. Segundo Durango Duarte (2006), no entanto, há indícios de que ainda em meados de 1910, a área onde hoje se localiza o bairro já era utilizada para o enterramento de hansenianos, o que se alinhava a políticas públicas sanitaristas e higienistas fortalecidas no período auge da comercialização da borracha. Diante desta provável origem do Cemitério Santo Alberto, percebe-se seu espaço como um importante símbolo da fundação da Colônia Antônio Aleixo, o que motivou esta proposta de estudo tendo-o como foco, um bem histórico-cultural que tem registrado a memória do bairro. Nesse sentido, surgiu a seguinte problemática de pesquisa De que forma os moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo se relacionam com o espaço cemiterial Santo Alberto e qual a relação deste com a história do surgimento do bairro? A pesquisa busca apresentar outra perspectiva da história da cidade que inclui a versão daqueles que de certo modo foram negligenciados, mas que fazem parte da história da cidade como um todo. A intenção não é apresentar uma história dos vencidos com foco nos sofrimentos causados a partir do processo de embelezamento de Manaus, mas colocar em evidência a forma como os moradores da Colônia Antônio Aleixo se relacionam com o lugar em que vivem especificamente com o cemitério Santo Alberto. Entende-se que o espaço cemiterial, por si só, constitui prolífico meio de estudo de uma sociedade. Não só por ele funcionar como lugar de recordação, de construção de uma memória coletiva, também porque o modo como às pessoas se relacionam com a morte e os mortos, diz muito sobre como enxergam o mundo, como se organizam enquanto comunidade. Portanto, a pesquisa se justifica por buscar

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.115.741

compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo. Considerando o espaço cemiterial como lugar em que a cultura se expressa, os cemitérios deixam de ser apenas o local de guarda dos mortos, possibilitando leituras sobre um grupo social. Nesse sentido, pretende-se compreender a ligação do cemitério Santo Alberto com a história do bairro e a relação que os moradores têm com esse lugar. Esta proposta implica ainda na continuidade de um interesse investigativo voltado para a Colônia, surgido no âmbito da graduação em Turismo. Resultados anteriores mostraram que o espaço do bairro apresenta uma história e cultura muito ricas, principalmente no que diz respeito ao modo como, apesar de constituir hoje bairro da cidade de Manaus, sua origem e crescimento deu-se às margens do núcleo da cidade, o que resultou numa forte identidade comunitária da parte de seus moradores. A despeito de tais aspectos que mostram uma riqueza de possibilidades para a pesquisa acadêmica, observa-se que a Colônia Antônio Aleixo ainda se faz pouco presente como objeto de pesquisa, sendo este mais um fator indicativo da relevância da presente proposta.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo.

Objetivo Secundário:

- a) Investigar o(s) processo(s) histórico(s) envolvido(s) na formação do Cemitério Santo Alberto
- b) Conhecer o modo como a comunidade do bairro Colônia Antônio Aleixo se relaciona com o espaço deste cemitério.
- c) Aprender as práticas culturais materializadas no espaço cemiterial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

De acordo com a Resolução 466/12 no seu inciso II-22 que define risco da pesquisa como a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela recorrente. No referido estudo apontamos como possíveis riscos: o constrangimento ou desconforto ao responder as perguntas

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada CEP: 69.050-030
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 Fax: (92)3878-4368 E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.115.741

da entrevista; quebra de sigilo/anonimato/ confidenciabilidade e o cansaço durante a realização dos questionamentos da pesquisa. Como medidas de precaução/prevenção, os participantes receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e caso o entrevistado se sinta constrangido ou desconfortável poderá como sugestão, seguir para a próxima pergunta ou optar pelo encerramento da entrevista sem que seja prejudicado. Será garantida a privacidade para responder a entrevista e a participação será voluntária.

Benefícios:

Os benefícios aos participantes inclui o resultado da pesquisa que poderá ser compartilhado com os mesmos, caso assim desejarem; como também, a contribuição na produção científica e para a sociedade, especialmente no que se refere ao resguardo e registro das memórias orais dos moradores da Colônia Antônio Aleixo que vivenciaram o processo de isolamento compulsório, e que por vezes são negligenciadas na composição da história da cidade. Compreende-se que o estigma da hanseníase e as ações empreendidas para o controle da doença resultaram no isolamento dessas pessoas que nesse espaço e contexto social inseriram novas formas de viver. Nesse sentido, os dados colhidos também podem contribuir para história do próprio bairro Colônia Antônio Aleixo e do Cemitério Santo Alberto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia de Análise de Dados:

As entrevistas realizadas nessa pesquisa serão gravadas e transcritas atentando-se também para o registro do que Pollak (1989) referencia como "não dito", além das expressões emocionais, pausas e silêncios que ocorram nas narrativas dos entrevistados. Pretende-se por meio do registro das entrevistas, recolher informações que colaborem para o alcance dos objetivos propostos buscando a construção de sentido às experiências relatadas pelos participantes da pesquisa, e identificando aspectos históricos e sociais sobre a Colônia Antônio Aleixo. Espera-se ainda com as entrevistas compreender como os moradores se relacionam com o lugar em que vivem. Para tanto, serão utilizados autores que tratem acerca do tema da pesquisa, como Foucault (2000) a respeito do "Nascimento da Medicina Social"; Pollak (1989) com os textos "Memória, Esquecimento e Silêncio" e "Memória e Identidade Social"; Halbwachs (1990) sobre os estudos referentes à Memória

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.115.741

coletiva, dentre outros estudiosos que possam contribuir na análise dos dados da entrevista. As categorias a serem analisadas nas entrevistas seguem as seguintes temáticas: a) Relações sociais; b) Relações com o lugar; c) Relações com a doença. A intenção se orienta para busca de informações sobre o cotidiano na colônia Antônio Aleixo durante o período de segregação a partir de 1942, a forma como os doentes eram tratados socialmente, o modo como os moradores se percebiam na sociedade, a representatividade do bairro e do cemitério para os moradores. A elaboração das perguntas da entrevista se baseou nas orientações de Becker (1994) ao explicar que na reconstrução de vivências e eventos passados é mais eficaz perguntar "como" e não "por que", possibilitando incluir aspectos subjetivos (o que a pessoa entrevistada pensou/ pensa e sentiu/ sente), pois perguntar "por que" algum evento ocorreu transfere para o entrevistado o trabalho analítico que cabe ao pesquisador realizar

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões e ou pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, em 2ª versão o mesmo atende os preceitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2094293.pdf	11/04/2023 16:48:41		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	11/04/2023 16:47:02	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AJUSTADO.pdf	10/04/2023 16:06:45	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Outros	PROJETO_DE_PESQUISA_AJUSTADO_GRIFADO.pdf	10/04/2023 16:06:11	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.115.741

Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	10/04/2023 16:04:17	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	10/04/2023 16:03:22	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_AJUSTADO.pdf	10/04/2023 15:59:14	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5939850.pdf	10/04/2023 15:58:59	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTA_DE_ANUENCIA_AJUSTADA.pdf	10/04/2023 15:58:20	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_READEQUADO.pdf	10/04/2023 15:57:50	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Outros	Termo_de_Autorizacao_de_uso_de_Imagem_e_depoimentos.pdf	01/03/2023 23:36:17	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DO_PESQUISADOR_ALINE_NOBRE.pdf	01/03/2023 23:29:42	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DO_PESQUISADOR_RESPONSAVEL.pdf	28/02/2023 20:48:24	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	28/02/2023 20:33:28	ALINE SANTOS NOBRE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 13 de Junho de 2023

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO MENEZES
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa **“Cemitério Santo Alberto: Memória e Cultura no Bairro Colônia Antônio Aleixo”** sob a responsabilidade das pesquisadoras Aline Santos Nobre, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e da Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos, orientadora da pesquisa.

Os objetivos do projeto são compreender o Cemitério Santo Alberto como bem cultural e histórico que registra a Memória do Bairro Colônia Antônio Aleixo; investigar o(s) processo(s) histórico(s) envolvido(s) na formação do Cemitério Santo Alberto; conhecer o modo como a comunidade do bairro Colônia Antônio Aleixo se relaciona com o espaço deste cemitério e apreender as práticas culturais materializadas no espaço cemiterial.

Caso aceite participar, sua participação consistirá em conceder entrevista(s), previamente agendada(s) a sua conveniência. Você tem plena liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

O meio para coleta da entrevista acontecerá através de encontros presenciais nas sedes de representações comunitárias ou na sua residência, caso assim prefira.

O registro de consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será por assinatura deste documento (TCLE) o qual será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término por você e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. No impedimento do registro por assinatura, o registro de consentimento deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será feito por gravação em áudio.

Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam em: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza. É garantido a você à manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. No entanto, é de interesse da pesquisadora responsável

que seu nome, sua imagem e os dados obtidos por áudio e/ou vídeo e/ou fotografia, sejam divulgados no corpo do trabalho, e outras publicações dele decorrentes, quais sejam em: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza, por entendê-lo (a) como agente histórico social. Você tem o direito de decidir se sua identidade será divulgada e quais serão, dentre as informações que fornecerá as que poderão ser tratadas de forma pública.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Neste estudo apontamos como possíveis riscos: o constrangimento ou desconforto ao responder as perguntas da entrevista; quebra de sigilo/anonimato/ confidenciabilidade e o cansaço durante a realização dos questionamentos da pesquisa.

Como medidas de precaução/prevenção, você receberá esclarecimento prévio sobre a pesquisa através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e caso se sinta constrangido ou desconfortável poderá como sugestão, seguir para a próxima pergunta ou optar pelo encerramento da entrevista sem que seja prejudicado. Será garantida a privacidade para responder a entrevista e a participação será voluntária.

O principal benefício esperado caso aceite participar do estudo é que o senhor (a) estará contribuindo na construção da história do bairro Colônia Antônio Aleixo e no registro e resguardo das memórias orais acerca do bairro.

Durante todo o período do estudo, você será acompanhado pelas pesquisadoras que ficarão a sua disposição para prestar esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da pesquisa.

A sua participação no estudo não acarretará custos para o Sr (a) e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira pelo consentimento em participar deste estudo.

O Sr. (a) poderá ter direito a ressarcimento em casos que demandem despesas com transporte, ou demore tempo suficiente que resulte em necessidade de alimentação e que estejam relacionados à sua participação na pesquisa. Para qualquer dano decorrente da participação nesta pesquisa será garantida a indenização.

Se considerar necessário, você dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando seus familiares ou outras pessoas que possam ajuda-lo (a) na tomada de decisão livre e esclarecida para participar da pesquisa.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr.(a) pode entrar em contato com os responsáveis pela pesquisa: Aline Santos Nobre, telefone: 92 98425-9970, e-mail: asn.alinenobre@gmail.com; Tatiana de Lima Pedrosa Santos, Telefone: 92 99422-1009, e-mail: tatixpedrosa@yahoo.com.br.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA) endereço: Av. Carvalho Leal, 1777, bairro Chapada, Manaus/Am, CEP: 69.050-30; telefone: (92) 3878-4368; e-mail: cep.uea@gmail.com. O CEP/UEA é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Eu _____
_____ declaro que aceito participar voluntariamente do estudo “Cemitério Santo Alberto: Memória e Cultura no Bairro Colônia Antônio Aleixo”, após ser verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos. Também declaro ter recebido uma VIA deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de igual teor, assinada pelo (a) pesquisador (a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Concordo em ter minha identidade divulgada, sim não

Assinatura do (a) participante ou representante legal

Aline Santos Nobre
Pesquisadora responsável pela pesquisa
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Telefone: (92) 98425-9970
E-mail: asn.alinenobre@gmail.com

Manaus, _____ de _____ de 20_____

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como era sua vida antes de vir para a Colônia e como foi receber o diagnóstico da doença?
2. Como foi sua vinda para Colônia Antônio Aleixo?
3. Como o (a) senhor (a) se sentiu ao saber que seria afastado do seu meio familiar e social?
4. O (a) senhor (a) se sentiu excluído (a) durante esse processo de transferência?
5. Como era a vida na Colônia nessa época? Que atividades o (a) senhor (a) realizava e quais eram as regras impostas?
6. O (a) senhor (a) chegou a planejar um tempo específico para viver na Colônia? Pensou em fugir?
7. Em sua opinião o que significava ser hanseniano na Época?
8. Como o (a) senhor (a) resumiria o tempo que viveu na Colônia?
9. Que motivos levaram você a continuar morando na Colônia mesmo após não ser mais obrigatório o isolamento?
10. Sobre o cemitério Santo Alberto, o que esse lugar representa para você?
11. Como o (a) senhor (a) percebe atualmente a sua inclusão na sociedade?